

**FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

CPA: COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

**RELATÓRIO DE AUTO AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

2020





Fundação Escola Superior do Ministério Público - FMP

Relatório de Autoavaliação Institucional – 2020

**Porto Alegre
2021**

EXPEDIENTE

Presidente

Fábio Roque Sbardellotto

Vice-presidente

Luciano de Faria Brasil

Diretor da Faculdade de Direito

Gilberto Thums

Coordenador do Curso

Luis Augusto Stumpf Luz

Coordenador Adjunto do Curso

Augusto Tanger Jardim

Este Relatório é uma publicação desenvolvida pela Comissão Própria de Avaliação da FMP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conceito de avaliação para credenciamento da pós-graduação – lato sensu.....	14
Quadro 2	Conceito obtido pela IES em seu reconhecimento.....	16
Quadro 3	Conceito obtido pela IES na renovação do reconhecimento.....	16
Quadro 4	Conceito obtido pela IES em seu credenciamento.....	17
Quadro 5	Conceito obtido pela IES em seu credenciamento.....	17
Quadro 6	Demonstrativo das categorias de informantes de 2020 para a avaliação das dimensões de Avaliação Institucional.....	40
Quadro 7	Cronograma de Autoavaliação Institucional da Faculdade de Direito – 2020.....	44
Quadro 8	Principais ações realizadas.....	46
Quadro 9	Principais ações realizadas: eixo 2.....	50
Quadro 10	Reuniões NDE.....	53
Quadro 11	Projetos NPJ.....	56
Quadro 12	Programação - FMP Plural-2020.....	65
Quadro 13	Principais ações permanentes de responsabilidade social.....	67
Quadro 14	Capacitação na sede do PROCON/RS-2019.....	76
Quadro 15	Atividades do projeto de acolhimento institucional (2019 e 2020).....	77
Quadro 16	Cronograma de atividades do projeto de mediação de conflitos: FMP – Polícia Civil.....	79
Quadro 17	Principais ações realizadas: eixo 3.....	91
Quadro 18	Ampliação e renovação das parcerias com instituições conveniadas entre 2018 e 2020.....	97
Quadro 19	Palestras do CEAF 2019 e 2020.....	108
Quadro 20	Eventos de extensão internacional.....	109
Quadro 21	Eventos de extensão nacional.....	111
Quadro 22	Acadêmicos matriculados na Pós-Graduação – EaD	116
Quadro 23	Principais ações realizadas: eixo 4.....	155
Quadro 24	Número de acadêmicos 2020.....	163
Quadro 25	Principais ações realizadas: eixo 5.....	166
Quadro 26	Plano de ação 2021.....	181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Resultados comparativos dos exames da OAB – 2017-2020.....	20
Tabela 2	CPC – Insumos Direito – FMP.....	21
Tabela 3	Resultados comparativos ENADE 2012 – 2018.....	21
Tabela 4	Demonstrativo do número de docentes da Graduação quanto à titulação (2018/2020 – 1.º e 2.º sem.).....	34
Tabela 5	Demonstrativo do regime de trabalho e titulação dos docentes da Graduação (2018/2020 – 1.º e 2.º sem.).....	34
Tabela 6	Programa de Mestrado Acadêmico em Direito: quadro evolutivo.	57
Tabela 7	Atendimentos NAP - 2018/1.....	82
Tabela 8	Atendimentos NAP - 2018/2.....	83
Tabela 9	Atendimentos Psicopedagógicos NAP – 2019.....	83
Tabela 10	Atendimentos e orientações de matrículas e quebra de pré-requisitos – 2019.....	83
Tabela 11	Atividades de extensão 2020.....	118
Tabela 12	Atividades de extensão desenvolvidas entre 2019 e 2020.....	126
Tabela 13	Laboratório de Iniciação Científica.....	130
Tabela 14	Acadêmicos monitores - 2019 -2020.....	131
Tabela 15	Número de acadêmicos que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica entre 2018 e 2019.....	132
Tabela 16	Grau de satisfação do tele-trabalho durante a pandemia.....	158
Tabela 17	Demonstrativo da Evolução do Número de Colaboradores Técnico-Administrativos (2019/2020 – 1.º e 2.º sem.).....	160
Tabela 18	Demonstrativo do percentual de faturamento destinado à concessão de bolsas – 2019 e 2020.....	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Titulação dos Docentes que Atuaram na Graduação em 2020/1.	33
Gráfico 2	Titulação dos Docentes que Atuaram na Graduação em 2020/2.	35
Gráfico 3	Evolução do Regime de Trabalho Docente – 2019/1.....	35
Gráfico 4	Evolução do Regime de Trabalho Docente – 2019/2.....	35
Gráfico 5	Evolução Do Regime De Trabalho Docente – 2020/1.....	36
Gráfico 6	Evolução Do Regime De Trabalho Docente – 2020/2.....	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Registro do recebimento do selo OAB Recomenda pela segunda vez.....	18
Figura 2	Divulgação da certificação da FMP com o selo Instituição Socialmente Responsável.....	19
Figura 3	Posse dos integrantes da nova diretoria da FMP.....	24
Figura 4	Divulgação da Avaliação Institucional de 2020/2.....	42
Figura 5	Divulgação da Avaliação Institucional de 2019/2.....	43
Figura 6	Divulgação da simulação de bancas de TCC (2020).....	55
Figura 7	Exemplos da produção científica publicada pela FMP.....	58
Figura 8	Imagem de aluna Graduanda em Direito, egressa da Fundação Pão dos Pobres.....	63
Figura 9	Imagem de Ex-estagiário do programa, efetivado pela FMP.....	63
Figura 10	Ciclo de Palestras - FMP PLURAL.....	65
Figura 11	FMP PLURAL: Natal Solidário FMP.....	66
Figura 12	Relatório Escritório Modelo – 2020.....	73
Figura 13	Divulgação da seleção de acadêmicos da FMP para o projeto Migração, Identidade e Cidadania (MIC).....	81
Figura 14	Instrumento de Autoavaliação - Processo de Ensino na Graduação.....	95
Figura 15	Círculo Restaurativo Virtual (2º semestre – Disciplina de Psicologia Jurídica).....	99
Figura 16	Anais do IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional que reuniu mais de 600 profissionais da área jurídica.....	108
Figura 17	Modelagem - FMP Virtual.....	112
Figura 18	Modelo Pedagógico NEAD.....	112
Figura 19	Modelo Tecnológico – NEAD.....	113
Figura 20	Cursos Pós EaD – 2019.....	114
Figura 21	Divulgação de cursos de extensão – 2020	117
Figura 22	Divulgação de curso de aperfeiçoamento.....	117
Figura 23	Divulgação de Semana da Consciência Negra – Coletivo Esperança Garcia – 2020.....	122
Figura 24	Almoço em Família.....	124
Figura 25	Divulgação Carreiras Jurídicas.....	125
Figura 26	Coletânea do V Seminário Internacional: Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis.....	125
Figura 27	Resultado do Programa de Apoio Institucional de Bolsas de Iniciação Científica 2020.....	127
Figura 28	X Salão de Iniciação Científica da FMP.....	129
Figura 29	Divulgação da Monitoria Acadêmica.....	131
Figura 30	Melhor Memorial em Português – Washington College Law – 2020.....	133
Figura 31	Nova estrutura da área pedagógica 2019.....	136
Figura 32	Divulgação da Ouvidoria FMP.....	152

Figura 33	Divulgação da terceira conquista consecutiva do selo “Great Place to Work”	160
Figura 34	Tribunal Didático.....	168
Figura 35	Nova área física da FMP: espaço de convivência.....	170
Figura 36	Nova área física da FMP: espaço de convivência.....	171
Figura 37	Sala de Prática Jurídica.....	171
Figura 38	Salas de Aula.....	173

SUMÁRIO

1	Introdução.....	12
1.1	Identificação da Faculdade de Direito da Fmp.....	23
1.2	A Mantenedora.....	23
1.3	Gestão.....	24
1.4	Integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Faculdade.....	25
1.5	Caracterização do Curso de Graduação em Direito.....	25
1.5.1	Denominação do curso.....	26
1.5.2	Código do curso no INEP.....	26
1.5.3	Carga horária total.....	26
1.5.4	Número de créditos.....	26
1.5.5	Embasamento legal interno.....	26
1.5.6	Embasamento legal externo.....	26
1.5.7	Número de vagas.....	27
1.5.8	Turnos de funcionamento.....	27
1.5.9	Dimensões das turmas.....	28
1.5.10	Prazos de integralização do curso.....	28
1.5.11	Missão do curso.....	28
1.5.12	Visão do curso.....	28
1.5.13	Valores do curso.....	28
1.5.14	Objetivo geral do curso.....	29
1.5.15	Objetivos específicos do curso.....	29
1.5.16	Aprendizagem desejada.....	30
1.5.17	Perfil do egresso.....	30
1.6	Caracterização da Pós-Graduação.....	32
1.7	Caracterização e Evolução do Corpo Docente - 2018 a 2020.....	33
2	Metodologia.....	39
3	Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional.....	46
3.1	Evidências Quanto à Dimensão Planejamento e Avaliação.....	46
3.2	Outras Considerações.....	48
4	Eixo 2: Desenvolvimento Institucional.....	50
4.1	Evidências Quanto à Dimensão: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional – Pdi.....	51
4.2	Evidências Quanto À Dimensão: Responsabilidade Social da Instituição.....	60
4.3	Outras Considerações.....	88
5	Eixo 3: Políticas Acadêmicas.....	91
5.1	Evidências Quanto à Dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão.....	94
5.2	Atividades Desenvolvidas Que Adquiriram Visibilidade No Ensino, Na Pesquisa E Na Extensão.....	96
5.2.1	Programa de Pós-Graduação.....	101
5.2.1.1	Pós-Graduação Lato Sensu EAD.....	112
5.2.2	Projetos de Extensão.....	116
5.2.3	Fronteiras Jurídicas e Jornadas Interdisciplinares.....	122
5.2.4	Projeto Cinema e Direito.....	123

5.2.5	Projeto Literatura e Direito.....	123
5.2.6	Projeto de Mediação Civil.....	123
5.2.7	Colóquios de Família e Sucessões em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM).....	123
5.2.8	Projeto Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas.....	124
5.2.9	Seminários Nacionais e Internacionais do Mestrado.....	125
5.2.10	Projetos de Pesquisa.....	126
5.3	Evidências Quanto à Dimensão Políticas de Atendimento ao Estudante.....	130
5.3.1	Do NAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico.....	134
5.3.1.1	Apoio psicopedagógico.....	136
5.3.1.2	Apoio psicossocial.....	142
5.3.1.3	Assistência social.....	143
5.3.1.4	Central de Estágios e Carreiras.....	144
5.3.1.5	Outras demandas.....	145
5.4	Evidências Quanto à Dimensão Comunicação com a Sociedade.....	147
5.5	Considerações.....	153
6	Eixo 4: Políticas de Gestão.....	154
6.1	Evidências Quanto à Dimensão Políticas de Pessoal.....	155
6.2	Evidências Quanto à Dimensão Organização e Gestão da Faculdade de Direito da Fmp.....	160
6.3	Evidências Quanto à Dimensão Sustentabilidade Financeira.....	163
6.4	Considerações.....	165
7	Eixo 5: Infraestrutura.....	167
7.1	Evidências Percebidas Quanto à Infraestrutura Física	166
7.2	Considerações.....	173
8	Sínteses dos Principais Resultados.....	176
9	Plano De Ação.....	181



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Primeira Parte: Introdução



1 INTRODUÇÃO

A partir da Lei 10.861/2004 e com as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014, bem como decorrente da análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Plano de Ação Anual, a Comissão Própria de Avaliação – CPA elaborou o Relatório Parcial de Autoavaliação.

O presente Relatório de Autoavaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) está dividido em quatro partes e tem como finalidades:

- a) caracterizar sumariamente a IES, seu Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito e demais atividades curriculares desenvolvidas, partindo de dados consolidados no ano de 2020, correspondendo ao período de janeiro a dezembro;
- b) explicitar os referenciais e a metodologia utilizada pela CPA para a avaliação das ações previstas no PDI e nos seus planos de ação anuais;
- c) apresentar os resultados da avaliação externa e interna correspondente aos cinco eixos que contemplam as dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o Sinaes, de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 65/2014. Sugerir soluções alternativas a serem implementadas em curto prazo pela Faculdade em seu Plano de Ação para o período de 2020/2021, visando aos processos de melhorias contínuas e adequações que incidam sobre as propostas registradas no PDI, no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito – PPC;
- d) comunicar e informar aos segmentos da comunidade acadêmica e comunidade em geral os resultados do processo de autoavaliação institucional.

A CPA, em seu processo de autoavaliação, propõe uma condução contínua de ações voltadas para diferentes níveis de abrangência com a finalidade de estabelecer parâmetros para os processos de planejamento e desenvolvimento institucional. Busca, em seus processos, diagnósticos pautados na análise de dados

e de informações representativas e atualizadas, na medida em que apontam para uma visão de desenvolvimento institucional temporal.

A CPA baseou-se nas orientações da avaliação externa MEC/DAES/INEP - Diretrizes para a Avaliação Externa e nos documentos internos para a elaboração da proposta de avaliação institucional de 2020. Neste sentido, é possível reconhecer que a Fundação Escola Superior no Ministério Público, instituição de ensino superior privada, sem fins lucrativos, fundada em 1983, superou a seis principais fases em sua trajetória de desenvolvimento institucional:

- a) **a primeira**, ainda, como instituição não educacional, quando oferecia Cursos de Extensão, em especial, Cursos Preparatórios às Carreiras Públicas; com o objetivo de ampliar seus serviços comunitários na área de formação jurídica, passou a ofertar cursos de Pós-Graduação *lato sensu*¹;
- b) **a segunda**, quando a Faculdade de Direito foi credenciada pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005, e autorizada a oferecer o Curso de Graduação em Direito, pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006;
- c) **a terceira** fase constituiu-se pelos processos de reconhecimento do curso de Graduação em Direito e pelo credenciamento institucional. O reconhecimento do Bacharelado em Direito aconteceu pela Portaria SERES n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3.11.2011. O credenciamento da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público ocorreu em 27.2.2013 pela Portaria do MEC n.º 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU n.º 40, p.32, de 28 de fevereiro de 2013;
- d) **a quarta** fase se consolidou com a expansão das atividades acadêmicas na modalidade de ofertas de cursos *lato sensu* a distância. O credenciamento da Faculdade de Direito – FMP para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade à distância. A visita ocorreu no período de 15/6/2016 a 18/6/2016 e resultou na confecção do Relatório

¹ A autorização de oferta de Cursos de Pós-Graduação foi concedida pela Portaria MEC n.º 1.618, de 28 de outubro de 1999, publicada no DOU em 3/11/99.

de Avaliação nº 122138. O ato foi publicado pela Portaria do MEC n.º 191, de 6 de fevereiro de 2017;

- e) **a quinta** fase constituiu o processo de reconhecimento de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade de Mestrado Acadêmico, com nota atribuída de 3. O ato de reconhecimento foi publicado pela Portaria do MEC n.º 256, de 15 de fevereiro de 2017;
- f) **a sexta** fase se deu com a avaliação do processo de avaliação institucional externa - Recredenciamento e Transformação de Organização Acadêmica, cuja visita ocorreu no período de 26/02/2019 a 02/03/2019 e resultou no Conceito Final 5, atribuído pela comissão de avaliadores (Portaria MEC nº 2132 de 11 de dezembro de 2019).

No ano de 2015, a IES realizou solicitação de credenciamento para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino à Distância, recebendo parecer favorável, com nota 5, pela Comissão Avaliadora na visita *in loco*. Em decorrência desta ação, constatou-se o compromisso da IES com o aprimoramento dos processos acadêmicos, técnicos e administrativos para oferta dos cursos e outras atividades de formação na modalidade EaD. A implementação e oferta dos cursos de Pós-Graduação EaD iniciaram a partir da publicação da portaria do MEC de credenciamento, publicada em 6 de fevereiro de 2017. Com isso a Instituição organizou a oferta de novos cursos de especialização para a comunidade acadêmica. A comissão, em seu relatório, atribuiu os graus destacados no quadro abaixo, indicando “condições muito boas para oferta de programas de pós-graduação *Lato Sensu* na modalidade EaD. De acordo com o parecer CNE/CES nº 669/2016, possui infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades na modalidade, que foram comprovadas durante a avaliação *“in loco”*”.

Quadro 1 - Conceito de avaliação para credenciamento da pós-graduação – *lato sensu*

Dimensão 1: Organização Institucional para Educação a Distância	
Itens	Conceitos
1.1. Missão Institucional para atuação em EAD	5
1.2. Planejamento de Programas, Projetos e Cursos a distância	5
1.3. Plano de Gestão para a Modalidade da EAD	5

1.4. Unidade responsável para a gestão de EAD	5
1.5. Planejamento de Avaliação Institucional (Auto- Avaliação) para EAD	5
1.6. Representação docente, tutores e discente	5
1.7. Estudo para implantação dos polos de apoio presencial	5
1.8. Experiência da IES com a modalidade de educação a distância	5
1.9. Experiência da IES com a utilização de até 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade de educação a distância	5
1.11. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística)	5
1.12. Recursos financeiros	5
1.10. Sistema para gestão acadêmica da EAD	5
Dimensão 2: Corpo Social	
Itens	Conceitos
2.1. Programa para formação e capacitação permanente dos docentes	5
2.2. Programa para formação e capacitação permanente dos tutores	5
2.3. Produção Científica	5
2.4. Titulação e formação do coordenador de EAD da IES	3
2.5. Regime de trabalho do coordenador de EAD da IES	5
2.6. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EAD	5
2.7. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de infraestrutura tecnológica em EAD	5
2.8. Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produção de material didático para EAD	5
2.9. Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão das bibliotecas dos pólos de apoio presencial	5
2.10. Regime de trabalho	5
2.11. Política para formação e capacitação permanente do corpo técnico administrativo	5
Dimensão 3: Instalações físicas	
Itens	Conceitos
3.1. Instalações administrativas	5
3.2. Infraestrutura de serviços	5
3.3. Recursos de TIC (audiovisuais e multimídia)	5
3.4. Plano de expansão e atualização de equipamentos	5
3.5. Biblioteca: instalações para gerenciamento central das bibliotecas dos pólos de apoio presencial e manipulação dos respectivos acervos.	5
3.6. Biblioteca: informatização do sistema de bibliotecas (que administra as bibliotecas dos polos de apoio presencial)	5
3.7. Biblioteca: política de aquisição, expansão e atualização do acervo das bibliotecas de apoio presencial.	5

Fonte: Parecer CNE/CES nº 669/2016

Quanto ao ato de Reconhecimento de Curso de Direito - Bacharelado, a instituição obteve conceito máximo, nos termos do quadro que segue.

Quadro 2 – Conceito obtido pela IES em seu reconhecimento

Dimensão	Conceito
Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	5
Dimensão 2 - Corpo Docente	5
Dimensão 3 - Instalações Físicas	5
Conceito final	5

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/nov. 2010.

No processo de Renovação de Reconhecimento de Curso, cuja visita *in loco* ocorreu no período 14/12/2014 a 17/12/2014, a comissão de Avaliadores *ad-hoc* composta pelos membros Prof^o Dr. Clóvis Demarchi e Prof^a Dra. Inês Cabral Ururahy de Souza, atribuiu o conceito final 5 (cinco), indicando um perfil EXCELENTE de qualidade.

Quadro 3 – Conceito obtido pela IES na renovação do reconhecimento

Dimensão	Conceito
Dimensão 1 – Organização Didático-Pedagógica	4,4
Dimensão 2 - Corpo Docente	4,7
Dimensão 3 - Instalações Físicas	4,6
Conceito final	5,0

Fonte: Relatório de Reconhecimento e-MEC/jan. 2015

No processo de credenciamento (2010), a Comissão Avaliadora do Inep, em seu relatório final encaminhado pelo MEC, com o julgamento final da avaliação, expressou:

Esta comissão, ao realizar as ações de avaliação da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, no Processo e-MEC de n.º 200813980, da avaliação de n.º 82617, composta pelos Membros Prof. Armindo José Longhi, Prof. Tadeu da Mata Medeiros Branco e Prof^a Maria Lúcia Accioly Teixeira Pinto; e levando em consideração cada uma das dez dimensões avaliadas e seus requisitos legais, todos integrantes deste relatório, e ao considerar, também, os referenciais de qualidade dispostos na legislação vigente, nas diretrizes da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES e neste

instrumento de avaliação, atribuiu os seguintes conceitos por Dimensão.
(Relatório de credenciamento nov./2010)

Quadro 4 – Conceito obtido pela IES em seu credenciamento

Dimensão	Conceito
Dimensão 1 - Missão e PDI	5
Dimensão 2- Política para Ensino	5
Dimensão 3 - Responsabilidade Social	4
Dimensão 4 - A comunicação com a sociedade	3
Dimensão 5 - Política de Pessoal	4
Dimensão 6 - Organização e Gestão da IES	4
Dimensão 7 - Infraestrutura física	3
Dimensão 8 - Planejamento e Avaliação	4
Dimensão 9 - Atendimento ao Discente	3
Dimensão 10 – Sustentabilidade	4

Fonte: Relatório de Credenciamento e-MEC/nov. 2010

Quadro 5 – Conceito obtido pela IES em seu credenciamento

Dimensão	Conceito
Dimensão 1: Eixo 1 - Planejamento E Avaliação Institucional	5
Dimensão 2: Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional	5
Dimensão 3: Eixo 3 - Políticas Acadêmicas	4,67
Dimensão 4: Eixo 4 - Políticas De Gestão	4,88
Dimensão 5: Eixo 5 - Infraestrutura	4,53
Conceito final	5

Fonte: Relatório de Credenciamento e-MEC/jan. 2020

Ratificando o compromisso com a qualidade do ensino jurídico e com a formação dos cidadãos, a FMP novamente foi avaliada com a nota máxima pelo Ministério da Educação (MEC), recebendo a nota 5, no credenciamento institucional. O credenciamento institucional é um processo composto por diversas etapas, dentre as quais a avaliação *in loco*, que culmina em um relatório elaborado por uma comissão de avaliadores, em que constam aferidas as informações apresentadas pela instituição de ensino superior, relacionadas à realidade encontrada durante a visita. Com base nestas informações é gerado o Conceito Institucional (CI). A avaliação leva em conta uma série de critérios rigorosos, que vão

desde a grade curricular e conteúdos repassados nas salas de aprendizagem, passando pela qualidade e formação do corpo docente e envolvendo ainda questões estruturais e administrativas. Para ter a definição da nota, além do envio de documentações ao MEC, houve ainda uma visita *in loco* dos avaliadores do MEC, que estiveram na FMP no período de 26/02/2019 a 02/03/2019.

Cabe destaque que a FMP foi a única instituição privada de ensino do Rio Grande do Sul a receber o Selo OAB Recomenda - Instrumento em Defesa da Educação Jurídica Brasileira, concedido pela OAB Nacional, que ratifica o trabalho qualificado de todo corpo técnico-administrativo e docente. Na edição de 2018, mais de 1500 cursos participaram das avaliações e apenas 161 receberam o Selo. No Rio Grande do Sul, além da FMP, quatro instituições públicas de ensino receberam a distinção. O selo é atribuído a cada três anos e leva em conta em sua formulação o índice de aprovação de alunos no Exame de Ordem e o seu desempenho no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). No Rio Grande do Sul, além da FMP, quatro instituições públicas receberam a distinção. A observar que o Selo OAB Recomenda já havia sido obtido na edição de 2015 e assim, por ser concedido na periodicidade trienal, os Selos foram obtidos de forma consecutiva, ou seja, em 2015 e 2018. Destaca-se também as 5 estrelas recebidas no Guia do estudante em 2017, 2018, 2019 e 2020.

Figura 1 – Registro do recebimento do selo de qualidade OAB Recomenda



FMP RECEBE PELA SEGUNDA VEZ O SELO OAB RECOMENDA

31 de janeiro de 2019

Fonte: Site da FMP (2019)

Pelo terceiro ano consecutivo, a FMP recebeu o Selo Instituição Socialmente Responsável concedido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). O selo certifica a participação na 16ª Campanha da Responsabilidade Social do Ensino Superior Particular. A Instituição recebeu o selo pelas ações realizadas ao longo do ano de 2020/2021.

Figura 2 – Divulgação da certificação da FMP com o selo Instituição Socialmente Responsável



Fonte: ABMES (2020)

Além de ser a única Faculdade de Direito privada a exibir o selo de qualidade OAB Recomenda, a Graduação tem o melhor índice de aprovação na média das últimas 10 edições do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entre todas as instituições particulares do Rio Grande do Sul. No XXX exame de ordem unificado, realizado em 2020, foram aprovados 42,70% dos estudantes inscritos, atingindo excelente desempenho e comprovando a excelência da faculdade, que possui foco exclusivo no Direito.

Tabela 1 – Resultados comparativos dos exames da OAB – 2017-2020

COMPARATIVOS ENTRE EDIÇÕES DA PROVA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL											
Exame da OAB	Data do resultado final	Colocação no Brasil	Colocação no RS	Colocação em POA	Inscritos FMP	Presentes	Aprovados	%FMP	%Brasil	%RS	%POA
I	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
II	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
III	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*
IV	04/10/2011	28º	6º	2º	26	26	9	34,62%	15,28%	15,47%	19,21%
V	16/01/2012	167º	14º	3º	48	48	16	33,33%	24,52%	28,84%	33,80%
VI	03/05/2012	107º	6º	2º	35	35	14	40%	25,98%	26,66%	29,45%
VII	14/08/2012	116º	9º	3º	54	54	15	27,78%	14,97%	18,79%	26,34%
VIII	21/11/2012	109º	10º	2º	56	54	18	33,33%	18,13%	23,33%	28,62%
IX	26/04/2013	182º	11º	3º	55	52	9	17,31%	11,43%	10,18%	11,96%
X	26/07/2013	89º	9º	4º	54	52	27	51,92%	28,07%	34,32%	39,40%
XI	19/11/2013	172º	11º	3º	49	48	11	22,92%	14,19%	15,63%	17,47%
XII	25/03/2014	274º	17º	3º	66	65	11	16,92%	13,62%	12,57%	14,57%
XIII	14/07/2014	224º	17º	3º	90	83	17	20,48%	14,56%	18,22%	18,46%
XIV	20/10/2014	199º	9º	4º	88	84	27	32,14%	22,76%	19,24%	25,10%
XV	24/05/2015	96º	4º	2º	75	69	36	52,17%	26,60%	28,42%	33,24%
XVI	30/06/2015	97º	9º	3º	64	63	27	42,86%	20,86%	24,49%	26,16%
XVII	23/10/2015	114º	5º	3º	95	95	48	50,53%	28,24%	32,67%	39,85%
XVIII	01/03/2016	59º	5º	4º	84	78	42	53,85%	21,14%	24,65%	32,86%
XIX	05/07/2016	75º	4º	2º	85	85	33	38,82%	13,28%	14,22%	19,15%
XX	26/10/2016	197º	10º	3º	65	62	20	32,26%	20,11%	23,34%	27,01%
XXI	14/02/2017	68º	4º	3º	71	69	28	40,58%	15,71%	17,42%	22,82%
XXII	04/07/2017	282º	13º	3º	71	65	20	30,77%	23,67%	24,51%	29,87%
XXIII	24/10/2017	110º	4º	3º	82	79	28	35,44%	16,61%	15,07%	18,51%
XXIV	06/03/2018	211º	10º	2º	97	95	33	34,74%	23,92%	26,46%	30,79%
XXV	12/07/2018	202º	9º	2º	89	85	26	30,59%	20,39%	22,22%	28,17%
XXVI	23/10/2018	127º	6º	3º	113	105	38	36,19%	18,19%	20,68%	24,32%
XXVII	20/01/2019	100º	3º	2º	106	105	31	29,52%	8,41%	7,66%	6,20%
XXVIII	05/06/2019	96º	5º	2º	99	93	48	51,61%	23,99%	26,44%	32,89%
XXIX	24/09/2019	77º	4º	2º	81	77	36	46,75%	23,47%	27,29%	31,64%
XXX	17/01/2020	65º	5º	3º	94	89	38	42,70%	17,01%	19,11%	23,91%

Fonte: Site da OAB - Legenda: * = dados não disponíveis

Tabela 2 – CPC – Insumos Direito – FMP

	Nota Contínua do ENADE	Nota padronizada Org. Didático- Pedagógica	Nota Padronizada Infraestrutura	Nota Padronizada – Oport. Ampliação	Padronizada do IDD	Nota Padronizada de Mestres	Nota Padronizada de Doutores	Nota Padronizada de regime de trabalho	CPC Contínuo/Faixa
2012	3,7318	4,6882	4,3396	NSA	3,2814	4,6250	3,0000	3,2500	3,6126
2015	3,3817	3,3582	3,4882	3,9214	1,9806	4,7045	3,2389	4,4500	3,0663
2018	3,6099	4,7431	4,8019	4,83664	2,9728	5,0000	3,3823	5,0000	3,7373
	7%	+41%	+37%	+24%	50%	6%	4%	12%	21%

Fonte: Site Portal INEP

Tabela 3 – Resultados comparativos ENADE 2012 - 2018

	ENADE 2012	ENADE 2015	ENADE 2018
Nome da IES	FMP	FMP	FMP
Concluintes Inscritos	108	146	141
Concluintes Participantes	104	144	137
Conceito Enade (Contínuo)	3,73	3,3817	3,6099
Conceito Enade (Faixa)	4	4	4

Fonte: Site Portal INEP

Os resultados alcançados no ENADE (Conceito 4) e nos últimos Exames da OAB, refletem, por si, a importância da avaliação institucional como processo permanente, que permite, por meio do levantamento de informações e da sistematização de dados, tomar decisões de relevante importância para o ensino jurídico produzido na FMP. Atende ao formalismo institucional e normativo externo, voltando-se para as melhorias contínuas e à implantação de uma cultura de planejamento/execução/reflexão/ação do processo autoavaliativo.

A partir da análise dos relatórios das avaliações externas e dos relatórios de autoavaliação dos anos anteriores, foi elaborado o Relatório de Autoavaliação da IES para o ano de 2020. Com a finalidade de atender o disposto na Nota Técnica CGACGIES/DAES/INEP N° 08/2013 e as orientações da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014, o presente relatório apresenta a análise dos 5 eixos, dentro das 10 dimensões referenciadas no marco legal do Sinaes (Artigo 3º da Lei nº 10.861):

- a) Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional,
 - Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.
- b) Eixo 2: Desenvolvimento Institucional,
 - Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;
 - Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.
- c) Eixo 3: Políticas Acadêmicas
 - Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão
 - Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade
 - Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes
- d) Eixo 4: Políticas de Gestão
 - Dimensão 5: Políticas de Pessoal
 - Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição
 - Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira
- e) Eixo 5: Infraestrutura Física
 - Dimensão 7: Infraestrutura Física

Conforme apresentado acima, a IES concluiu a revisão e a atualização das metas do PDI (2015-2019), razão pela qual os membros da CPA redirecionaram a

avaliação do Eixo 1 (Planejamento e Avaliação Institucional) e do Eixo 5 (Infraestrutura Física) como objeto de análise do Relatório Parcial do ano de 2019. No ano de 2018, foi elaborado Relatório Parcial, correspondentes ao Eixo 2 (Desenvolvimento Institucional), Eixo 3 (Políticas Acadêmicas) e Eixo 4 (Políticas de Gestão). O presente Relatório contempla as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de 2020, explicita uma análise completa dos eixos de avaliação que contemplam os marcos legais do Sinaes, de acordo com as atividades acadêmicas e de gestão. Apresenta, ainda, um plano de ações de melhoria à IES.

A divulgação deste relatório está prevista para o início do semestre letivo de 2021, aos segmentos acadêmicos e da comunidade em geral.

1.1 Identificação da Faculdade de Direito da FMP

Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, credenciada para funcionar como Instituição de Ensino Superior pela Portaria MEC n.º 3.640, de 17/10/2005 – DOU de 20/10/2005, e reconhecida pela Portaria MEC n.º 130, de 27 de fevereiro de 2013, publicada no DOU n.º 40, p. 32, de 28 de fevereiro de 2013.

Endereço: Rua Coronel Genuíno, n.º 421: 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º 11º e 12º andares

Fone: (51) 3027.6565

Fax: (51) 3027.6555

1.2 A Mantenedora

A **Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul** é entidade administrativa e financeiramente autônoma, dotada de personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos. É presidida pelo Sr. Dr. Fábio Roque Sbardellotto, desde dezembro de 2019.

CNPJ: 90.090.762.0001-19

Endereço: Rua Coronel Genuíno, n.º 421, 9.º andar

Fone: (51) 3027 6565

Fax: (51) 3027 6555

1.3 Gestão - 2019/2022

O Professor Dr. Fábio Roque Sbardellotto, tomou posse no dia 13 de novembro de 2019, como presidente da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) para gestão 2019/2022. Por meio do Ato Resolutivo nº 01/2019, foi nomeado o Professor Me Gilberto Thums como Diretor da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, permanecendo no cargo de Coordenador de Curso de Bacharelado em Direito, o Professor Dr. Luis Augusto Stumpf Luz, de acordo com a Portaria nº 05/2017. Foi nomeado pela Portaria da Direção nº 6/2019, o Professor Dr. Augusto Tanger Jardim como Coordenador Adjunto do Curso de Bacharelado em Direito desta Faculdade.

Figura 3 – Posse dos integrantes da nova diretoria da FMP



TOMA POSSE A NOVA DIRETORIA DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14 de novembro de 2019

Fonte: Site da FMP (2019)

1.4 Integrantes da Comissão Própria de Avaliação da Faculdade

Em 2020, a Comissão Própria de Avaliação foi exercida pelos membros abaixo relacionados:

- a) Representantes do Corpo Técnico-Administrativo,
 - Bianca Antunes Moreira;
 - Camila Silva Lopes;
 - O'hara de Oliveira Reis.

- b) Representantes do Corpo Docente,
 - Antônio Carlos Nedel;
 - Renata Maria Dotta;
 - Luis Augusto Stumpf Luz (Coordenador da Comissão).

- c) Representante do Corpo Discente,
 - João Manuel Seixas Osório;
 - Lucianna Muzzell;
 - Ornella Di Lorenzo Silva.

- d) Representante da Sociedade Civil,
 - Bruno Nunes Siufi;
 - Sulamita Santos Cabral;
 - Renato da Silva Selayaram.

1.5 Caracterização do Curso de Graduação em Direito

Nesta subseção, são indicadas as características do curso de graduação em direito da FMP.

1.5.1 Denominação do curso

Curso de Direito - Bacharelado

1.5.2 Código do curso no INEP

N.º 92.173

1.5.3 Carga horária total

A carga horária é de 3.703 horas (60min), que equivalem a 4.444 horas-aula² de 50 min.

1.5.4 Número de créditos

O número de créditos é de 234.

1.5.5 Embasamento legal interno

Nas alíneas abaixo, esto embasamento legal interno:

- a) Regimento da Faculdade;
- b) Plano Pedagógico Institucional;
- c) Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Atos regulatórios decorrentes.³

1.5.6 Embasamento legal externo

Nas alíneas abaixo, está indicado o embasamento legal interno:

² Segundo Ato Normativo, aprovado na reunião da Direção Superior de 3/8/2009, GRAD n.º 002/2009 – Alteração Matriz Curricular, que altera a Matriz Curricular do Curso de Direito, aprovada pelo MEC, autorizado pela Portaria MEC n.º 846, de 4 de abril de 2006, publicada no DOU de 5/4/2006, quando da Autorização de Funcionamento do Curso, a serem cumpridas pelos acadêmicos a partir do 2.º semestre de 2009.

³ Conforme documentos integrantes do arquivo de Regulamentações da Faculdade.

- a) Lei n.º 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação;
- b) Parecer CNE CES n.º 55/2004; Parecer CNE/CES n.º 211/2004, Resolução CNE/CES n.º 09/2004; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito;
- c) Decreto n.º 5.626/2005; Libras;
- d) Parecer CNE/CES n.º 08/2007; Carga horária;
- e) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002; Política da Educação Ambiental;
- f) Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004 – SINAES;
- g) Condições de Acessibilidade, conforme as leis n.º 10.098/2002, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e a Portaria n.º 3.284/2003;
- h) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei n.º 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003;
- i) Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP n.º 8/2012. Parecer CP/CNE n.8 de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE n.1 de 30/05/2012.

1.5.7 Número de vagas

Em 2017/1, o curso passou a ofertar 230 novas vagas anuais, distribuídas semestralmente em dois turnos, conforme Portaria Normativa n.º 21/2016, que aprovou a instituição passar de 200 para a oferta de 230 vagas anuais, conforme anteriormente homologado pela Portaria de Reconhecimento do Curso n.º 444, de 1.º de novembro de 2011, publicada no DOU n.º 211, de 3 de novembro de 2011, p.40.

1.5.8 Turnos de funcionamento

O Curso funciona no turno diurno e no noturno.

1.5.9 Dimensões das turmas

As turmas são compostas por, no máximo, 50 acadêmicos, atendidas as especificidades da disciplina e do espaço da sala de aula. As turmas das disciplinas de Práticas Jurídicas têm, no máximo, 30 alunos.

1.5.10 Prazos de integralização do curso

Conforme a legislação vigente, o tempo mínimo para integralizar o Curso é o de dez semestres. A Faculdade estabeleceu, como prazo máximo para a conclusão do Curso, o período de 16 semestres.

1.5.11 Missão do curso

Promover a educação e a cultura sociojurídica, preparando cidadãos e profissionais éticos para atuarem como agentes de transformação social.

1.5.12 Visão do curso

Ser reconhecido como excelente opção educacional focada na formação de juristas diferenciados: profissionais éticos, humanistas, resolutivos e prontos para os desafios do Estado contemporâneo no mundo globalizado, capazes de enfrentar, como lideranças institucionais, as questões jurídicas de modo interdisciplinar.

1.5.13 Valores do curso

Valorizar o conjunto de ideias, crenças, sentimentos e atitudes que orientam a sua essência, que remetem à competência, efetividade, ética, excelência, interdisciplinaridade, justiça e pluralidade.

1.5.14 Objetivo geral do curso

Formar profissionais para uma sociedade em constante mutação, com adequada visão humanística, ética e crítica, técnico-jurídica e prática, capazes de compreender, refletir e agir sobre o fenômeno jurídico de forma interdisciplinar, bem como de antecipar-se, oferecendo orientações capazes de posicionar a comunidade no enfrentamento dos problemas atuais e futuros, pela reflexão sustentada em um conhecimento teórico consolidado, cumprindo seu papel de agente de transformação regional e nacional.

1.5.15 Objetivos específicos do curso

Nas alíneas abaixo, estão descritos os objetivos específicos do curso:

- a) **Alcançar** o patamar de excelência na formação jurídica de bacharéis cientes da necessidade de cultivar a educação jurídica continuada, preparados para uma sociedade em constante mutação, reconhecidos como profissionais competentes para resolver tecnicamente os problemas que se apresentam sempre como desafios éticos e humanos.
- b) **Colaborar** no desenvolvimento dos conhecimentos teóricos e com intervenções práticas, para a melhoria dos indicadores sociais brasileiros e regionais, tendo como horizonte a efetivação de direitos fundamentais e a formulação de propostas no que tange às políticas públicas, bem como à integração e às cooperações internacionais.
- c) **Enfatizar** os valores plurais que conformam a Justiça das sociedades contemporâneas – interculturais e complexas – e estimular práticas coerentes com a emancipação e a inclusão das pessoas, cuja dignidade é valor fonte do Estado Constitucional, preferencialmente pela atuação extrajudicial, para prevenção e solução de conflitos individuais, coletivos e difusos.
- d) **Apresentar** a formação oferecida como alternativa de alto nível, no cenário educativo brasileiro, para estudos interdisciplinares que congreguem atividades de ensino, pesquisa e extensão com vocação

para a interação entre o público e o privado, descortinando as diretrizes atuais para o aperfeiçoamento democrático do Direito, com processos decisórios claros e transparentes, e desenvolvimento sustentável centrado na dignidade da pessoa humana e no primado do Direito.

1.5.16 Aprendizagem desejada

Os princípios filosóficos e teórico-metodológicos que iluminam as áreas temáticas contempladas na matriz curricular de cada disciplina foram elaborados a partir das seguintes premissas:

- a) Possibilitar a interdisciplinaridade e a flexibilidade de aprendizagem dos acadêmicos, dos docentes e da instituição como um todo;
- b) Possibilitar a construção do conhecimento pelo próprio acadêmico e ampliar a participação dos docentes nessa trajetória discente, com apoio nas atividades de pesquisa e de extensão realizadas;
- c) Viabilizar a integração entre as disciplinas teóricas e as práticas de maneira gradual, visto que o acadêmico precisa localizar-se conceitualmente antes da realização de práticas orientadas.

1.5.17 Perfil do egresso

Levando em conta as determinações estabelecidas pela Resolução CNE/CES n.º 9, de 29 de setembro de 2004, ficam definidas as finalidades e as expectativas do corpo diretivo, dos docentes da Faculdade, da mantenedora, dos estudantes ingressantes, e a relação da IES com o estudante concluinte.

O perfil do egresso do Curso aponta para um sujeito capaz de refletir sobre sua ação, pautada pela ética, pelo humanismo, de forma contextualizada, trazendo, em sua ação, soluções e orientações, de forma qualificada, para a pacificação das relações entre os diversos públicos que buscam a proteção de seus direitos. Nesse contexto, a Fundação Escola Superior do Ministério Público, por meio de seu Curso de Graduação em Direito, propõe formar profissionais com as seguintes competências, habilidades e atitudes:

- a) Atitude constante de autoavaliação quanto às habilidades e aos conhecimentos, de modo a projetar permanente atualização e contínuo aperfeiçoamento;
- b) Atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias (administrativas, judiciais e outros espaços), pela utilização de processos, atos e procedimentos;
- c) Capacidade de pesquisar e capacidade para utilizar legislação, jurisprudência, doutrina e outras fontes para a aplicação e a produção criativa do Direito, mercê de análise crítica do sistema jurídico, de modo a encontrar a solução mais viável para os casos e as situações apresentados, valendo-se da interdisciplinaridade e dos valores sociais estampados na Constituição Federal;
- d) Capacidade de comparar e contrastar, detectar contradições, avaliar as consequências das escolhas axiológicas; questionar a realidade e argumentar coerentemente, inclusive de forma estético-expressiva; em especial, utilizar o raciocínio jurídico e a capacidade de convencimento, metafórica e analógica;
- e) Capacidade de leitura e análise das várias linguagens, inclusive imagéticas, tradicionais ou visionárias, bem como compreender e elaborar textos e documentos;
- f) Domínio de informações e capacidade de compreender e desenvolver métodos extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos, assim como outras tecnologias e métodos alternativos;
- g) Postura humanística e interdisciplinar para além do domínio dos conteúdos estritamente jurídicos, evidenciando a capacidade de compreender e situar-se em temas que transcendem o específico ambiente jurídico;
- h) Capacidade de compreender o integrar os fundamentos filosóficos e teóricos do Direito com sua aplicação prática, bem como a sua essência humanística;
- i) Utilização correta da linguagem (com clareza, precisão e propriedade) e da fluência verbal e escrita, com riqueza de vocabulário;

- j) Habilidade e atitude para conviver com as pessoas, capaz de alteridade, de mediação e de aproximar pessoas;
- k) Perceber seu papel de agente comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e solidária;
- l) Posição pragmática voltada para a realidade regional, ciente do contexto internacional, com competência suficiente para entender o alcance das normas jurídicas e sua aplicabilidade, para equacionar problemas e levar harmonia aos interesses sociais em tensão.

1.6 Caracterização da Pós-Graduação

A Pós-Graduação vem desenvolvendo seu compromisso com a qualidade e com o acompanhamento e a avaliação de suas ações nos âmbitos em que atua. A IES, por meio de seus cursos de Pós-Graduação, se coloca como opção ao incremento da capacitação de estudantes para a atuação especializada na área pública, sem deixar de reconhecer sua responsabilidade na formação de profissionais de outras carreiras jurídicas.

Ainda que a FMP tenha foco no Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado, o Programa de Pós-Graduação busca ser mais abrangente, atuando no âmbito das diferentes carreiras jurídicas. A divulgação é feita entre os vários setores da sociedade, como os órgãos de administração direta e indireta, estaduais e federais situados neste Estado, para entidades de classe, federações de indústria e comércio. Ao egresso do Curso Bacharelado em Direito da FMP também são concedidos benefícios para o desenvolvimento de sua formação nos cursos de Pós-Graduação (*stricto* e *lato sensu*), conforme prevê o Programa de Acompanhamento ao Egresso.

As metas do PDI, relativas à Pós-Graduação, merecem destaque pelo esforço empreendido pela IES no sentido de aproximar e integrar a Graduação da Pós-Graduação. A Faculdade, como IES, incorporou as ações desenvolvidas pela Mantenedora (especialmente credenciada como instituição não educacional para oferecer cursos de Especialização), dando continuidade às ofertas que estão incorporadas no PDI. Em 2014, foi constituída uma comissão para elaboração de projeto de implantação de curso *stricto sensu*. Ao final do semestre letivo de 2015, a

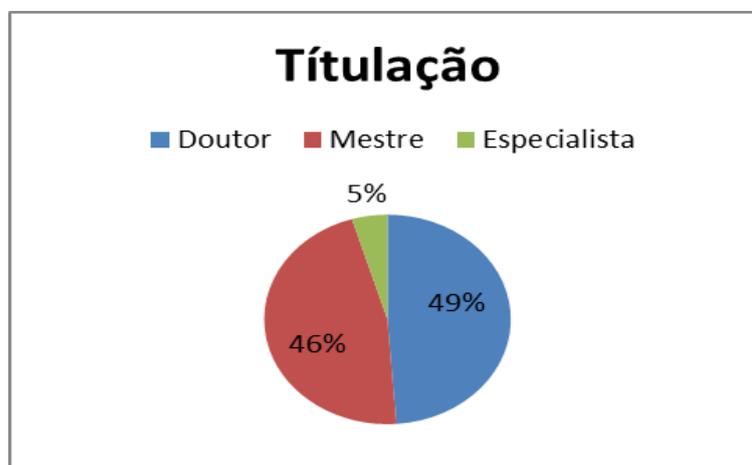
IES obteve a aprovação da oferta da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, habilitando-a para ofertar o curso de Mestrado Acadêmico, estruturado em duas linhas de pesquisa: Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados e Tutelas à Efetivação dos Direitos Transindividuais, cuja primeira turma teve ingresso no primeiro semestre de 2016. A Faculdade se coloca, assim, com seus cursos de Pós-Graduação, *lato e stricto sensu*, como opção natural para qualificar a ação administrativa na área pública dos órgãos de administração direta e indireta estadual, municipal e federal. Além disso, há uma preocupação em reorganizar e acompanhar as tendências pedagógicas, com a proposição de cursos de Pós-Graduação de forma modular e adequadas às ferramentas de EaD.

Ao longo dos últimos anos, a fim de atender, de forma mais qualificada, a comunidade acadêmica, medidas de aproveitamento da contratação das horas dos docentes da Graduação, nos cursos de Pós-Graduação, no desenvolvimento de grupos e atividades de pesquisa e de extensão foram adotadas, resultando também no maior intercâmbio e integração e entre acadêmicos e docentes de diferentes níveis.

1.7 Caracterização e evolução do corpo docente – 2019 a 2020

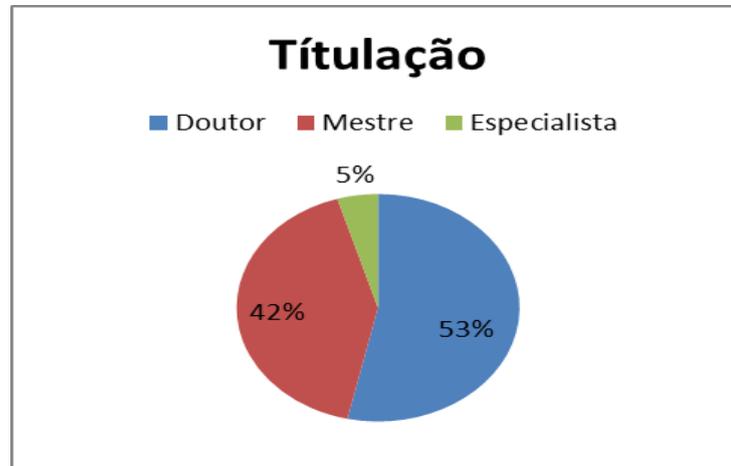
Em relação à titulação do corpo docente que atuou no Curso de Graduação no ano letivo de 2020 e de 2019, 95% dos docentes apresentaram a titulação de Pós-Graduação *stricto sensu*, conforme gráficos.

Gráfico 1 - Titulação dos Docentes que Atuaram na Graduação em 2020/1



Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021.

Gráfico 2 - Titulação dos Docentes que Atuaram na Graduação em 2020/2



Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021.

Tabela 4 - Demonstrativo do número de docentes da Graduação quanto à titulação (2019/2020 – 1.º e 2.º sem.)

Titulações	Ano de 2019		Ano de 2020	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Graduado	0	0	0	0
Especialista	2	2	2	2
Mestre	19	18	20	18
Doutor	22	21	21	23
Total	43	41	43	43

Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021.

Tabela 5 - Demonstrativo do regime de trabalho e titulação dos docentes da Graduação (2018/2019/2020 – 1.º e 2.º sem.)

Titulação dos docentes da graduação	Regime de Trabalho					
	Tempo integral		Tempo parcial		Horista	
Doutores	2018/1	2018/2	2018/1	2018/2	2018/1	2018/2
	16	16	5	5	0	0
	2019/1	2019/2	2019/1	2019/2	2019/1	2019/2
	16	16	6	5	0	0
	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2
15	16	6	7	0	0	
Mestres	2018/1	2018/2	2018/1	2018/2	2018/1	2018/2
	5	5	11	13	2	2

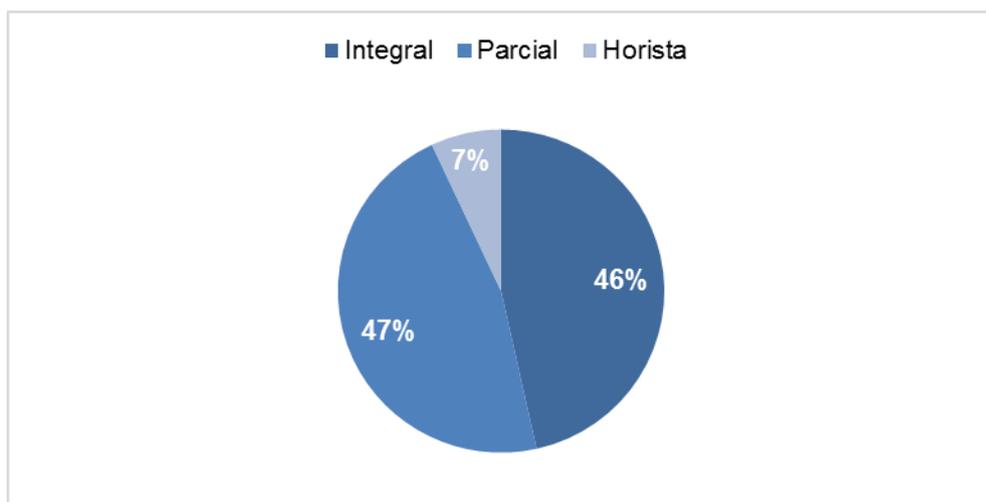
	2019/1	2019/2	2019/1	2019/2	2019/1	2019/2
	4	4	13	13	2	1
	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2
	5	4	10	11	5	3
Especialistas	2018/1	2018/2	2018/1	2018/2	2018/1	2018/2
	0	0	0	1	1	1
	2019/1	2019/2	2019/1	2019/2	2019/1	2019/2
	0	0	1	1	1	1
	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2	2020/1	2020/2
	0	0	1	2	1	0

Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021.

Em 2019/2, a Faculdade contava com o quadro de 41 docentes, sendo 21 professores contrato Regime de Tempo Integral, 18 professores em Regime de Tempo Parcial e 2 horistas. Em 2020/2, a Faculdade contava com o quadro de 43 docentes, sendo 20 professores contrato Regime de Tempo Integral, 20 professores em Regime de Tempo Parcial e 2 horistas.

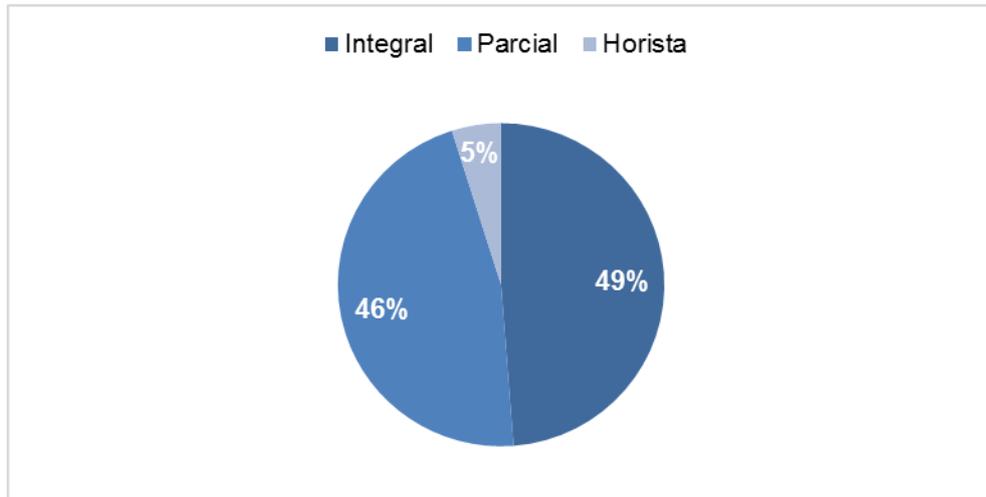
Segue, abaixo, gráficos demonstrativos referentes ao regime de trabalho docente em 2019 e 2020:

Gráfico 3 – Evolução Do Regime De Trabalho Docente – 2019/1



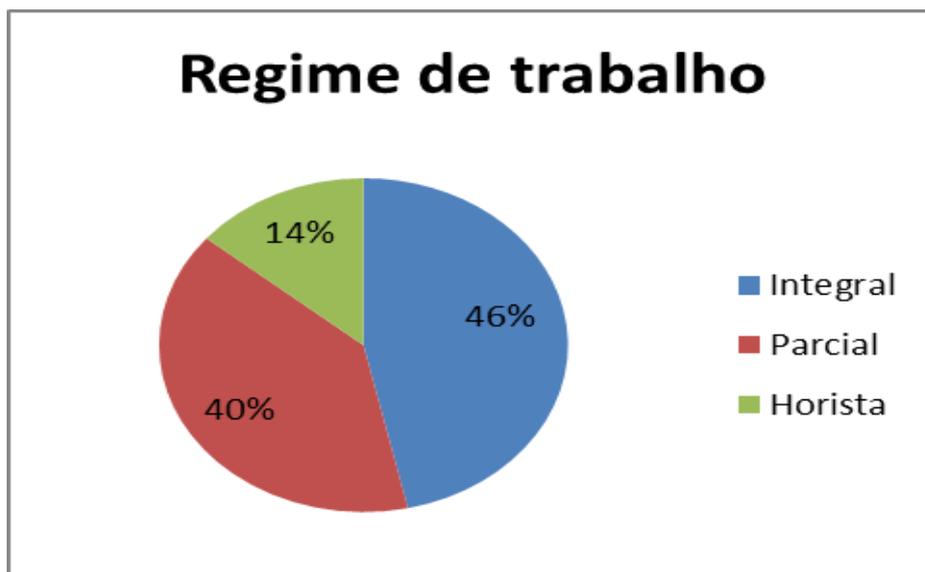
Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2020.

Gráfico 4 – Evolução Do Regime De Trabalho Docente – 2019/2



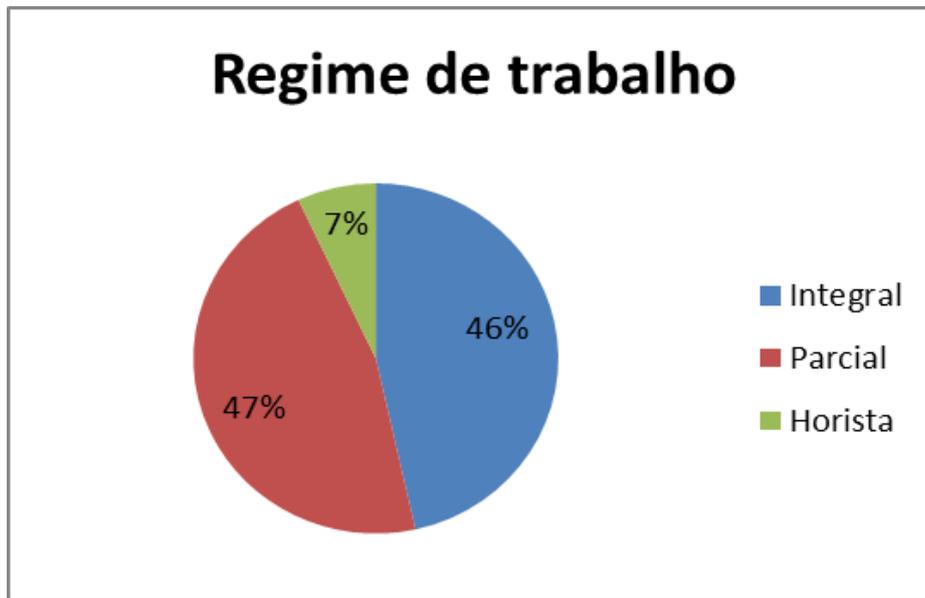
Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2020.

Gráfico 5 – Evolução Do Regime De Trabalho Docente – 2020/1



Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021.

Gráfico 6 – Evolução Do Regime De Trabalho Docente – 2020/2



Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021

A Comissão Própria de Avaliação vem observando o esforço da Mantenedora, da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso no que se refere à alteração do regime de trabalho dos docentes, na busca da melhoria qualitativa de desempenho e da disponibilidade à docência.



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Segunda Parte: Metodologia



2 METODOLOGIA

A CPA baseou-se nas orientações vigentes da avaliação externa MEC/CONAES - Diretrizes para a Avaliação Externa, documentos internos e do instrumento de satisfação global, dentre outras alternativas, para fins de elaboração da proposta de avaliação institucional de 2020. Regularmente, são 5 as fontes principais de coleta de dados que auxiliam na análise da avaliação institucional, entre elas:

- a) o formulário de avaliação aplicado aos discentes, docentes e colaboradores;
- b) os Totens disponíveis fisicamente na Instituição e nos portais de comunicação da IES;
- c) as demandas recebidas pela Ouvidoria;
- d) as avaliações pontuais das atividades de extensão oferecidas e;
- e) as atas das reuniões de representantes de turma realizadas bimestralmente.

Ainda, há de se destacar, a realização de grupos focais, em especial nos anos de 2018 e 2019, e o acesso da avaliação exclusiva realizada com os formandos, pelo Programa de Acompanhamento de Egressos, que fortaleceram as orientações para a readequação da estrutura da Matriz Curricular do curso.

No ano de 2019 e 2020, coerente com sua missão, a FMP apoiou a realização do processo de autoavaliação interna, não apenas como uma exigência legal estabelecida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas como requisito de apoio à melhoria de seus processos de gestão acadêmica e administrativa e de melhoria de seus procedimentos e produtos educacionais oferecidos, em nível de Graduação e de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*.

Dessa forma, a partir da análise dos processos internos de avaliação, durante o último triênio, foi possível identificar:

- a) a consolidação dos ajustes operacionais e gerenciais nos níveis de Graduação e de Pós-Graduação;

- b) a possibilidade de exploração das potencialidades descobertas relativas às políticas de pessoal, à responsabilidade social e a organização da gestão institucional.

A análise dos demais documentos normativos da Faculdade, realizada por meio das informações obtidas pela CPA junto aos informantes do Quadro, exposto a seguir, evidencia a importância da avaliação dos principais indicadores constantes dos documentos para uma gestão de qualidade, em especial:

- a) no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- b) no Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- c) no Regimento da Faculdade;
- d) o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito (PPC);
- e) na revisão dos atos normativos existentes, relativos a questões acadêmicas e administrativas;
- f) na possibilidade de elaborar novos atos normativos relativos ao funcionamento de estruturas auxiliares criadas e avaliadas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), o Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico (NAP), as Coordenações da Pesquisa, da Extensão e das Atividades Complementares;
- g) nos relatórios das Comissões de Avaliadoras *in loco* do MEC, que subsidiaram o reconhecimento do curso e o recredenciamento institucional.

Quadro 6 - Demonstrativo das categorias de informantes de 2020 para a avaliação das dimensões de Avaliação Institucional

Dimensões		2020
Missão e PDI		Diretor da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Curso, Direção Executiva, integrantes do NAP, integrantes da Coordenação da Pós-Graduação, integrantes do NDE.
Ensino	Geral	Direção da Faculdade, Coordenadores de Curso, Docentes, Acadêmicos, Integrantes do NAP, Ouvidoria.
	Grau de Satisfação	Acadêmicos e Docentes
Responsabilidade Social		Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos, Direção Executiva, integrantes

	do NDE, Coordenadores de Apoio, integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente
Comunicação com a Sociedade	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos, Docentes, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio, integrantes do NAP, do Corpo Docente e Discente, e Ouvidoria
As políticas de carreiras do corpo docente e técnico administrativo	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, Docentes, Colaboradores técnicos administrativos e integrantes do NAP
Organização e gestão da instituição	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio e Mantenedora
Infraestrutura física	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio e Mantenedora, Colaboradores técnicos administrativos, Docentes e Mantenedora
Planejamento e Avaliação	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, integrantes do NDE, Coordenadores de apoio e NAP
Políticas de atendimento ao acadêmico	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva, Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e integrantes do Corpo Discente e Docente
Sustentabilidade Financeira	Direção da Faculdade, Gestores técnicos e Supervisores de Área, Coordenadores de Cursos Direção Executiva e Mantenedora

Fonte: Elaboração própria

O processo de avaliação docente e institucional reeditou a perguntas elaboradas nas edições anteriores do instrumento de autoavaliação. Para a elaboração do instrumento, foram consideradas as principais finalidades expressas pela IES em seus documentos institucionais, em especial, o art. 2.º do seu Regimento. Em 2019, o processo avaliativo foi realizado em dois períodos formais, previstos no Calendário Acadêmico, propiciando a ampla divulgação e participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação. Em 2020, o processo avaliativo ocorreu a partir de uma abordagem sistêmica com foco nos efeitos pandêmicos em relação ao ensino na modalidade telepresencial, voltada para todos os segmentos da comunidade acadêmica. As avaliações ocorreram em períodos distintos, sendo realizadas com os alunos do Mestrado no período de 02/10 a 16/10, no período de 19/10 a 19/11 – com estudantes da Graduação e com o corpo técnico-administrado entre 20/11 a 04/12. Os eixos trabalhados envolveram a avaliação do processo de ensino e das atividades extensionistas, infraestrutura e a modalidade de

ensino telepresencial, bem como a autoavaliação individual do estudante. Ao corpo técnico administrativo, foi avaliada a satisfação em relação a transição para o trabalho remoto (*home office*), a organização pessoal e o seu ambiente pessoal para execução das atividades em *home office*, além da satisfação com as medidas de proteção, dentre elas o acesso a informação em relação às medidas sanitárias adotadas para precaução do COVID-19, bem como disponibilização os EPI's necessários para precaução do COVID-19. Os resultados demonstraram uma avaliação positiva do corpo discente e administrativo em relação à transição do estudo presencial para o tele presencial e ao tele trabalho.

Figura 4 – Divulgação da Avaliação Institucional de 2020



Fonte: Acervo institucional (2020)

Figura 5 - Divulgação da Avaliação Institucional de 2019/2



Fonte: Acervo institucional (2019)

As avaliações qualitativas recebidas no Totem Virtual, analisadas sistematicamente pela CPA, são redirecionadas para o tratamento da demanda ao setor responsável, quando necessário, a fim de dar retorno ao interessado. Os Totens estão disponíveis nos andares da FMP, e também podem ser acessados através do portal do Aluno. É dividido por áreas/setores - Atendimento, Infraestrutura, TI, entre outros. As informações obtidas pelos Totens servem para a consolidação da avaliação qualitativa da IES, que permite incluir o acompanhamento, em tempo real, das avaliações e comentários de estudantes, de funcionários e de docentes.

Em 2020, especificamente, a CPA elaborou o cronograma abaixo para realizar os diversos procedimentos previstos para o Projeto de Autoavaliação Institucional.

Quadro 7 - Cronograma de Autoavaliação Institucional da Faculdade de Direito – 2020

ETAPA 2020	Jan.	Fev.	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Organização prévia do Relatório / 2019												
Encaminhamento do relatório de 2019												
Reuniões da CPA (presenciais ou on-line)												
Definição e aprovação do plano de autoavaliação para o ano letivo												
Definição da metodologia de divulgação entre os envolvidos (professores, funcionários e estudantes).												
Definição de estratégias e Metodologia de coleta e tratamento de dados												
Sensibilização interna (cartazes, cartas e seminários).												
Contato com a TI p/ disponibilização dos questionários												
Definição de eventuais grupos de trabalho para o desenvolvimento das atividades												
Revisão dos questionários de avaliação												
Definição dos formatos dos relatórios												
Aplicação do questionário da autoavaliação												
Impressão e sistematização dos resultados												
Análise e difusão interna preliminar dos resultados												
Redação preliminar dos Relatórios												
Encaminhamento interno do Relatório Final de 2019												
Divulgação do relatório à comunidade acadêmica e planejamento da novas ações/2020												
Plano de Ação e propostas de ação 2021												
Avaliação crítica das atividades avaliativas												

Fonte: PAI, 2020.



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Terceira Parte: Desenvolvimento
e Avaliação dos Eixos



3 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Nesta seção, são identificadas as questões pertinentes ao Eixo 1 e avaliação institucional.

Quadro 8 – Principais ações realizadas

Eixo 1/Dimensão	Programa	Ações realizadas 2020
Planejamento e avaliação, especialmente dos processos, resultados e da eficácia da autoavaliação institucional	Programa de Avaliação Institucional – PAI	Autoavaliação institucional: docentes, discentes e corpo técnico-administrativo.
		Análise conjunta das informações oriundas das avaliações internas e externas e dos principais indicadores institucionais e indicadores setoriais.
		Uniformização dos relatórios.
		Retorno da avaliação ao corpo docente, discente e técnico-administrativo.
		Apresentação sistemática dos resultados para a comunidade acadêmica.
		Manutenção do Totem da CPA.

Fonte: Elaboração própria

3.1 Evidências quanto à dimensão planejamento e avaliação

O acompanhamento e a avaliação desta dimensão pautaram sua ação, principalmente, sobre os seguintes focos:

- a) a revisão e adequação do PDI foram realizadas por meio da constituição de uma equipe formada pelo corpo diretivo da IES, integrantes do corpo docente, integrantes do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, corpo técnico administrativo e interlocução com a Mantenedora, com a proposição de metas para o período vigente até 2025;
- b) a adequação e revisão do PPC às metas e exigências legais vigentes, incorporando aos documentos o consolidado de informações apontadas pela CPA nos processos de autoavaliação institucional e do conhecimento acumulado da comissão de professores integrantes do NDE;

- c) a permanente adequação e avaliação das ações previstas no PDI com o correspondente Plano de Ação Anual da IES;
- d) as ações decorrentes do planejamento, acompanhamento e operacionalização do Plano de Ação Anual, do PPI e dos Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Direito e dos Cursos de Pós-Graduação (PPCs);
- e) os procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.
- f) a análise das evidências do processo de autoavaliação, bem como o retorno e a divulgação dos resultados aos colaboradores, professores e estudantes;
- g) revisão da matriz curricular de acordo com as normas e portaria vigentes;
- h) a democratização e horizontalização da avaliação através de ferramentas que aproximam o corpo discente da gestão e planejamento institucional.

A IES vem acentuando a cultura de Planejamento e Avaliação ao incorporar o acumulado de conhecimentos advindos dos processos avaliativos nos principais documentos institucionais. Os membros da CPA, ao analisar os documentos e relatórios institucionais e daqueles decorrentes dos processos anteriores de autoavaliação, apontaram as principais potencialidades e fragilidades para a Direção da Faculdade. A partir do reconhecimento destas e da avaliação das metas previstas no PDI, constatou-se que o Plano de Ação Anual da IES, em 2020, foi planejado buscando dar respostas mais expressivas às fragilidades.

Os resultados das avaliações dos anos anteriores e das melhorias decorrentes da autoavaliação foram divulgados para a comunidade acadêmica no período em análise. Além disso, constata-se a observância da divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional no site oficial da IES.

As avaliações das metas previstas no Plano Anual de Ação de 2020 permitiram buscar maiores evidências quanto à efetividade do PDI, de suas respostas às demandas institucionais e à projeção de ações para 2021.

3.2 Outras considerações

A discussão e o estudo das propostas identificadas nos documentos PPI, PDI, e PPC pela IES, assim como os relatórios produzidos pela CPA renovam a consciência coletiva e permanente da importância do processo avaliativo interno e externo na Faculdade.

A partir da tomada de conhecimento e da divulgação dos relatórios de autoavaliação, se observa a convergência da Faculdade para o atendimento das demandas decorrentes do processo de Avaliação Institucional.

Avanços:

- a) avaliação positiva do processo de ensino-aprendizagem e da implementação das ferramentas para o ensino tele presencial por parte dos acadêmicos e do corpo docente;
- b) responsabilização individual e coletiva dos membros da CPA no planejamento, desenvolvimento, avaliação e divulgação dos resultados da autoavaliação;
- c) reavaliação da nova proposta de PDI pela IES, com a previsão de metas para o período de 2021-2025;
- d) coerência dos resultados dos processos de avaliação internos, externos e com as novas metas previstas no PDI;
- e) participação ampla dos diferentes segmentos institucionais no processo de revisão das metas previstas no PDI;
- f) criação de cultura de permanente monitoramento e avaliação para a identificação das necessidades institucionais e da visão futura da instituição;
- g) amplo estudo e revisão dos documentos institucionais (PPC, PPI, Regimento Interno) e preparação institucional para a elaboração do novo PDI;
- h) forte movimento para a divulgação da autoavaliação, sobretudo pela equipe de comunicação/marketing, através das redes sociais, SMS, e-mails, do site e cartazes espalhados pela instituição;
- i) criação da campanha institucional "Você pediu, a FMP atendeu" com ampla divulgação interna;

- j) aumento dos percentuais de participação da comunidade acadêmica na pesquisa de autoavaliação pelos discentes, sendo 35% em 2019 e 39,6% em 2020.
- k) a participação mais efetiva dos estudantes do Mestrado na pesquisa de autoavaliação, com 62,8% de respondentes.

4 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Nesta seção, são identificadas as questões pertinentes ao Eixo 2 e desenvolvimento institucional.

Quadro 9 – Principais ações realizadas: eixo 2

Eixo 2	Programa	Ações realizadas 2020
Dimensão 1: A missão e o plano de desenvolvimento institucional	Estudo do PDI	Acompanhamento e avaliação das estratégias do PDI.
		Reuniões permanentes da gestão para o aperfeiçoamento das políticas institucionais e implementação de ações voltadas à melhoria institucional.
		Elaboração do Plano Anual de Ação.
	Revisão do PPI	Revisão do PPI, estendendo-o para os demais níveis e modalidades de ensino da Faculdade. Qualificação dos professores para apropriação e implementação programada.
	Estudo do Regimento Interno	Continuação da revisão do Regimento da Faculdade.
	Estudo do PPC	Realização de revisão e estudo do PPC pelo NDE. Inclusão de metodologia ativas, disciplinas e atividades na modalidade EaD no projeto pedagógico do curso. Adaptação do ensino para a modalidade tele-presencial.
	Oferta de curso de pós-graduação <i>stricto-sensu</i>	Estabelecimento das normativas do Programa de Pós-Graduação.
Oferta de cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> – EaD	Implementação de novos projetos para oferta de cursos de pós-graduação <i>latu sensu</i> na modalidade EaD.	
Dimensão 3: A responsabilidade	Núcleo de Práticas Jurídicas	Realização de assessoria jurídica aos funcionários e dependentes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Firmado convênio com o Procon/RS para mediação nas relações de consumo e prevalência de tutela preventiva. Prática Jurídica nos Processos de

social da instituição, considerada especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural		Adoção e Acolhimento Institucional, entre outros.
	Núcleo de Responsabilidade Social	Selo de Responsabilidade Social 2020.
	Acessibilidade	Aperfeiçoamento de mecanismos de acessibilidade às pessoas da comunidade interna e externa nos eventos e atividades da Faculdade
	Espaço para publicação de artigos para disseminação dos resultados	Associação na ABEC. Indexação da Revista da FMP nas bases Diadorim, Google acadêmico, Sumários.org e Livre. Projeto de indexação da Revista da FMP na base Vlex

Fonte: Elaboração própria

4.1 Evidências quanto à dimensão: missão e Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI

Nesta dimensão foi avaliada a sequência e a continuidade das ações previstas no Plano de Ação Anual, em coerência e observação com as metas do PDI, em especial, às atividades de ensino na modalidade presencial e EaD, de pesquisa e nas ações de extensão. A preocupação da IES com a Responsabilidade Social e a ampliação de programas de extensão com grupos sociais vulneráveis, com destaque os projetos de extensão comunitária, consolidados: "Conhecendo o Acolhimento Institucional" - que produz a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade social ao universo de trabalho e o acesso a formação jurídica; e o projeto "Imigração: identidade e cidadania" - que presta assessoria aos migrantes em situação de vulnerabilidade jurídica e social.

Ao completar 36 anos, a mantenedora, a fim de produzir melhores condições de ensino-aprendizagem, concluiu um projeto de revitalização do campus vertical e criação de novo ambiente de convivência absolutamente moderno e confortável. O projeto ampliou as salas para atividades específicas e trouxe nova arquitetura e ambiência para as salas de práticas jurídicas, laboratório de informática, além de um tribunal didático, reformulação do escritório jurídico e telas interativas *touch screen*

em todas as salas de aula. A adequação física dos novos espaços foi finalizada no início de 2019.

A FMP utiliza o *Moodle* e o *Canvas*, como Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) que, além de propiciar hospedagem e fácil compartilhamento de praticamente todos os tipos predominantes de mídias, proporcionam também ferramentas digitais e de criação de conteúdo que professores e alunos precisam para criar uma experiência de aprendizado mais intuitiva e conectada. Possuem elementos facilitadores de atividades síncronas e assíncronas, incluindo-se espaços para chat e fórum, *wikis*, calendários personalizáveis, exercícios de autocorreção, espaços para atividades escritas, criação de blogs e diários de bordo diversos, bem como de controle de atividades realizadas no ambiente e de entregas de trabalhos.

Acompanhando os significativos avanços das tecnologias da informação e a nova geração de alunos, a FMP adquiriu para todas as salas de aula, lousas interativas *touch screen*, proporcionando a criação de um ambiente de aprendizagem motivador, instigando maior interesse nos alunos e um grande dinamismo durante as aulas. Foi constatado que os acadêmicos se sentem mais a vontade no ambiente educacional onde a tecnologia está presente, pois conseguem mais interatividade com os colegas e professores em aulas mais interessantes e mais dinâmicas.

A continuidade do Programa de Capacitação para o corpo docente da Graduação foi retomada em 2020, na modalidade de formação telepresencial. As atividades foram realizadas nas reuniões de Colegiado de Curso, sendo voltadas para a potencialização do processo de ensino-aprendizagem, oferta de ferramentas de apoio constante ao trabalho docente, novos conhecimentos e atualizações pedagógicas.

No ano de 2020, o corpo docente foi capacitado para a utilização das ferramentas disponíveis na plataforma *Moodle* para a incorporação da nova tecnologia. Nas reuniões de NDE, houve a continuidade da revisão da nova Matriz Curricular, consoante com as atuais diretrizes do MEC, bem como a extensa avaliação do processo de aprendizagem propiciado pelo ensino telepresencial, bem como em relação as estratégias mais adequadas para a avaliação da aprendizagem.

Quadro 10 – Reuniões NDE

REUNIÕES DE NDE- 2018	
Data	Pauta
06/04/2018	Regulamento do TCC
	Matriz Curricular: reflexão sobre mudanças na matriz curricular
	Apresentação do Projeto Desafio Integrador
	Assuntos gerais
04/05/2018	Análise dos Resultados da OAB
	Disciplina Métodos e Gestão de Conflitos
	Implantação do Projeto Integrador
	Projeto: Tradução de Obras
08/06/2018	Visita da empresa de Consultoria
	Planos de Ensino/ Planos de Aprendizagem
	Regulamento do TCC
	Recredenciamento do MEC
17/08/2018	Análise de recurso de extraordinário aproveitamento de estudos
	Regulamento de TCC
	Modelos de Planos de Ensino/ Planos de Aprendizagem
	Calendário Acadêmico 2019
28/09/2018	Utilização das telas interativas nas salas de aulas
	Informações sobre a palestra da Capacitação Docente
	Cenário atual do Ensino Superior no Brasil
	Resultados OAB
	Modelos de planos de aprendizagem
REUNIÕES DE NDE- 2019	
Pauta	
22/03/2019	Escritório de Carreiras
	Trilhas do Conhecimento
	Panorama das atividades e perspectivas do Núcleo de Prática Jurídica
	Assuntos gerais
26/04/2019	Nova matriz curricular
	Tendências educacionais
	Grupo de metodologias ativas
	Apresentação de pesquisa da biblioteca
28/06/2019	Sugestão de carga horária da nova matriz curricular
	Disciplina de Direito Digital
	Composição NDE
	Assuntos Gerais

06/09/2019	Calendário acadêmico 2020
	Nova matriz curricular
	Assuntos gerais
27/09/2019	Nova matriz curricular
	Assuntos gerais
REUNIÕES NDE 2020	
Pauta	
03/04/2020	Desafios das atividades EAD, devido a pandemia do Covid 19
	Reflexões acerca do processo de avaliação G1
	Assuntos gerais
05/06/2020	Reflexões acerca do processo de avaliação G2 e G3
	Bancas de TCC
	Atividades de práticas jurídicas
	Assuntos gerais
28/08/2020	Demandas educacionais para o semestre bimodal
	Avaliações G1
	Atividades pedagógicas no telepresencial
	Assuntos gerais
30/10/2020	Avaliações G2 e G3
	Criação do Coletivo de Alunos Antirracista
	Implementação do modelo bimodal
	Assuntos gerais

Fonte: Coordenação do Curso, mar. 2021.

Nesta perspectiva, outras ações também foram destaques em 2019 e 2020:

- a) qualificação dos docentes no Programa de Inovação Tecnológica para utilização das ferramentas do ensino a distância;
- b) investimento na ampliação do RH existente para atender as necessidades do Programa de Pós-Graduação EaD;
- c) conclusão da implementação do projeto de revitalização da infraestrutura;
- d) manutenção da oferta de uma disciplina optativa, Desafios Jurídicos e Tendências Atuais, no curso de Graduação em Direito na modalidade semi-presencial;
- e) oferta de extensa programação de extensão na modalidade de EaD;

- f) aquisição da plataforma de pesquisa *Vlex*, bem como a manutenção dos bancos *RTonline*, *Heinoline* e Minha Biblioteca;
- g) incorporação de oficinas e práticas de Capacitação em Pesquisa Acadêmica para os acadêmicos segundo semestre do curso e da disciplina de TCC;
- h) atendimento de especializado para alunos de TCC, com a realização da semana de Simulação de Bancas *On-line*, em parceria com o Mestrado.

A incorporação ao PPC de disciplinas e de atividades em EaD, bem como a inserção de ferramentas de metodologias ativas nas disciplinas existentes foi objeto de aperfeiçoamento docente e das reuniões do NDE ao longo de 2020. Em razão da pandemia da Covid-19, a ampla revisão da Matriz Curricular do Curso de Graduação em Direito objeto de estudo pelo NDE e Colegiado de Curso em 2019, teve a sua aprovação e implementação postergada. A atualização do Regimento da Faculdade também foi alvo de análise e revisão pelo NDE, que validou a implementação dos itens referentes à avaliação da aprendizagem e questões de normatização específica das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso, que também permanecem em estudo até a aprovação da nova matriz curricular do curso.

Uma ação que ganhou visibilidade no curso foi a atividade de Simulação *On-line* de Bancas de TCC, dirigida por uma professora da Graduação e desenvolvida em parceria com o Programa de Mestrado em Direito da FMP – nos semestres de 2020/1 e 2020/2

Figura 6 – Divulgação da simulação de bancas de TCC (2020)

GRADUAÇÃO	PÓS EAD	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	PREPARATÓRIO	APERFEIÇOAMENTO	PESQUISA	EXTENSÃO	PUBLICAÇÕES
SIMULAÇÃO DE BANCAS DE TCC (ENSAIO ABERTO)								
<small>1 DE SETEMBRO DE 2020 - 10:00 4 DE SETEMBRO DE 2020 - 19:00</small>								
<p>Convidamos os acadêmicos interessados para participarem das próximas atividades organizadas pela Disciplinas de TCC – Prof. Afonso Armando Konzen e Prof^ª. Renata Dotta, que tem o objetivo auxiliar os alunos para uma melhor preparação e controle emocional para o dia da apresentação do TCC à banca examinadora. Este ano excepcionalmente, o evento está ocorrendo de forma online, na plataforma do Moodle.</p> <p>Confira o cronograma completo e participe da 3ª Rodada, que ocorrerá de 1 a 4 de setembro!</p> <p>RODA DE CONVERSA: Orientações gerais para a apresentação do TCC Dia: 01/09/20 Horário: 17h15min Local: plataforma Moodle clique aqui e participe Palestrantes: Prof. Afonso Armando Konzen.</p> <p>SIMULAÇÃO BANCAS: Dias: 2, 3 e 4/09/20 Horário: das 10h15 às 18h45</p>								

Fonte: Site da FMP (2020)

A coordenação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), juntamente com a Direção e a Coordenação do Curso de Direito, desenvolveram as atividades de organização, planejamento e auxílio das práticas jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, juntamente com os professores responsáveis de cada disciplina que compõe a grade curricular de práticas acadêmicas da matriz curricular do Curso de Direito.

As atividades do NPJ, especialmente no estágio obrigatório, são desenvolvidas pelo Escritório Modelo. Neste espaço são realizados os projetos de prática de mediação, de assessoria jurídica e de ajuizamentos de processos judiciais e balcão do consumidor, dentro da parceria com o Procon. Com a expansão do NPJ, sobretudo, em 2018, observa-se a sedimentação de suas atividades relativas as práticas jurídicas, oportunizando a atuação na comunidade e a ampliação da responsabilidade social.

Das atividades e projetos desenvolvidos pelo NPJ, em 2020, destaca-se:

- a) Coordenação das disciplinas que constam da matriz curricular do curso de direito prática jurídica (I a V)
- b) Supervisão dos estágios obrigatórios relacionados a disciplina de prática VI
- c) Coordenação dos projetos relacionados a disciplina de prática VI

Quadro 11 - Projetos NPJ

Principais projetos do NPJ
Assessoria jurídica e representação processual: FMP e Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
Assessoria jurídica e representação processual: cooperação FMP – Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio/Pão dos Pobres
Assessoria jurídica e representação processual: colaboradores e acadêmicos da FMP
Escritório Modelo FMP
Balcão do consumidor/projeto Câmara de Mediação: FMP – PROCON/RS
Conhecendo o acolhimento institucional – MP/RS
Núcleo de mediação de conflito: FMP – Polícia Civil/RS
Assessoria de pesquisa jurisprudencial e doutrina: Escritório Modelo

Fonte: NPJ, jan. 2021

Em nível de Pós-Graduação, o início do Programa de Mestrado Acadêmico da FMP em 2016/1, desencadeou a expansão de atividades de ensino e pesquisa, bem como a participação de acadêmicos da Graduação em eventos nacionais e internacionais desenvolvidos pelo Programa de Mestrado, bem como pela participação de estudantes do Mestrado em atividades de extensão e dos eventos promovidos pela Graduação. A implantação do Mestrado também reorientou o planejamento das atividades de pesquisa e de extensão da Graduação com o alinhamento e fortalecimento das linhas de pesquisa existentes no Mestrado às atividades de pesquisa promovidas regularmente pela Graduação (Grupos de estudo e pesquisa, Laboratório de Iniciação Científica e Salão de Iniciação Científica). A seguir, o quadro evidencia a evolução das turmas de Mestrado:

Tabela 6 - Programa de Mestrado Acadêmico em Direito: quadro evolutivo

Turma	Matriculados	Desistentes	Titulados
2016	25	0	25
2017	25	3	22
2018	25	1	20
2019	24	0	19 (5 prorrogados)
2020	22	2	Em andamento

Fonte: Mestrado, jan. 2021

No que tange à produção científica, desde a proposta do curso de Mestrado até a solicitação do credenciamento da especialização EaD, o corpo docente debruçou-se em ampliar e qualificar sua produção. Neste sentido, com apoio institucional se pode observar um crescimento no número de publicações internas e em periódicos científicos de docentes e de professores coordenadores de grupos de pesquisa. A partir da análise da produção científica do quadro de professores do Mestrado, foi possível identificar um aumento nas publicações de artigos em periódicos científicos, bem como na participação e organização de livros e de capítulos de livros, além de uma gama variada de outras produções técnicas. Conforme apresentado, a FMP consegue, ao mesmo tempo, ser uma das faculdades com os maiores índices no Exame da Ordem e estimular a pesquisa científica.

Figura 7 – Exemplos da produção científica publicada pela FMP



Fonte: Site da FMP (2020)

Várias são as evidências de ações que apontam para uma efetiva política de difusão para a produção científica acadêmica. Em 2020 o PPGD/FMP realizou o III Encontro Interinstitucional dos Grupos de Pesquisa - EGRUPE, como objetivo de fomentar o diálogo interno entre docentes e discentes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito da FMP, UNISC, UNIVALI e UNOESC, contribuindo assim para o aprimoramento dos projetos de pesquisa em desenvolvimento no âmbito das linhas que compõem seus respectivos programas, assim como para o intercâmbio de conhecimentos e relações entre pesquisadores das Instituições participantes, e também incentivar a interação entre professores e alunos de mestrado e os acadêmicos da graduação em Direito.

Neste evento foram submetidos o total de 96 (noventa e seis) trabalhos que foram avaliados às cegas e, posteriormente, avaliados perante banca avaliadora composta por mediadores representantes dos programas envolvidos. Destes trabalhos, 87 (oitenta e sete) foram aprovados e publicados em e-book financiado pela FMP, disponível para acesso gratuito e universal em <https://fmp.edu.br/anais-do-iv-egrupe/>. Na revista científica, denominada “Revista da Faculdade de Direito da FMP”, de *Qualis C*, são também publicados artigos científicos especializados em direito de diferentes instituições de ensino.

Em 2020, constatou-se maior consolidação nas instâncias decisórias da IES, integração entre os órgãos colegiados e os órgãos executivos na busca pelo aperfeiçoamento das políticas institucionais e na implementação de ações voltadas à

melhoria acadêmica e administrativa em período de pandemia. A CPA verificou que há gestão do quadro funcional pela Mantenedora, bem como reuniões regulares do Colegiado Superior, do Colegiado do Curso, do Núcleo Docente Estruturante, da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso com o NAP e com os Coordenadores de Área.

A compreensão da importância da Auto-avaliação Institucional, entendendo-a como um dos instrumentos para reorientação do desenvolvimento institucional nas suas principais áreas – ensino, pesquisa, extensão, bem como em nível da gestão do ensino e da gestão administrativa da faculdade, foram evidenciadas com ações dos respectivos segmentos:

- a) à consolidação do Programa de Pós-Graduação EaD, seu encaminhamento e aprovação pelas instâncias colegiadas e aprovação pela comissão avaliadora do MEC;
- b) ao acompanhamento das ações desenvolvidas pela Coordenação do Curso de Mestrado da FMP;
- c) aos relatórios de atividades dos coordenadores de Pesquisa, Extensão, Práticas Jurídicas, TCC, Mobilidade Acadêmica e Programa de Acompanhamento de Egressos;
- d) à Secretaria-Geral e o acompanhamento de matrículas, rematrículas, trancamentos, transferências para outras instituições e evasões (a fim de subsidiar estudos e criação de projetos para redução do índice de evasões, melhorar o índice de captação de novos acadêmicos, especialmente os diplomados e os de transferência) e de novas matrículas para os Cursos da Pós-Graduação;
- e) à administração: estabelecimento de estratégias de concessão de bolsas, não interferindo negativamente na sustentabilidade do Curso de Graduação;
- f) à administração: viabilização e manutenção do índice de investimento;
- g) à CPA: acompanhamento do nível de participação de acadêmicos, dos docentes e dos colaboradores técnico-administrativos nos processos de autoavaliação institucional;
- h) ao alinhamento da política de ensino com o PDI;

- i) à adequação da infraestrutura física e pedagógica para a inclusão das pessoas com deficiência;
- j) à destacada atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP nas práticas de ensino tanto da Graduação como da Pós-Graduação;
- k) à incorporação de avanços tecnológicos, com a instalação e uso de lousas digitais em todas as salas e os espaços de salas de aula invertidas que favorecem o desenvolvimento de atividades interativas e interdisciplinares, estações de aprendizagem, sistema de registro de notas e documentos por meio de portais disponíveis para o celular;
- l) aos equipamentos e os espaço da IES utilizados para a filmagem de aulas para os cursos EaD;
- m) aos programas de Iniciação Tecnológica e Científica com projetos voltados para a efetividade dos direitos fundamentais, direito privado, manifestações da violência social e relações entre o Direito, a cidadania e o acesso à justiça;
- n) ao Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA) integrado ao sistema acadêmico com a coordenação do Núcleo de Educação a Distância (NEAD) composto por uma equipe multidisciplinar que coordena as atividades de elaboração dos materiais didáticos para esta modalidade.

4.2 Evidências quanto à dimensão: responsabilidade social da instituição

Apoiada em sua Missão, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público desenvolve política de Responsabilidade Social, conforme abordado no PDI e nas pesquisas e nos projetos de extensão que se encontram em andamento na instituição. Um reforço nesta abordagem se evidencia pelo Programa de Valorização à Vida, pelas ações do Núcleo de Responsabilidade Social, nas ações desenvolvidas pelo Núcleo de Prática Jurídica, pelo desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão envolvendo populações vulneráveis e as políticas de promoção de direitos humanos, com o debate sobre o cenário sociopolítico atual.

A Responsabilidade Social é um dos compromissos sociais da FMP, que se manifesta não apenas dentro do campus, através do ensino, da pesquisa, extensão

e de atividades comunitárias, mas também, e cada vez mais, mediante sua presença e atuação nas comunidades necessitadas e na participação dos acadêmicos do curso de Direito em projetos sociais e de assistência jurídica gratuita.

Em 2020, também a IES foi certificada como instituição socialmente responsável, pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), destacando-se ainda mais pela pluralidade dos seus projetos de responsabilidade social, que abrangem o acesso a direitos a pessoas em situação de maior vulnerabilidade social, a defesa do meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural, com vistas ao desenvolvimento econômico e social.

As Bolsas de Estudo Sociais foram implementadas por meio de Convênio com a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre. Desde 2018, uma estudante foi beneficiada com bolsa de estudo integral no Curso de Graduação em Direito. Também por meio deste convênio, foram disponibilizadas 04 (quatro) vagas de estágio para jovens em situação de vulnerabilidade social.

As ações organizadas pela Coordenação de Responsabilidade Social têm como eixos os programas e projetos de ação comunitária e prestação de serviços que possibilitam a produção de respostas eficazes, inovadoras e criativas diante das múltiplas determinações da questão social. Como exemplo, organização e realização do Programa de Valorização à Vida com o desenvolvimento de projetos em quatro eixos: Doe Sangue; Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência; Sustentabilidade; Diversidades – FMP Plural.

Nesta linha, a FMP desenvolve Programas de Bolsas de acadêmicos que comprovem hipossuficiência socioeconômica, como alternativa de incluir o acesso e a permanência na Instituição, sendo um dos serviços disponibilizados pelo NAP. No campo da Responsabilidade Social, existem ainda dois Termos de Cooperação Técnica vigentes, sendo um deles com a Fundação O Pão dos Pobres e o outro com a Associação Hospitalar Santa Casa de Misericórdia, a fim de conceder a prestação de serviços jurídicos gratuitos e o ajuizamento de ações para colaboradores, familiares e famílias beneficiadas no atendimento sócio assistencial das duas entidades. As atividades são prestadas por intermédio dos acadêmicos, com a supervisão do NPJ. Outro convênio realizado com o Instituto de Acesso à Justiça oferece o acesso a bolsa integral de negros e indígenas graduados em Direito aos

Cursos de Pós EAD oferecidos pela FMP. Estudantes que comprovem renda inferior a três salários mínimos também têm benefício de bolsa parcial para ingresso na Graduação.

No que se refere as ações sócio assistenciais e extensionistas, o projeto "Conhecendo o Acolhimento Institucional", desenvolvido em parceria com a 11ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Porto Alegre (11ª PJIJ), teve início em agosto de 2017. Concede quatro vagas permanentes de estágio na IES para adolescentes acolhidos, que estão cursando o Ensino Médio, e tem a oportunidade de fazer estágio remunerado, na área administrativa da FMP. Em 2019, houve a promoção interna de mais um dos jovens acolhidos, que se tornou mais um colaborador do quadro de funcionários da instituição. No total do corpo de colaboradores, dois deles são oriundos da ação deste projeto.

Por meio deste projeto é ofertado o acesso à Educação Superior para adolescentes do Acolhimento Institucional, mediante a concessão de bolsas integrais de Graduação em Direito e a inserção profissional, por meio da oferta de vagas de estágios remunerados na FMP. São adolescentes vítimas de violências, abandono, de regra com baixa autoestima e defasagem escolar, que, aos 18 anos, precisam sair do acolhimento e se manter por si.

Os acadêmicos da disciplina de Prática Jurídica vinculados ao projeto participam das inspeções nos Abrigos e Casas-Lares, acompanham o retorno das fiscalizações com as Entidades, assistem as audiências judiciais concentradas realizadas nos espaços de proteção e no Fórum, tendo acesso, também, aos processos dos acolhidos. No ano de 2020, houve a suspensão das atividades presenciais de fiscalização das instituições de acolhimento institucional, das audiências judiciais, das aulas e dos estágios na FMP na pandemia da COVID-19, sendo realizada a adaptação das ações para o modelo virtual.

O projeto oferece suporte aos adolescentes do acolhimento e egressos inseridos profissionalmente na FMP e também dos acadêmicos da Faculdade. Da mesma forma, na FMP o Projeto é integrado ao Núcleo de Prática Jurídica e de Responsabilidade Social, recebendo atenção das professoras responsáveis, que documentam e avaliam as atividades executadas pelos estudantes. A bolsista e os estagiários são acompanhados pelo setor de Recursos Humanos, com Assistente Social designada para o seu suporte.

Nos últimos três anos, 2 ex-acolhidas estão cursando Direito na FMP, 8 acolhidos foram contratados para estágio remunerado e 2 foram efetivados como funcionários da FMP. Até dezembro de 2020, 49 acadêmicos de Direito participaram das atividades de fiscalização das Casas de Acolhimento Institucional, audiências judiciais concentradas, atuação processual nos processos de acolhimento, habilitação e de adoção, conhecendo teoria e prática dos desafios concernentes à temática da adoção e do acolhimento, em contato com a realidade da rede de acolhimento institucional e do Juizado da Infância e Juventude.

Figura 8 – Imagem de aluna Graduada em Direito, egressa da Fundação Pão dos Pobres.



Foto: Graduada em Direito - Vitória Guimarães (egressa da Fundação Pão dos Pobres).



Foto: Ex-estagiário efetivado pela FMP - Davih Maffissoni (egresso da Fundação Pão dos Pobres).

Assim, a FMP, preocupada com o seu propósito de educar quem vai melhorar o mundo, apresentou em 2020 o projeto FMP Plural. O referido projeto é constituído de quatro eixos: Ciclo de Palestras, propondo debate de temas pertinentes demandados pela sociedade contemporânea; Vozes Plurais – Projetos e Ações Sociais, apresentando e apoiando projetos e ações sociais já consolidados por parceiros, seu trabalho desenvolvido e possibilidades de engajamento; o FMP Acolhe, oferecendo oficinas *on-line* e presenciais para implementação de trabalhos sociais e projetos culturais para crianças e adolescentes do Acolhimento Institucional e parceria com o Pão dos Pobres; e pelo Comitê FMP Plural – Responsabilidade Social, constituindo a equipe que terá a competência de formular a estratégia para implementação da Política de Responsabilidade Social e Ambiental da Instituição. Por conseguinte, o projeto FMP Plural é uma ação Institucional que representa o compromisso e o cumprimento do seu papel perante a sociedade.

O Ciclo de Palestras do projeto de extensão FMP Plural propôs o debate dos assuntos de maiores destaques no ano de 2020, promovendo encontros com cientistas, líderes em seus campos de atuação, artistas, pesquisadores, estudantes e a sociedade, conforme cronograma das palestras realizadas em 2020:

Quadro 12: Programação - FMP PLURAL-2020

CRONOGRAMA DE AÇÕES – FMP PLURAL (2020)	
Data:	Tema
04/11	Apresentação do Projeto FMP - Plural Projetos e Ações Sociais Vozes Plurais
11/11	A função social da arte
18/11	Conhecendo o Acolhimento Institucional Divulgação do Edital FMP Plural – Acolhe
20/11	Racismo Estrutural e Direitos Humanos
25/11	COVID -19 e os novos sentidos para o Direito à saúde
26/11	Publicação do Edital – Banco de Voluntários
02/12	COVID -19 e a violência contra mulher
03/12	Início da Campanha Natal Solidário da FMP

Figura 10 – Ciclo de Palestras - FMP PLURAL

LIVE FMP PLURAL VOZES PLURAIS
04/11 | 18h
INSCRIÇÕES GRATUITAS

CONVIDADOS:
PROFA. RENATA MARIA DOTTA - FMP
LISIANE ABBEU - PROJETO GRACIAS
RAFA RAFUAGI - CASA DA CULTURA HIP HOP DE ESTEIO
PROFA. THAÍS TEIXEIRA RODRIGUES - NPJ
SÉRGIO ARRUEE JR. - LAR ESPERANÇA
PROFA. BIANCA PAZZINI - FMP

COORDENADOR:
PROFESSOR GILBERTO THUMS - FMP

<http://bit.ly/fmplural>

LIVE FMP PLURAL A FUNÇÃO SOCIAL DA ARTE
11/11 - 18h

Comitadas:
Aloizio Pedersen
Presidente do Projeto Articulador/ FMP
Profª Bianca Pazzini
Fundadora e Diretora Superior do Ministério Público

Coordenadora de mesa:
Profeª Renata Maria Dotta
Convidada Social Especial do Ministério Público

Inscrições Gratuitas

LIVE FMP PLURAL | DIVULGAÇÃO DO EDITAL FMP PLURAL ACOLHE
CONHECENDO O ACOLHIMENTO

Comitadas:
Cinara Dutra
Procuradora da Infância e Juventude/ FMPJ
Profª Renata Maria Dotta
Fundadora e Diretora Superior do Ministério Público

Coordenador de mesa:
Profª Thaís Teixeira Rodrigues
Fundadora Social Especial do Ministério Público

18/11 - 18h

Inscrições Gratuitas



Fonte: Acervo Institucional (2020)

Outras atividades e projetos sociais envolvendo toda a comunidade acadêmica são realizadas anualmente, como o Amigo Secreto Solidário. Em 2020, a Campanha de Natal Solidário foi realizada como ação do FMP Plural e desenvolvida em parceria com o Projeto de Extensão Migração, Identidade e Cultura. A campanha foi ampliada para incluir doações às instituições Cibai Migrações, Lar Esperança, Pão dos Pobres e à comunidade de Sapucaia atendida pelo Projeto Gracias, para crianças de até 10 anos de idade.

Figura 11 – FMP PLURAL: Natal Solidário FMP

Fonte: Acervo Institucional (2020)

Quadro 13 – Principais ações permanentes de responsabilidade social

MAPA DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – 2019 e 2020	
Nome da Atividade	Descrição
Festa de Natal Gigante para 1500 crianças e adolescentes componentes do sistema de acolhimento institucional do município de Porto Alegre	O evento tem como objetivo proporcionar um Natal mais feliz e alegre para crianças e adolescentes que moram nas casas de acolhimento de Porto Alegre. O Natal Gigante reúne todos os anos cerca de 1.500 crianças e é organizado pelo Ministério Público Estadual, com o apoio da Fundação Escola Superior do Ministério Público e instituições parceiras. A ação foi cancelada em 2020, em razão da pandemia do novo Coronavírus.
Programa de Valorização à Vida com o desenvolvimento de projetos em quatro eixos: Doe Sangue; Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência; Sustentabilidade; Diversidades.	Ação de promoção de inclusão tecnológica e pedagógica a estudantes com deficiência visual e de promoção da cidadania; campanha de doação de sangue; projetos de sustentabilidade e igualdade de gênero, étnico-racial, projeto de extensão para imigrantes e combate à intolerância religiosa.
Conhecendo o Acolhimento Institucional	Criação de vagas de estágio para adolescentes do acolhimento institucional como inserção social para a profissionalização de jovens em situação de vulnerabilidade. A FMP oferece 1 bolsa integral do curso de Graduação em Direito para adolescentes oriundos de instituições de acolhimento institucional do município de Porto Alegre. A FMP oferece 4 vagas de estágio permanentes para adolescentes oriundos de instituições de acolhimento institucional do município de Porto Alegre.
Assessoria jurídica e representação processual gratuita para entidade Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/ Fundação O Pão dos Pobres/ Colaboradores da FMP/ Escritório Modelo FMP	As atividades visam à prestação de assessoria jurídica e representação processual, de forma gratuita, para empregados, familiares, médicos integrantes do corpo clínico e famílias beneficiadas pelo atendimento socioassistencial das instituições parceiras. A assessoria é prestada nas especialidades de Direito de Família, Direito Comercial, Direito do Consumidor, Acidentes e Trânsitos, Locações, Juizado Especial Cível e Criminal. Já a representação processual consiste no ajuizamento de ações, oferecimento de defesa e de acompanhamento de processos judiciais ao público-alvo desta cooperação nas áreas de Direito

	de Família e Contratos. As atividades são prestadas por intermédio dos alunos da graduação, sempre com a supervisão de um professor-orientador e por um advogado.
Bolsa de estudos EAD para estudantes de raça negra e indígena	Favorecer o acesso de estudantes da raça negra e de povos indígenas, graduados em Direito, a 3 bolsas de estudos integrais do curso de Pós Graduação EAD.
Processo Seletivo Graduação– bolsa de estudos para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica para estudantes com vulnerabilidade socioeconômica	Os candidatos (renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 3 salários mínimos nacional por pessoa do grupo familiar) com pontuação mínima de 500 na prova do ENEM, são selecionados para bolsa de estudos, com desconto de 50% sobre o valor das mensalidades até o final do curso (30 vagas).
Amigo Secreto Solidário/ Natal Solidário FMP	Ação anual de responsabilidade social que beneficia crianças de instituições de acolhimento com a realização de um amigo secreto solidário no período no Natal. Envolve a participação de todos os colaboradores e professores.

Fonte: Coordenação de Responsabilidade Social, jan. 2021

A FMP também adota a concepção de Responsabilidade Social a ser por ela exercida em programas diversificados com suas respectivas atividades, dentre eles:

- a) **Núcleo de Prática Jurídica:** órgão encarregado de coordenar e supervisionar, no âmbito da Faculdade de Direito, a realização do estágio curricular obrigatório, do estágio extracurricular não obrigatório e de outras atividades práticas que devem ser cumpridas pelos acadêmicos do curso de Direito, conforme previsto no projeto de Curso em sua Matriz Curricular e regulamentado pelo Ato normativo da direção superior nº004/2009 e Regulamento das Práticas Jurídicas.

A equipe permanente do NPJ é composta pela coordenação de uma professora, um professor/advogado, uma advogada e uma monitora que atuam de forma permanente. Esta equipe desenvolve as atividades de organização, planejamento e auxílio das atividades previstas nas práticas jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, juntamente com a coordenação do curso e os professores

responsáveis, respectivamente nas disciplinas da matriz curricular do Curso de Direito. O efetivo acompanhamento das atividades, a apreciação das demandas dos acadêmicos, a comunicação constante entre os docentes envolvidos com as atividades referentes às práticas jurídicas e as avaliações constantes são algumas das suas atribuições.

As atividades desenvolvidas na Central de Estágios e Carreiras, também compõe o NPJ. A central tem por objetivo proporcionar aos estudantes da FMP a aproximação das oportunidades de estágios não obrigatórios, buscando o enriquecimento na formação acadêmica, ampliando o rol de oportunidades e contribuindo para a formação geral dos acadêmicos.

As atividades desenvolvidas pelo NPJ visam a sedimentar conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos ao longo do Curso, oportunizando a atuação, o protagonismo e a efetiva atuação como agentes de transformação social. As disciplinas e projetos oferecem a possibilidade de interação nas relações sociais, formação interdisciplinar, ética e humanista.

Disciplinas que compõem o NPJ na Matriz Curricular do Curso:

- a) Prática Jurídica I: Processo Civil
- b) Prática Jurídica II: Processo Penal
- c) Prática Jurídica III: Ações Coletivas
- d) Prática Jurídica IV: Ações Constitucionais
- e) Prática Jurídica V: Processo Trabalhista⁴
- f) Prática Jurídica – Estágio obrigatório V ou VI – Estágio obrigatório e projetos

O NPJ também desenvolve atividades por meio de projetos conveniados e atividades específicas, dentre elas:

1. Assessoria Jurídica e Representação Processual – cooperação FMP e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:

A Fundação da Escola Superior do Ministério Pública firmou, em 2012, termo de mútua cooperação com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de

⁴ Disciplina inserida na grade curricular em 2016 como optativa e para alunos ingressantes a partir de 2016 como obrigatória, assim a disciplina corresponde a prática jurídica V e a prática de estágio obrigatório como prática jurídica VI.

Porto Alegre, entidade filantrópica, assistencial médico-hospitalar, de ensino e pesquisa em saúde para realização de assessoria jurídica extrajudicial sob forma de consultoria, para os empregados integrantes do quadro de pessoal e seus respectivos familiares, e para os médicos integrantes do seu corpo clínico, de forma gratuita. A assessoria jurídica é prestada nas seguintes especialidades: Direito de Família, Direito Comercial, Direito do Consumidor, acidentes de trânsito, locações, Juizado Especiais Cível e Criminal. Os acadêmicos são responsáveis pelos atendimentos e pelo encaminhamento da melhor solução dos questionamentos jurídicos, junto com o professor-supervisor e demais docentes da faculdade. O agendamento para que o público-alvo receba o respectivo atendimento é realizado pela Santa Casa, que também se compromete com o fornecimento de espaço físico e infraestrutura, pois a assessoria jurídica se realiza preferencialmente em espaço cedido por esta instituição, de modo a possibilitar a execução da atividade objeto do presente termo. As atividades são prestadas pela FMP por intermédio dos seus alunos da Graduação, sempre com a supervisão de um professor-orientador que será responsável por eles. Os atendimentos são prestados por um ou dois alunos, sob supervisão da coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ). Os estudantes redigem relatório com as informações pertinentes, a consultoria prestada e se, necessário, realizaram o agendamento de retorno do cliente, para melhor esclarecimento da questão encaminhada, respeitando a ética e o sigilo das informações dos funcionários e seus familiares. Em seguimento às atividades, a partir de junho de 2017 foi firmado novo termo de mútua cooperação com vistas ao préstimo de serviços jurídicos ao público-alvo, em sede de representação processual realizada através do encaminhamento pela assessoria jurídica, os quais consistem no ajuizamento de ações, oferecimento de defesa e de acompanhamento de processos judiciais ao público-alvo desta cooperação, sem a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, a partir dos critérios para a concessão de Assistência Judiciária Gratuita. As atividades são prestadas por intermédio dos alunos da Graduação, sempre com a supervisão da coordenação do NPJ e por advogados. São atendidos pelo Escritório Modelo aqueles que possuem renda familiar de até 3 (três) salários-mínimos, com demandas nas áreas de Direito de Família e Contratos. Em 2018, os alunos integrantes do projeto realizaram 56 atendimentos e 86 retornos aos clientes. Em 2019, foram realizados 169

atendimentos por intermédio do convênio com a Santa Casa, sendo 136 atendimentos de retorno aos clientes, com a representação processual em 11 casos, além de 2 atuações em ações extrajudiciais. Em 2020, foram realizados, no total, 49 atendimentos, sendo 12 atendimentos em novos processos, 8 novos atendimentos em assessoria jurídica, 3 representações extrajudiciais, além de 26 atendimentos de retorno aos clientes.

2. Assessoria Jurídica e Representação Processual - cooperação FMP e Fundação O Pão dos Pobres:

A Fundação da Escola Superior do Ministério Pública firmou, em junho 2018, termo de cooperação com a Fundação O Pão dos Pobres de Santo Antônio. Pelo presente termo de mútua cooperação, a FMP presta assessoria jurídica e préstimo de serviços jurídicos em sede de representação processual, ao público-alvo deste instrumento, empregados, seus respectivos familiares (assim compreendidos o cônjuge ou companheiro/a, bem como seus filhos/as) e famílias beneficiadas pelo atendimento Socioassistencial na Fundação O Pão dos Pobres. As atividades consistem em assessoria jurídica prestada nas seguintes especialidades: Direito de Família, Direito Comercial, Direito do Consumidor, acidentes de trânsito, locações, Juizados Especiais, Previdência e Assistência Social. O atendimento ocorre nas dependências do Pão dos Pobres. O préstimo de serviços jurídicos ao público-alvo, em sede de representação processual, que consiste no ajuizamento de ações, no oferecimento de defesa e no acompanhamento de processos judiciais à comunidade carente, sem a cobrança de custas processuais e honorários advocatícios, a partir dos critérios para a concessão de Assistência Judiciária Gratuita, é operacionalizado no Escritório Modelo da Faculdade de Direito da FMP. As atividades são prestadas por intermédio dos alunos da Graduação, sempre com a supervisão da coordenação do NPJ e por advogados. São atendidos pelo Escritório Modelo aqueles que possuem renda familiar de até 3 (três) salários-mínimos, com demandas nas áreas de Direito de Família e Contratos, inicialmente. Os atendimentos são prestados por um ou dois alunos, sob supervisão da coordenação do NPJ. Os alunos redigem relatório com as informações pertinentes, a consultoria prestada e se, necessário, realizaram o agendamento de retorno do cliente para melhor esclarecimento da questão encaminhada, respeitando a ética e o sigilo das informações dos

funcionários e seus familiares. Em 2018, os acadêmicos integrantes do projeto realizam 25 atendimentos e 45 retornos aos clientes. No ano de 2019, 25 novos clientes foram atendidos por intermédio do convênio com a Fundação O Pão dos Pobres. Ao todo, 93 atendimentos se referiram aos retornos às demandas dos clientes, com a representação processual em 6 casos e 6 com atuação em ações extrajudiciais, por intermédio do Escritório Modelo. No ano de 2020, foram realizados, no total, 29 atendimentos, sendo 7 atendimentos em novos processos, 14 novos atendimentos em assessoria jurídica, além de 8 atendimentos de retorno aos clientes.

3. Assessoria Jurídica e Representação Processual – Alunos e Colaboradores da FMP:

A Fundação Escola Superior do Ministério Público, no ano de 2018, estabeleceu, em ato normativo, os critérios para disponibilização de assessoria jurídica e préstimo de serviços jurídicos gratuitos pelo seu Escritório Modelo aos colaboradores que mantem vínculo empregatício com a Instituição e seus familiares (compreendidos os cônjuges ou companheiro(as) e filhos(as)), bem como, a partir de 2019, aos seus alunos. A assessoria jurídica consiste na consulta de questões relacionadas às seguintes especialidades: Direito de Família, Direito Comercial, Direito do Consumidor, acidentes de trânsito, locações, Direito Previdenciário, Assistência Social e Juizados Especiais Cível e Criminal. As atividades são prestadas por intermédio dos alunos da graduação da FMP, com a supervisão da coordenação do NPA e por advogados. Entretanto, devido à situação peculiar do projeto, por envolver a comunidade da FMP, o atendimento é realizado em respeito ao sigilo, pela coordenação do NPA e dos advogados do Escritório Modelo. No que diz respeito à representação processual, o Escritório Modelo atua na propositura de demandas judiciais nas áreas específicas de Direito de Família e de Contratos, aos que possuem renda familiar de até 3 (três) salários-mínimos. As atividades consistem na elaboração de peças processuais, participação em audiências e acompanhamento processual, sendo realizadas pelos acadêmicos, sob supervisão da coordenação do NPA e por advogados. O estudante executa as demandas de seus respectivos clientes e encaminha todos os trâmites processuais necessários para o andamento da representação judicial. No ano de 2018, foram realizados 14

atendimentos a colaboradores da FMP pelo Escritório Modelo. Em 2019, foram atendidos 11 acadêmicos, sendo que 5 casos geraram ação judicial e que 2 foram de atuação em ações extrajudiciais. Em 2019, 26 colaboradores foram atendidos pelo Escritório, com abertura de 2 expedientes via processo judicial e de 2 ações de atuação extrajudicial, por intermédio do Escritório Modelo. Em 2020, foram realizados, no total, 76 atendimentos a colaboradores e alunos, sendo 18 atendimentos de novos processos, 11 novos atendimentos em assessoria jurídica, 8 representações extrajudiciais, além de 39 retornos de atendimento aos colaboradores e alunos.

Figura 12 – Relatório Escritório Modelo - 2020



Em 2019, o Escritório Modelo da FMP, criado em 2017, passou a beneficiar os acadêmicos do curso de graduação em Direito da Instituição com assessoria jurídica e representação processual gratuita, nas seguintes especialidades: Direito de Família, Direito Empresarial, Direito do Consumidor, acidentes de trânsito, locações, Direito Previdenciário, Assistência Social e demais demandas judiciais que estejam em trâmite nos Juizados Especiais Cível e Criminal. Podem ser assessorados os acadêmicos que comprovarem renda familiar de até 3 salários-mínimos. Os atendimentos do Escritório Modelo relativos à assessoria jurídica e à representação processual ocorrerão na modalidade de agendamento, através de

protocolo realizado no setor de atendimento da FMP, em dia da semana determinado pela coordenação do Núcleo de Práticas Jurídicas, divulgado semestralmente. No ano de 2019, o Escritório Modelo moveu 19 novas ações extrajudiciais e 24 ações com representação processual. Nas diversas instituições parceiras, realizou mais de 340 atendimentos para assessorias às partes. Um total de 27 alunos estavam envolvidos diretamente nas atividades de assessoria e/ou orientação à representação processual entre 2019/1 e 2019/2. Em 2020, em razão da pandemia, o Escritório Modelo alterou suas atividades para a modalidade *home-office*, e os atendimentos passaram a ser realizados em salas de reunião virtuais. No primeiro semestre de 2020, em razão da adaptação ao período excepcional da pandemia da COVID-19, 53 atendimentos foram realizados.

No segundo semestre de 2020, os números foram mais expressivos, com 151 atendimentos. O Escritório Modelo conta, atualmente, com 104 processos judiciais e com 211 clientes ativos. Frisa-se que o Escritório Modelo prima pela resolução extrajudicial dos conflitos. Ao longo desse período na modalidade *home-office*, foram elaboradas 179 peças processuais, sem contar as petições iniciais ainda não protocoladas por pendência de documentação. Além disso, também há as atividades relacionadas aos acadêmicos que optam por realizar a disciplina de Estágio Obrigatório no Escritório Modelo. No primeiro semestre de 2020, adaptando-se à modalidade *home-office*, os advogados ministraram aos acadêmicos a Oficina de Aspectos Práticos da Advocacia, com aulas práticas para a preparação dos futuros advogados em audiências de conciliação, instrução e sustentação oral, além do acompanhamento de audiências e julgamentos *online*, com posterior debate no ambiente virtual de aprendizagem. No segundo semestre, as atividades do projeto seguiram com a execução de peças processuais de praxe, além da implementação da dinâmica de atendimentos virtuais.

Os acadêmicos vinculados ao projeto acompanharam os advogados nos atendimentos virtuais, e elaboraram as peças processuais cabíveis ao caso. Participaram do projeto 34 acadêmicos, tendo sido realizados 27 encontros no ambiente virtual de aprendizagem. Além disso, ainda no primeiro semestre, 6 acadêmicos estiveram vinculados ao projeto de pesquisa que teve como objetivo a redação de um *paper*, com o tema Hipóteses de Solução Extrajudicial dos Conflitos Consumeristas frente às resoluções e notas técnicas emitidas pelos PROCONS

estaduais e municipais em razão da pandemia do Coronavírus. O Escritório Modelo se adaptou à realidade atual, assim como a FMP, mantendo suas atividades mesmo durante a pandemia, sempre primando pela educação para aqueles que vão mudar o mundo.

4. Protocolo de Intenções Balcão do Consumidor e Projeto Câmara de Mediação - FMP- Procon/RS:

Câmara de Mediação: No segundo semestre de 2015, a FMP firmou Protocolo de Intenções com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos e o Procon-RS com objetivo de estabelecer condições de cooperação entre os partícipes, visando a mediação de conflitos consumeristas, com a criação da Câmara de Mediação de Relações do Consumo. A colaboração ocorre em base de igualdade e de proveito recíproco, de acordo com as possibilidades disponíveis, sendo sempre operacionalizada mediante prévio e adequado instrumento jurídico a ser firmado entre as partes, e obedecidas as normas legais e regulamentares pertinentes à matéria. Os acadêmicos, acompanhados de professores da Faculdade e advogados do Procon-RS são mediadores de audiências entre clientes e empresas. Este projeto não foi desenvolvido em 2020, em razão da pandemia do novo Coronavírus.

Balcão do Consumidor: No segundo semestre de 2017/2 a FMP, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria do Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e o Procon-RS celebraram entre si protocolo de intenções para criação do Balcão do Consumidor. Consideram a política nacional das relações de consumo insculpida nos artigos 4º e 5º da Lei 8078/90, a imperiosa necessidade de atendimento da população de Porto Alegre/RS, o incentivo à educação, ao consumo e à prática acadêmica dos alunos do curso de Direito. Os atendimentos aos consumidores são realizados por acadêmicos da Faculdade de Direito da FMP. O acadêmico recebe o consumidor, faz a descrição dos fatos e depois realiza o contato com o fornecedor, via telefone, com o objetivo de realizar uma mediação. Caso não se tenha êxito na mediação, as denúncias e aberturas de

processos administrativos são encaminhadas ao Procon-RS. O professor orientador, vinculado ao Núcleo de Prática Jurídica, terá acesso ao SINDEC, proporcionando o registro dos atendimentos no Sistema Nacional de Informações ao Consumidor, vinculado ao Ministério da Justiça e será fornecida senha, pelo Procon-RS, aos usuários do sistema. Inicialmente, os acadêmicos realizam capacitação no Procon para atendimento no Balcão do Consumidor da FMP, para posteriormente atender no Escritório Modelo o público alvo do projeto: os colaboradores e os discentes. Em 2018, 7 acadêmicos foram capacitados e participaram do projeto em parceria com o Procon-RS. Em 2019, foram selecionados 3 alunos para o projeto. Este projeto não foi desenvolvido em 2020, em razão da pandemia do novo Coronavírus.

Quadro 14 - Capacitação na sede do PROCON/RS - 2019

Calendário	Atividade	Alunos
08/03	Reunião inicial FMP	Todos
Todas as quintas – feiras de 14/03 a 04/07	Capacitação sede Procon	Todos

Fonte: NPJ, jan. 2020

5. Conhecendo o acolhimento institucional:

No segundo semestre de 2017, a FMP firmou projeto interinstitucional “Conhecendo o Acolhimento Institucional” com o objetivo de oportunizar a exposição profunda dos desafios concernentes à temática da adoção e do acolhimento institucional, de atuação processual, do contato com a realidade da rede de acolhimento institucional da cidade de Porto Alegre e colaboração no Projeto Rede Solidária do Ministério Público Estadual. Em 2018, os 12 acadêmicos vinculados ao projeto realizaram o acompanhamento de 8 fiscalizações aos abrigos e casas-lares componentes do sistema de acolhimento institucional do município de Porto Alegre e de 14 audiências concentradas. O projeto oferece espaço para a reflexão sobre os temas da infância e juventude em situação de risco pessoal e social essenciais à formação e à prática jurídica contemporânea. As atividades do projeto estão vinculadas ao NPJ e ao Núcleo de Responsabilidade Social da FMP. O acompanhamento dos acadêmicos, em processos judiciais/extrajudiciais, bem como a participação em audiências que envolvam a temática proposta são as principais atividades dos estudantes. Em 2019/1, 7 acadêmicos e em 2019/2 6 acadêmicos

acompanharam o cronograma de ações do projeto. Em 2020/1, 7 acadêmicos e em 2020/2 17 acadêmicos acompanharam o cronograma de ações do projeto.

Quadro 15 - Atividades do projeto de acolhimento institucional (2019 e 2020)

Calendário acolhimento 2019/1	
Data	Tarefa
20/03	Apresentação – 14:30h
28/03	Fiscalização
04/04	Fiscalização
10/04	Fiscalização
15/04	Audiências Concentradas – Grupo 1
16/04	Audiências Foro Central – Grupo 2
23/04	Audiências Concentradas – Grupo 2
26/04	Audiências Foro Central – Grupo 1
30/04	Audiências Concentradas – Grupo 1
03/05	Audiências Foro Central – Grupo 2
06/05	Audiências Foro Central – Grupo 1
08/05	Audiências Foro Central – Grupo 2
15/05	Retorno sobre as audiências – 14:30h (Torres do MP)
24/05	Entrega de processos – 14:30h (Torres do MP)
29/05	Atividade à distância – Fazer relatórios sobre os processos
05/06	Debate sobre os processos
12/06	Debate sobre os processos
19/06	Processo “case” – Todos com o mesmo processo
26/06	Reunião final
Calendário acolhimento 2019/2	
Data	Tarefa
16/08	Apresentação (MP) 14:30h no Tribunal Didático
21/08	Fiscalização
28/08	Fiscalização
04/09	Fiscalização
12/09	Aula sobre adoção
16/09	Audiência Concentrada - Grupo 01
17/09	Audiência Foro Central I – Grupo 02
24/09	Audiência Concentrada - Grupo 02
24/09	Audiência Foro Central I – Grupo 01
30/09	Audiência Concentrada - Grupo 02
02/10	Audiência Concentrada - Grupo 01
08/10	Audiência Foro Central I – Grupo 01
16/10	Audiência Foro Central I – Grupo 02
23/10	Reunião – Entrega de Processos
30/10	Semana de estudo de processos
06/11	Debate processos
13/11	Debate processos
20/11	Debate processos

27/11	Reunião final e montagens kits festa de natal
04/12	Festa de natal acolhimento
Calendário acolhimento 2020/1	
Data	Tarefa
14/04	Apresentação – 13:30h
28/04	Debate procedimentos administrativos - 13:30h
05/05	Debate procedimentos administrativos - 13:30h
12/05	Debate procedimentos administrativos - 13:30h
19/05	Debate procedimentos administrativos - 13:30h
25/05	Audiências - Carolina de Souza Machado 15h
26/05	Audiências - Aline Nunes dos Santos 15h
27/05	Audiências - Marília Pinto Gomes Bassôa 15h
01/06	Audiências - Carolina Tomas Mata 15h
03/06	Audiências - Eduarda da Rosa Carvalho 15h
04/06	Audiências - Natália RossatoMozzaquatro 15h
10/06	Audiências - Bruna Freitas de Oliveira 15h
16/06	Debate sobre audiências 13:30h
16/06	Audiências - Eduarda da Rosa Carvalho 15h
18/06	Audiências - Natália RossatoMozzaquatro 15h
23/06	Debate sobre audiências 13:30h
23/06	Audiências - Marília Pinto Gomes Bassôa 15h
25/06	Audiências - Carolina Tomas Mata 15h
30/06	Audiências - Aline Nunes dos Santos 15h
02/07	Audiências - Carolina de Souza Machado 15h
07/07	Debate sobre audiências e encerramento 13:30h
Calendário acolhimento 2020/2	
Data	Tarefa
19/08	Reunião inicial projeto 14h - 16h
25/08	Audiências
27/08	Audiências
02/09	Debate 14h - 16h
08/09	Audiências
10/09	Audiências
16/09	Debate 14h - 16h
22/09	Audiências
24/09	Audiências
30/09	Debate 14h - 16h
07/10	Expedientes Administrativos 14h - 16h
14/10	Iniciais Coletivas 14h - 16h
21/10	Iniciais Coletivas 14h - 16h
28/10	Sistema Nacional de Adoção 14h - 16h
04/11	Processos 14h - 16h
11/11	Processos 14h - 16h
18/11	Processos 14h - 16h
25/11	Processos 14h - 16h
02/12	Aula final 14h - 16h

Fonte: NJP, jan. 2021

6. Núcleo de Mediação de Conflitos/FMP – Polícia Civil/RS:

Em julho de 2018, a FMP celebrou termo de cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência da Polícia Civil, visando a realização de estágios curriculares obrigatórios com os acadêmicos dessa Faculdade, no Núcleo de Mediação de Conflito da Polícia Civil. Inicialmente, os estudantes realizam capacitação em curso promovido por este Núcleo. Posteriormente, os acadêmicos participam das atividades em delegacias de Polícia para acompanhamento e auxílio nas mediações realizadas, proporcionando experiência prática necessária à formação profissional. O calendário e os locais da atividade desse projeto são definidos semestralmente. Em 2018, 7 estudantes participaram das atividades do projeto. Em 2019, um total de 9 acadêmicos participaram das atividades de capacitação e de mediação nas delegacias de polícia. Este projeto não foi desenvolvido em 2020, em razão da pandemia do novo Coronavírus.

Quadro 16 - Cronograma de atividades do projeto de mediação de conflitos: FMP – Polícia Civil

2019/1	
18/03 segunda-feira	Apresentação do projeto – 14h
01/04 segunda-feira	Início curso de mediação EAD
22/04 segunda-feira	Fim curso capacitação EAD
23/04 terça-feira	Reunião Prates – Grupo 1
25/04 quinta-feira	Reunião Prates – Grupo 2
30/04 terça-feira	Início nas delegacias – Central de TC
2019/2	
21/08 quarta-feira	Apresentação do projeto – 14:30h
04/09 segunda-feira	Início nas delegacias – Central de TC
11/11 segunda-feira	Início curso capacitação EAD
04/12 quarta-feira	Fim curso capacitação EAD

Fonte: NPJ, jan. 2020

- 1) **Trabalho de Pesquisa:** Os acadêmicos cumprem ainda a atividade da prática jurídica vinculada a determinados projetos com pesquisa

doutrinaria e jurisprudencial dos temas relacionados aos projetos, conforme regras e prazos estabelecidos pela coordenação do NPJ. O Trabalho de Pesquisa orienta-se pelo mínimo de vinte (20) e no máximo trinta (30) páginas e deve observar obrigatoriamente as normas da ABNT.

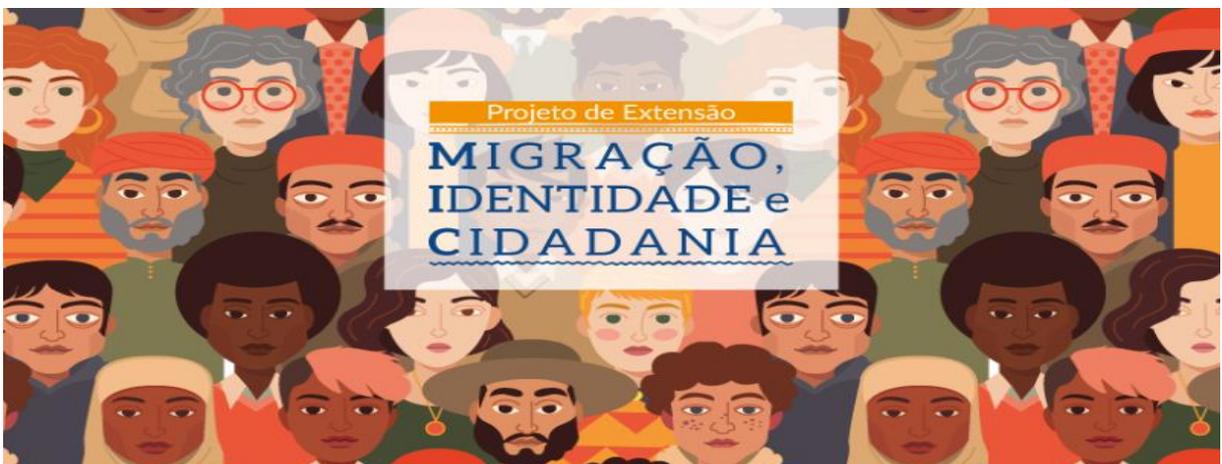
Ademais, a Responsabilidade Social é exercida em programas diversificados com suas respectivas atividades, dentre eles:

- a) Grupos de pesquisa, coordenados por professores da Faculdade e com a participação de estudantes, dentre eles destaca-se:
 - Regularização fundiária: o projeto destina-se a acompanhar a atuação específica do Ministério Público em expedientes (inquéritos civis, peças de informação e ações civis públicas) de loteamentos irregulares e ocupações, oriundos das Promotorias de Justiça Especializadas do Ministério Público do Rio Grande do Sul, sob a orientação do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público e dos professores designados pela FMP.
- b) Projetos de extensão, coordenados por professores da Faculdade e com a participação de estudantes, dentre eles destacam-se:
 - Programa de Valorização à Vida: o programa está estruturado em quatro eixos: Atenção às Diversidades, Apoio à Pessoa com Deficiência, Meio Ambiente e Programa Doe Sangue. Relativo ao apoio à pessoa com deficiência uma comissão foi formada com representantes do corpo docente, discente e de colaboradores. Esta comissão acompanha um conjunto de melhorias de infraestrutura, já implementadas pela IES, tais como: instalação de piso tátil em quase todas as dependências da FMP; instalação de bebedouro para cadeirante; adaptação do banheiro feminino para utilização de cadeirantes; adequação dos banheiros para pessoas com deficiência (retirada de obstáculos, instalação de espelhos para cadeirante, alteração de portas, instalação de apoio próximo ao sanitário); instalação de placa de identificação de WCs para cadeirantes;

adaptação de mesa para cadeirante (instalação de rodízios - 2 unidades); rebaixamento do tablado do auditório; instalação de fitas luminosas nas vidraças, para pessoas com baixa visão; retirada de obstáculos; adaptação de mesas da Biblioteca para acesso de cadeirantes; elevadores sinalizados com braile e sistema sonoro; auditório com projeto adaptado para garantir a acessibilidade da edificação e mobiliário com 145 lugares, sendo 3 lugares para cadeirantes e 2 poltronas para pessoas obesas.

- Projeto “Migração, Identidade e Cidadania” (MIC): o objetivo geral do presente projeto de extensão é, por meio do diálogo intercultural, da troca de experiências e da orientação de caráter jurídico-social, maximizar o bem-estar dos migrantes em situação de vulnerabilidade social no município de Porto Alegre e região metropolitana. Para tanto, o projeto se divide em dois eixos básicos de auxílio e assessoramento dos indivíduos migrantes, a saber: IDENTIDADE e CIDADANIA. Trata-se de projeto de extensão acadêmica para assessoria aos migrantes em situação de vulnerabilidade jurídica e social nas dimensões relativas à cidadania e identidade cultural. As atividades serão realizadas no município de Porto Alegre e região metropolitana no período compreendido entre outubro de 2018 e junho de 2019.

Figura 13 – Divulgação da seleção de acadêmicos da FMP para o projeto Migração, Identidade e Cidadania (MIC)



- Campanhas sociais de doação de alimentos, materiais de higiene e materiais escolares, integrando colaboradores, docentes e discentes voltadas para populações específicas em situação de vulnerabilidades social. A arrecadação de brinquedos, roupas e/ou materiais escolares é organizada anualmente no momento institucional denominado “Amigo Secreto Solidário”. A campanha Natal Solidário FMP, que apoiou quatro instituições em 2020.
- c) Acompanhamento permanente e sistemático de estudantes com dificuldades (psicossociais, emocionais e econômicas) em todo o ciclo de formação e egressos realizados pelo NAP e Coordenação de Egressos. O NAP atende aos integrantes da comunidade acadêmica que necessitem de escuta especial, ou atendimento didático-pedagógico, ou acadêmico profissional e/ou psicossocial, bem como aos voltados para a prevenção e promoção da saúde emocional. Em 2018, a equipe do NAP foi reestruturada com a contratação de duas pedagogas para integrar a equipe e uma profissional da área da psicologia. Em 2019, passou a ser integrada à equipe do NAP uma profissional da área do serviço social. No total de atendimentos realizados, em 2019, foram 130 atendimentos individuais e acolhimentos psicossociais realizados pelo NAP. Em abril de 2019, houve a alteração da nomenclatura dos protocolos de Agendamento com o NAP, que passaram a ser ofertados nas modalidades de agendamento psicopedagógico e agendamento psicossocial.

Tabela 7 – Atendimentos NAP - 2018/1

Agendamento NAP 2018/1										
Semestre	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Nº de Protocolos	4	2	5	6	8	11	20	15	16	12
Total: 99										

Fonte: NAP, jan. 2020

Tabela 8 – Atendimentos NAP - 2018/2

Agendamento NAP 2018/2										
Semestre	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
Nº de Protocolos	0	3	1	0	3	0	3	8	12	3
Total: 33										

Fonte: NAP, jan. 2020

Tabela 9 – Atendimentos Psicopedagógicos NAP - 2019

	2019/1	2019/2
Agendamento Psicopedagógico	44	27
Agendamento Psicopedagógico – Web	20	64
Total:	64	91

Fonte: NAP, jan. 2020

Tabela 10 – Atendimentos e orientações de matrículas e quebra de pré-requisitos - 2019

	2019/1	2019/2
Quebras de pré-requisitos	12	27
Quebras de pré-requisitos - Web	29	129
Total:	41	156

Fonte: NAP, jan. 2020

Em 2020, a pandemia alterou positivamente o relacionamento dos acadêmicos com o NAP. O serviço de acolhimento e de orientação foi ampliado para esclarecer as necessidades dos estudantes de forma ininterrupta. Com essas mudanças houve um crescente número de atendimentos em diversas modalidades, em especial a resposta as solicitações por e-mails e ligações a 2157 demandas no ano de 2020. Os atendimentos eram focados nas demandas a seguir: esclarecimentos de dúvidas; orientações de matrícula; previsão de formatura; quebra de pré-requisito; agendamentos psicopedagógico; criação de tutoriais moodle; monitoria acadêmica; solicitações específicas de avaliação; central de estágios; acolhimento e interação com os aprovados no vestibular; solicitações de aproveitamento de disciplina; solicitações de provas especiais.

Além da atividade de tutoria pedagógica às disciplinas com o acompanhamento das aulas telepresenciais para 145 disciplinas em 2020/1 e 143 disciplinas em 2020/2, totalizando o acompanhamento para 288 disciplinas em 2020. Essas atividades envolveram o atendimento de 1309 demandas de professores, pelos meios de *whatsapp*, ligações e e-mails. As tutorias também envolveram o treinamento de professores para a geração de orientações para a maximização da utilização de ferramentas adequadas ao ensino telepresencial, com a capacitação individual de 19 docentes.

A Faculdade conta, também, com cinco parcerias permanentes com entidades, organizações governamentais e não governamentais que atendem diretamente a responsabilidade social, sendo eles: o projeto Conhecendo o Acolhimento Institucional, em parceria com a Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público Estadual; o centro de Mediação, realizado em parceria com o Procon/RS; o convênio de prestação jurídica gratuita com o Hospital Santa Casa. Em 2018, os novos projetos conveniados correspondem ao Termo de Cooperação da FMP com a Fundação Pão dos Pobres e com o Núcleo de Mediação de Conflito da Polícia Civil/Rs. Além disso, estabelece parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no desenvolvimento dos Colóquios de Família e Sucessões e Almoço em Família. Os Colóquios de Família e Sucessões, realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) na Faculdade, promovem palestras mensais gratuitas para a comunidade acadêmica e comunidade em geral.

Nos cursos de Pós-Graduação a responsabilidade social está atrelada a duas perspectivas. A primeira é a relacionada ao Curso de Especialização em Direito da Infância e Juventude. Esse curso, desde o seu início, foi se desenvolvendo em aproximação com os órgãos da rede de atendimento à Infância e Juventude, tais como Conselhos de Defesa de Direitos da Infância e Juventude. O Curso tem se colocado como uma opção natural para as pessoas que trabalham na área como perspectiva de ampliação de competências específicas. É preciso salientar que a área da Infância é sensível e necessita, sobretudo, de uma consciência cultural que anteceda a mudança social. Nesse sentido, o Curso de Especialização foi concebido com essa finalidade. A segunda perspectiva relacionada à responsabilidade social é vislumbrada na qualificação de quadros funcionais da administração pública. A Pós-

Graduação tende a melhorar a efetividade das ações administrativas e uma melhor aplicação dos recursos públicos.

Em sua relação com a comunidade, e com o objetivo de promover o atendimento da demanda social por um ensino acessível de qualidade, a Instituição possui planos de concessão de bolsas para entidades assistenciais, para acadêmicos com dificuldades econômicas e com entidades conveniadas.

Relativas às atividades de responsabilidade social são considerados seguintes critérios para a concessão de bolsas:

- a) apoio aos acadêmicos em situação de carência socioeconômica;
- b) atendimento diferenciado aos diplomados;
- c) premiação por destaque acadêmico (láurea e 1 lugar da turma).

As bolsas-premiação são aquelas que demonstram apreço pelos resultados de desempenho, que, sem dúvida, na grande maioria das vezes, se referem à elevação ou afirmação da autoestima do contemplado com o prêmio. Assim sendo, a Faculdade desenvolve o programa de bolsas de estudos que conta com as seguintes modalidades:

- **BOLSAS PREMIAÇÃO**

As bolsas premiação demonstram apreço pelos resultados de desempenho e podem ser através de apoio parcial ou integral, como, por exemplo:

- Os 1º, 2º e 3º colocados do processo seletivo recebem bolsas de 100%, 75% e 50%, respectivamente, nas mensalidades durante todo o curso.
- Bolsas de estudo parciais (50%) destinadas aos educandos que tenham se destacado através da nota do ENEM. Atualmente, 13 estudantes são beneficiados com a bolsa na modalidade ENEM.

- **BOLSA SOCIOECONÔMICA**

A concessão da Bolsa de Estudo Socioeconômica ocorre a partir da publicação de edital e de seleção específica, sendo oferecida tanto para os alunos ingressantes no Curso de Direito, como para os alunos já matriculados na Instituição. Atualmente, 43 alunos são beneficiados com a bolsa socioeconômica.

As bolsas socioeconômicas são concedidas aos acadêmicos com vulnerabilidade financeira por meio da concessão bolsa no montante de até 50% do valor das mensalidades, que contribui para a permanência no meio acadêmico e a formação desejada. Os valores destinados à concessão de bolsa de estudo para estudantes representam em torno de 6% do percentual de faturamento da FMP.

- **BOLSA TRANSFERÊNCIA e DIPLOMADO**

A FMP também criou um bolsa de estudo parcial de 20% sobre as mensalidades destinadas aos estudantes que tenham solicitado transferência de curso de outra instituição de ensino para a Faculdade de Direito da FMP, assim como bolsas de 20% para alunos que são diplomados em outros cursos de Graduação.

- **BOLSA INCENTIVO EDUCACIONAL**

O Programa de Benefícios da FMP conta também com a Bolsa de Incentivo Educacional, um benefício para aqueles alunos que não estejam enquadrados no grupo familiar com renda per capita bruta de até três salários mínimos, mas ainda assim não tenham condições financeiras plenas de arcar com a integralidade das mensalidades do curso.

A Bolsa Incentivo Educacional FMP é um incentivo proporcionado pela FMP aos seus discentes para a manutenção dos seus estudos através de postergação de um percentual da mensalidade, o qual será cobrado somente após a finalização dos estudos. Trata-se de Bolsa de Incentivo porquanto não serão cobrados juros, correção monetária e encargos financeiros dos valores postergados, sendo o valor atualizado, quando do pagamento, tão somente pelo montante do crédito das disciplinas cursadas. Para possibilitar a execução deste programa, a FMP utiliza seus recursos próprios. Em 2020, 89 alunos foram beneficiados com bolsas que variam de 10% a 80% do valor da mensalidade, e em 2019 68 estudantes foram beneficiados.

O Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, destinado a financiar a educação superior de estudantes, foi liberado para a FMP em 2012/2. Em 2018, o número de beneficiários pelo FIES foi de 52 alunos. Em 2019, o FIES beneficiou 42 estudantes e 21 estudantes em 2020. O Credies da Fundacred, favoreceu 39 estudantes ao longo dos anos de 2019 e 2020.

- **BOLSA INSTITUCIONAL FMP**

É concedida pela Presidência ou Conselho Administrativo da FMP, levando-se em consideração projetos sociais ou termos de cooperação firmados pela Instituição. Atualmente estão concedidas 45 bolsas Institucionais.

A bolsa integral de Graduação advinda do Projeto Interinstitucional “Conhecendo o Acolhimento Institucional”: Esta bolsa de estágio faz parte do convênio de cooperação entre a FMP e o MP/RS referente ao Projeto Interinstitucional “conhecendo o Acolhimento Institucional”, no qual está previsto, entre outras ações, uma bolsa integral na Graduação em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público, tendo como requisito que o beneficiário comprove a sua condição de hipossuficiência, conte com a idade máxima de 21 anos, esteja ou tenha estado no acolhimento institucional pelo período mínimo de 2 anos e o alcance de, no mínimo, a nota de corte de 450 pontos no ENEM.

- **BOLSA ESTÁGIO ACOLHIMENTO INTERINSTITUCIONAL**

Esta bolsa de estágio faz parte do convênio de cooperação entre a FMP e o MP/RS referente ao Projeto Interinstitucional “conhecendo o Acolhimento Institucional”, no qual está previsto, entre outras ações, 4 bolsas de estágio anuais a adolescentes acolhidos institucionalmente, matriculados e frequentando o ensino médio.

- **BOLSA CONVÊNIOS**

Além das modalidades acima, existem bolsas através de convênios com diversas instituições públicas e associações com a concessão de 5% a 10% de desconto na Graduação em Direito, Pós-Graduação e Mestrado aos membros, servidores e dependentes destas organizações. A FMP disponibiliza em torno de 16% do percentual de faturamento anual em bolsas relacionadas a Convênios.

- **BOLSA FUNCIONÁRIO / DEPENDENTE**

Concede-se aos funcionários da instituição bolsa de 90% a 100% em qualquer curso – de Graduação ou de Especialização – ofertados pela Faculdade de Direito, totalizando 03 colaboradores contemplados com esse benefício em 2020. Conforme Ato Normativo da Fundação 001/2009, o colaborador da FMP tem direito a bolsas especiais para cursar a Faculdade de Direito, os cursos de Pós-Graduação, os Cursos Preparatórios e demais cursos que a instituição venha a ofertar. Em 2020,

além dos colaboradores que utilizam diretamente este benefício, 2 dependentes de colaboradores usufruem da bolsa prevista no Ato Normativo.

A concessão de bolsas, nas modalidades supra referidas, tem o caráter de Responsabilidade Social.

No âmbito da assessoria psicopedagógica, destacou-se o atendimento a estudantes com necessidades psicossociais, econômicas, familiares ou pessoais, atendendo a 100% das demandas desta modalidade realizada pela equipe do NAP. Este espaço também é usado pelos docentes, colaboradores e egressos que buscam aconselhamento e soluções em situações didáticas, pedagógicas, econômicas, pessoais ou familiares.

Finalmente, a FMP integra o Fórum das Instituições de Ensino Superior, criado no final de 2014, que vem debatendo o papel das Instituições de ensino superior na cidade de Porto Alegre.

4.3 Outras considerações

Para o ano de 2021, a CPA reforça a necessidade de perpetuação da cultura de acompanhamento, análise e (re)planejamento de ações de Responsabilidade Social, democratizando as decisões e os rumos da Faculdade, com vistas a:

- a) consolidar o desenvolvimento das atividades estratégicas de gestão da IES, no âmbito das ações de responsabilidade social;
- b) executar as ações previstas no PDI;
- c) zelar pela busca incessante da excelência do curso com repercussão das ações na comunidade em que atua;
- d) incrementar políticas de atendimento das dimensões de avaliação do Ministério da Educação.

Foi considerado estratégico dar maior amplitude às atividades do Núcleo de Prática Jurídica e na maior divulgação das atividades de Extensão, possibilitando a ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil em geral. Destaca-se o empenho das ações voltadas a Responsabilidade Social, atendimentos à comunidade, seminários e palestras oferecidas de forma gratuita,

bem como as ações de implantação de programas de ensino inclusivo por meio do financiamento estudantil e bolsas parciais.

Potencialidades:

- a) ações e compromissos expressos no PDI em consonância com a Missão da IES e com as
- b) políticas de ensino, pesquisa e extensão;
- c) a adequação e revisão do PPC às metas e exigências legais vigentes;
- d) as ações decorrentes do planejamento, acompanhamento e operacionalização do Plano de Ação Anual, do PPI e dos Projetos Pedagógicos do Curso de Graduação em Direito e dos Cursos de Pós-Graduação (PPCs);
- e) análise das evidências do processo de autoavaliação, bem como o retorno e a divulgação dos resultados aos colaboradores, professores e estudantes.
- f) observância da divulgação do Relatório de Autoavaliação Institucional no site oficial da IES;
- g) as avaliações das metas previstas no Plano Anual de Ação permitiram buscar maiores evidências quanto à efetividade do PDI, de suas respostas às demandas institucionais e à projeção de ações para 2020 e 2021;
- h) a significativa expansão das ações de Responsabilidade Social da Faculdade em parcerias com os segmentos de docentes, discentes e colaboradores, em especial visibilidade ao Programa FMP Plural;
- i) a implantação de Escritório Modelo, que conta com espaço físico, mobília e recursos humanos já implementados na IES;
- j) incrementos às atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação, com a oferta de variados cursos EaD, atividades culturais e transdisciplinares;
- k) aumento da produção científica docente;
- l) publicações eletrônicas produzidas pelo corpo docente na forma de E-book

- m) investimento em infraestrutura para a implementação de atividades EaD (plataforma Moodle, sala de gravação de vídeo aulas e ampliação da rede Wireless);
- n) investimento em equipamentos e materiais permanentes para dar suporte às atividades de ensino;
- o) o incremento de instituições e novas parcerias para a execução das atividades pelo Núcleo de Prática Jurídica.

Desafios:

- a) Prosseguir com a qualificação e implementação das metas propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional atendendo as demandas de responsabilidades social intrínsecas a uma Instituição de Ensino.
- b) Transformar as propostas das atividades para o período da Pandemia.
- c) Dar continuidade e ampliar a rede de parceiros para que de retorno social para a comunidade acadêmica e sociedade civil.

5 EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

Esta seção apresenta questões pertinentes às Políticas Acadêmicas.

Quadro 17 – Principais ações realizadas: eixo 3

EIXO 3/dimensões		PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS 2020
<p>A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluindo procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades</p>	Ensino	Revisão da avaliação da aprendizagem	Apoio à Coordenação de Apoio para Avaliações.
		Perfil da excelência: Curso de Graduação de Direito	Reuniões de estudos com o NDE e o Colegiado do Curso e NAP.
			Revisão semestral dos Planos de Ensino.
			Propostas de Metodologias potencializadoras da aprendizagem
		Perfil de excelência: Pós-Graduação	Ampliação da oferta de cursos. Oferta de cursos na modalidade à distância.
		Programa de Apoio Pedagógico Institucional	Projeto de Acolhimento; Projeto Workshop e Simulação para bancas de TCC; Simulados de nivelamento; Projeto Doble e Plus.
		Monitoria	Manutenção das atividades de monitoria no atendimento dos acadêmicos
		Incremento à atividade docente	Projeto de capacitação docente
	Pesquisa	Salão de Iniciação Científica	Nova edição do Salão de Iniciação Científica da FMP.
		Laboratório de Iniciação Científica	Estímulo a participação dos acadêmicos em atividades de pesquisa desde o início do curso.
		Bolsa de Pesquisa	Aumento de acadêmicos com bolsa participantes dos grupos de pesquisa
		Estímulo à disseminação do conhecimento desenvolvido na Faculdade	Participação dos docentes e apresentação de trabalhos em eventos científicos nacionais e internacionais
		Estabelecimento de meta para produção científica docente	Fomento da produção para professores de tempo integral

		Divulgação da produção docente e discente através de publicações	Publicação do E-books.
		Divulgação da produção científica da Faculdade em revistas indexadas internacionalmente	Publicação de artigos por docentes.
	Extensão	Incremento às atividades de extensão	Aulas Abertas
			Cinema e Direito
			Seminário Nacional Internacional – Mestrado
			Eventos CEAF
			Cursos de Extensão e de Aperfeiçoamento
			FMP Plural
			MIC
	Pós-Graduação	Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	Oferta de Especialização em diversas áreas presencial e EaD
			Curso de Mestrado
			Seleção de nova turma de mestrandos da FMP
Políticas de atendimento ao estudante e aos egressos	Programas de Atendimento ao Discente	Mobilidade Acadêmica	Intercâmbio Itália, Roma, Portugal, Chile
			Competição Simulado de Washington
			Competição de Mendoza
			Curso de Bioética em Yale
			Viagem Acadêmica
	Programa de Acompanhamento de Egressos	Projeto Hiato	Assessoria a professores e estudantes; Acolhimento dos calouros; Monitoria e Laboratório de Ensino; Atendimento psicopedagógico e psicossocial permanente.
			Oferta de atividades de nivelamento e abertura edital de seleção do Mestrado Escritório Jurídico
A política para o Ensino	Revisão dos documentos	Comissões para revisão do PPC e de estudo e revisão do Regimento da Faculdade.	Acompanhamento dos calouros antes do início das aulas.

	institucionais PPC e Regimento da Faculdade	
	Oferecimento de cursos de extensão em EaD	Realização do curso de nivelamento OAB para os alunos da graduação e egressos na modalidade à distância; gravação de palestras, cursos e encontros e disponibilização EaD pelo Projeto FMP Gold
	Oferecimento de recursos didáticos pedagógicos atualizados	Utilização da plataforma Moodle para realização de cursos e atividades de extensão. Preparação para apresentações Orais
	Customização da Plataforma Moodle de acordo com o projeto de EaD institucional, os PPCs dos cursos e das demais demandas institucionais	Implantação e funcionamento de novas turmas na modalidade de educação a distância.
	Revisão e aquisição de novos títulos e periódicos para a Biblioteca	Atualização dos planos de ensino com revisão bibliográfica. Ampliação do acervo com aquisição de novos exemplares semestralmente
	Fórum das IES	Participação no Fórum das Instituições de Ensino Superior de Porto Alegre.
Comunicação com a Sociedade	Novo site	Criação do novo site da FMP.
	FMP nas redes sociais e BLOG	Geração de conteúdo sobre a FMP nas redes sociais e no blog
	Jornal Impresso	<i>Jornal</i> com redação de notícias acadêmicas, com edição trimestral.
	Assessoria de Imprensa	Divulgação de informações sobre a FMP na Imprensa (cursos, ações, projetos, eventos) Elaboração de um projeto (FMP na Imprensa) (de visitas às redações dos jornais, entrega de material da FMP e realização de workshop para jornalistas).
	Comunicação Visual	Criação dos materiais de divulgação da FMP
	Fidelização e divulgação da marca	Divulgação da marca FMP como instituição de qualidade no ensino jurídico no RS;

Fonte:Elaboração própria

5.1 Evidências quanto à dimensão ensino, pesquisa e extensão

A Avaliação Institucional, por sua já legitimada relevância junto à vida acadêmica, analisa as informações do processo avaliativo com o Plano de Ação Anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional. No PDI (2021-2025), dentre as ações propostas no objetivo estratégico, identifica-se “expandir e qualificar o ensino, a pesquisa e a extensão”. As informações produzidas neste âmbito revelaram a tomada de decisão quanto:

- a) à melhoria da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, envolvendo tanto professores da Graduação como da Pós-Graduação;
- b) ao aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem, da pesquisa e da extensão;
- c) à observância dos processos de avaliação da aprendizagem, na busca da implementação em número e qualidade dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação.

No ano de 2020, a autoavaliação foi realizada no segundo semestre letivo. O processo de avaliação teve como foco o processo de ensino, as atividades extensionistas e a infraestrutura.

Também foram foco do processo de autoavaliação institucional a:

- a) avaliação do docente pelo acadêmico por disciplina;
- b) autoavaliação do docente;
- c) autoavaliação do acadêmico;
- d) avaliação da infraestrutura pela comunidade acadêmica.

A autoavaliação discente pelo próprio discente teve média de 3,8 em 2018, 4,1 em 2019 e 4,0 em 2020. No ano de 2020, foi também implementada a autoavaliação dos estudantes do Mestrado, com média de 4,2 de satisfação em relação ao seu próprio aproveitamento. Em relação às questões que mediam a satisfação com o processo de ensino, o grau de satisfação geral foi de 4,1 em 2018, 4,2 em 2019 e 4,3 em 2020. Já as

atividades extensionistas foram avaliadas em 4,0 em 2018, 3,8 em 2019 e 4,1 em 2020 para alunos da graduação e de 4,2 em relação aos alunos do Mestrado. A Infraestrutura teve média de 3,7 em 2018, em 2019 atingiu 4,4 e em 2020 a infraestrutura mediu o grau de satisfação com ambiente virtual *Moodle*, recebendo a média de 4,1. Já o curso de Mestrado, avaliou o ambiente virtual *Canvas*, com a satisfação média de 4,1.

Figura 14 – Instrumento de Autoavaliação - Processo de Ensino na Graduação

Média por Quesito			
Dimensão:	Processo de Ensino - 2020		
Público:	Alunos		
Empresa:	Fundação Escola Superior do Ministério Público		
Unidade:	Fundação Escola Superior do Ministério Público		
Nível de ensino:	Graduação		
Curso:	Direito - Bacharelado		
Quesito	Média	Desvio padrão	
	2020/2	2020/2	
01 - A contribuição das disciplinas cursadas para sua formação integral, como cidadão e profissional.	4,5	0,7	
02 - A qualidade do corpo docente	4,2	0,9	
03 - Os indicadores de avaliação (MEC , ENADE, OAB, etc.)	4,6	0,6	
04 - Os conteúdos abordados nas disciplinas do curso favorecem sua atuação em atividades de iniciação profissional, articulando o conhecimento teórico com as atividades práticas.	4,3	0,9	
05 - As metodologias de ensino utilizadas no curso desafiam você a aprofundar seus conhecimentos e desenvolver competências reflexivas.	4,1	1,1	
Média Geral	4,3		

Fonte: CPA (2020)

5.2 Atividades desenvolvidas que adquiriram visibilidade no ensino, na pesquisa e na extensão

As atividades desenvolvidas e acompanhadas, referentes ao ensino, evidenciaram o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação Anual e PDI. No período em análise houve a reavaliação da matriz curricular pelo NDE, cujas propostas da implantação de nova sistemática dos planos de aprendizagem, consoante atuais diretrizes do MEC, foram aprovadas pelo Colegiado de Curso. Um conjunto de novas orientações na organização da matriz curricular, do ementário e da seriação das disciplinas, vem sendo implantadas, de acordo com a seguinte cronologia:

- a) oferta da disciplina de Teoria da Argumentação Jurídica no segundo semestre do curso (2013/1);
- b) oferta da disciplina de Hermenêutica Jurídica no primeiro semestre do curso (2013/1);
- c) oferta da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 1 (TC 1) no oitavo semestre do curso (2012/2);
- d) oferta da disciplina de TC 2 no nono semestre do curso (2012/2);
- e) criação da disciplina de Prática de Processo Trabalhista no décimo semestre, a partir de 2016/1;
- f) criação da disciplina de Responsabilidade Civil e extinção da Disciplina de Processo Coletivo, a partir de 2016/1;
- g) criação da disciplina de Métodos de Gestão de Conflitos e a extinção da Disciplina de Direito Econômico, a partir de 2018/2.

Destaca-se, também, em 2019, a ampla revisão e estudo de implementação da nova Matriz Curricular do Curso de acordo com as orientações Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito, que teve sua aprovação retardada em razão da pandemia do novo Coronavírus. De acordo com a Coordenação do Curso, a nova Matriz Curricular será implantada em 2022. Ademais, apesar da Pandemia, as atividades de responsabilidade social e do NPJ, foram readaptadas e fortalecidas, bem como o planejamento e auxílio das práticas jurídicas obrigatórias e não obrigatórias, juntamente com a coordenação do curso e os professores responsáveis. O quadro a seguir

apresenta o incremento das novas parcerias para realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios:

Quadro 18 - Ampliação e renovação das parcerias com instituições conveniadas entre 2018 e 2020

Instituições / 2018
Centro de Integração e Capacitação em tecnologia da informação
Doc 9 Digitalização e gerenciamento de arquivos LTDA
Eliseu Gomes Torres
Escritório Estrella e Oliveira Advogados S.S
Escritório Silveira & Casado Advogados Associados
Estágio Sul
GRP Consultoria e serviços empresariais Ltda
Instituto Nacional de Qualificação e capacitação
Levenson Advogados Associados
Lopes Neto Advocacia
Ministério Público de Santa Catarina
Ministério Público do Paraná
Moraes de Vasconcelos Advogados Associados
Peopleware Administração de serviços temporários LTDA
Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – RENAPSI
Ricardo Breier Advogados Associados
Sociedade Levandowski Belloli Sociedade Individual de Advocacia
Teiga Advogados Associados
Teixeira Ribeiro Advogados
Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
Tribunal Regional Federal - 4ª região
Trindade & Mombelli Advogados Associados
Verbo Educacional LTDA
Diego Galbinski Sociedade Individual de Advocacia
Rava & Santa Maria Advogados Associados
Costa e Koenig Advogados Associados
Instituições / 2019
Aloísio Zimmer Advogados Associados
Amaral e Bohrer Advogados
Arthur Fochesatto Panisson - Sociedade Individual de Advocacia
Aspis e Palmeiro da Fontoura Advogados Associados

Carvalho, Machado e Timm Advogados
Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB)
Escritório Martins e Copetti Advogados
Etapa RH
Franchi Sociedade Individual de Advocacia
Galbinski Maia Souza Advogados
João Carlos e Fernando Scalzilli Advogados & Associados - Sociedade de Advogados
Laurent Advogados Associados
Malta Martins Assessoria Empresarial
Marcelo Tostes Advogados
Mariju Maciel e Advogados Associados
Michel Zavagna Gralha Advogados
Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul
Observatório Social de Porto Alegre
People RH Serviços e Treinamentos Temporários
Rocha Nascimento Sociedade de Advogados
Scalzilli, Althaus, Chimelo & Spohr Advogados
Sindicato dos Servidores de Nível Superior do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul
Sistema de Estágios Inteligentes – SEIBRAS
Spader, Gutjahr, Clemes Advogados
Temes Sociedade Individual de Advocacia
Tribunal de contas do estado do Rio Grande do Sul
Trindade Lavratti & Advogados Associados
Universidade Patativa do Assaré
Veirano e Advogados Associados
Instituições / 2020
Agente de Integração Virtual Plataforma e Gestão de Estágios Ltda
André Maya – Sociedade Individual de Advocacia
CEFOP- RS
Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul
Dra. Eduarda Brinckmann Vogel e Dra. Fernanda Lopes Kerber
Escritório Carneiro Martin Advocacia
Instituto de Desenvolvimento Humano e Cidadania
Martignoni de Moraes e Todeschini Advogados
Oliboni Advocacia
P A Pereira Serviços ME
PRO- SERVI Serviços de Assessoria e Seleção Pessoal Ltda

Rafel Nichelle Advogados Associados
Sandra Brum e Stelamaris Advogadas Associadas
Teixeira Ribeiro Advogados
Wenzel Sociedade Individual de Advocacia

Fonte: Registro Acadêmico (2021)

Nos aspectos gerais relacionados às políticas de ensino, destaca-se a continuidade da revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) com a implementação de atividades de formação continuada de professores, especialmente nos temas de avaliação da aprendizagem e de metodologias potencializadoras da aprendizagem. Uma das ações propositivas observadas foi a utilização de ferramentas de metodologias ativas, com avaliação positiva dos estudantes. O projeto de integração interdisciplinar passou a ser planejado, semestralmente, com intercâmbio entre as diferentes áreas de conhecimento do curso. As atividades desta natureza passaram a compor o planejamento do corpo docente com previsão nos Planos de Ensino Aprendizagem e nas reuniões de Colegiado do Curso e do NDE.

Dentre as atividades interdisciplinares inovadoras, os cursos de capacitação em pesquisa científica foram incorporados como ferramenta potencializadora da aprendizagem na disciplina de Metodologia da Pesquisa, TC 1 e TC 2. O projeto foi criado em parceria com a equipe da Biblioteca com aulas práticas no ambiente virtual. A capacitação envolve a atualização nas normas da ABNT, pesquisas em bases de dados nacionais e internacionais e em portais de busca de legislação para a qualificação da produção científica de trabalhos acadêmicos. Na disciplina TC 2, houve também a incorporação de uma Semana de Simulação de Bancas aliadas a um Workshop de Preparação para Bancas de Trabalho de Conclusão, integrando estudantes do Mestrado e da Graduação. Os encontros objetivaram preparar de forma técnica, comportamental e emocionalmente os acadêmicos para apresentação do trabalho de conclusão de curso. É organizado, semestralmente, pela professora da disciplina de TCC. Observou-se, também, um conjunto de eventos de caráter inter e transdisciplinares, que culminaram na maior integração entre as disciplinas, bem como de caráter interinstitucionais.

Figura 15 - Círculo Restaurativo Virtual (2º semestre – Disciplina de Psicologia Jurídica)



Fonte: Acervo Institucional (2020)

A implementação sistemática da plataforma *Moodle* como suporte às atividades, cursos e atividades de ensino possibilitou a ampliação da oferta de atividades de Educação à Distância, principalmente de nivelamento, e outras gratuitas para alunos da graduação e egressos da Faculdade. Os desafios da pandemia reacenderam a necessidade de implementação de metodologias ativas pelo corpo docente, a exemplo do Círculo Restaurativo Virtual, simulações *on-line*, dentre outras atividades, que passaram a integrar a sistemática do novo processo ensino-aprendizagem telepresencial. Além do projeto tecnológico chamado Gold, a grande maioria das atividades de extensão da Faculdade de Direito da FMP são transmitidas ao vivo por meio de Lives e Webinars, quando da autorização dos convidados/palestrantes, e disponibilizadas no canal do *YouTube*, criado no início de 2019. Além do canal do *Instagram* com foco na divulgação das ações e eventos promovidos pela Faculdade.

Destacam-se, ainda, as reuniões de revisão do Projeto Político Pedagógico do Curso, bem como as atividades da Formação Continuada dos Docentes, que ocorreram de forma telepresencial. Pelas atas analisadas o trabalho de análise e proposição dos membros do NDE e do Colegiado de Curso no acompanhamento e avaliação das mudanças resultantes das adaptações do ensino durante a pandemia e a criação do Comitê Centro de Operações de Emergência em Saúde para a Educação, pelo Ato Resolutivo nº1/2021. O processo de avaliação destacado no envolvimento para a criação

das bases do ensino telepresencial, acima destacado, baseado na reflexão e planejamento das ações representa o foco da IES pela busca permanente da qualidade do ensino.

5.2.1 Programa de Pós-Graduação

A política de ensino do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* não difere, substancialmente, da política do Curso de Graduação. O foco da Pós-Graduação tem sido as áreas do Direito em que a FMP tem expertise de atuação. Destaca-se o Direito Público, ramo do Direito mais afeto às carreiras de Estado. No ano de 2015, a IES realizou a solicitação de credenciamento para a oferta de cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino à Distância. Em 2017, os primeiros cursos foram ofertados na modalidade à distância, após a publicação da Portaria 191 de 3 de fevereiro do mesmo ano, de credenciamento da IES. Os cursos têm estrutura curricular integradora, com unidades comuns a mais de uma especialização.

O principal objetivo da oferta EaD é alcançar locais fora da cidade de Porto Alegre e do estado do RS, oportunizando aos operadores do direito acesso a cursos de especialização de qualidade e excelência.

Da mesma forma, ao final do semestre letivo de 2015, a IES obteve a aprovação da oferta da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, habilitando-a para divulgar o curso de Mestrado Acadêmico, com 25 vagas anuais – área de concentração: Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis; linhas de pesquisa: L1 – Tutelas à Efetivação dos Direitos Públicos Incondicionados. L2 – Tutelas à Efetivação dos Direitos Transindividuais. O Curso de Mestrado iniciou sua primeira turma em abril de 2016.

A Faculdade se coloca, dessa forma, com seus cursos de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, como opção natural para qualificar a ação administrativa na área pública dos órgãos de administração direta e indireta em todas as esferas regionais.

- a) **Caracterização das linhas de pesquisa:** O Mestrado Acadêmico tem como área de concentração as TUTELAS À EFETIVAÇÃO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS, possuindo duas linhas de pesquisa assim definidas:

- **Linha 1 - Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados:**
A linha de “Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados”

quer tratar exatamente daquelas demandas envolvendo o reconhecimento da existência de interesses e direitos da coletividade como um todo e, portanto, fora do alcance e da autonomia de vontade dos sujeitos de direitos, ou seja, para além dos Direitos Fundamentais Individuais, dando-se destaque, dentre outros, à questão da segurança pública, das políticas preventivas e curativas de enfrentamento da corrupção, das medidas necessárias às ações do Mercado que violam Direitos Fundamentais, em especial aqueles relacionados às novas espécies de criminalidade e ilícitos corporativos, que afetam de forma violenta a Sociedade e, nela, em geral, os mais necessitados e excluídos, dispersos pelos vários brasis dentro do Brasil. Os objetos de recorte investigativo mais próprios desta Linha de Pesquisa se constituem também a partir dos marcos constitucionais à diferença na igualdade e liberdade de todos, verificando de que maneira o sistema jurídico pátrio, particularizado em algumas de suas dimensões pontuais (criminal e empresarial), deve se portar. Em tempos de diferenças culturais, étnicas, religiosas e políticas brutais, quer-se em termos de disciplina contextualizar algumas questões envolvendo o multiculturalismo da Sociedade Contemporânea e como ela vem tratada pelo constitucionalismo atual. É o que vai tratar a disciplina Multiculturalismo, Constituição e Direito Penal. Nesta sociedade hipercomplexa em que vivemos, com a sensação de insegurança por vezes potencializada artificialmente, é preciso verificar como vai se equalizar a proteção da Sociedade como um todo e dos indivíduos sem violentar os Direitos de Liberdade igualmente garantidos enquanto Direitos Fundamentais, principalmente em face da macro criminalidade vigente em todo o mundo. É o que vai tratar a disciplina Direito Fundamental à Segurança e o Direito de Liberdade. O problema é que, para além da violência potencializada por esta macrocriminalidade, há ainda outro, de ordem tanto internacional como nacional, que aflige as relações sociais e institucionais na Sociedade de Risco, que é o fenômeno da Corrupção e os estragos que vem deflagrando em face dos interesses públicos incondicionados da Sociedade, do Estado e da

Administração Pública. É o que vai tratar a disciplina Patologias Corruptivas e interesses públicos indisponíveis. Nestes cenários todos encontra-se o Mercado e suas relações negociais e contratuais, públicas e privadas, há muito tempo sem regulação adequada, eis que protagonista definitivo na operação de bens públicos indisponíveis, devendo ter espaço de tratamento e reflexão neste projeto, daí ser tratado pela disciplina Relações Tensionais entre Mercado, Estado e Sociedade. Assim, há que se problematizar como estão se comportando os agentes e instrumentos processuais de proteção e efetivação destes Direitos Públicos Incondicionados, uma vez que demarcados constitucional e infraconstitucionalmente. É o que vai tratar a disciplina Garantias Processuais dos Bens Públicos Incondicionados

- **Linha 2 - Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais:** A linha de pesquisa de “Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais” quer tratar de interesses e direitos que estão situados entre o interesse público e o interesse privado, pois embora não sejam propriamente estatais, são mais que meramente individuais, porque compartilhados por grupos, classes ou categorias de pessoas. Não se está diante, propriamente, de interesses públicos, assim entendidos aqueles que têm no Estado o titular único e exclusivo de sua tutela, já que, frequentemente, o próprio Estado aparece como o causador a tais lesões a direitos. Mas pouco se trata de interesses privados disponíveis, pois os direitos difusos, em suas diversas manifestações, não são jamais a soma de direitos individuais, e sim pertencentes indivisivelmente a todos, marcados no mais das vezes pelas características da indisponibilidade. No plano teórico e pragmático esta Linha de Pesquisa vai abordar temas envolvendo alguns dos mais polêmicos bens jurídicos transindividuais, como os direitos do consumidor, o direito de participação política na gestão pública, a sustentabilidade urbana, e o fará a partir de uma perspectiva dos Direitos Fundamentais, a começar por indagando quais as contribuições que a Jurisdição e os operadores podem dar neste processo. Diante da extensão imensa dos bens jurídicos transindividuais, optou este projeto de Mestrado por eleger

alguns deles para dar tratamento aprofundado, a começar pelo reconhecimento de suas fundamentalidades, como é o caso do Direito do Consumidor em época de induções por vezes irracionais de consumismo por um Mercado irresponsável e insustentável, a ser tratado pela disciplina Proteção do Consumidor como Garantia Fundamental Constitucional. Outro aspecto em destaque nas Sociedades contemporâneas é a urgência de que se amplie e radicalize o Direito Fundamental à Participação Política da Cidadania na gestão dos interesses públicos (notadamente transindividuais), pois não se pode imaginar que em ambientes e espaços públicos e privados tão complexos é possível e recomendável outorgar ao Estado tão somente o protagonismo da gestão, mas tal desafio deve ser compartilhado com a comunidade como um todo. Destes temas vai tratar a disciplina Transparência e Participação na Gestão Pública. Vai na mesma direção o problema da sustentabilidade urbana como interesse transindividual, eis que já não se pode mais ocupar as cidades a partir da lógica ultrapassada do direito individual de fruir e gozar do patrimônio privado, pois ele agora está condicionado por limites urbanísticos da Cidade Sustentável como sujeito de Direito, objeto da disciplina Sustentabilidade Urbana: institutos e mecanismos de efetivação. O papel da Jurisdição envolvendo os Direitos Transindividuais não se afasta desta linha de pesquisa, principalmente relacionado à natureza de fundamentalidade deles, pois expostos que estão a permanentes riscos de violação. Daí o porquê da disciplina Direitos Fundamentais e Jurisdição. Por fim, quer-se tratar das garantias processuais que o sistema jurídico brasileiro tem constituído à proteção e efetivação dos Direitos Transindividuais, exatamente para ampliar ao máximo a possibilidade, de um lado, de dar maior concretude a eles; de outro, evitar suas violações. Este são os temas da disciplina Garantias Processuais dos Bens Transindividuais.

A coerência das linhas de pesquisa em conjunto com os objetivos estabelecidos visa proporcionar o fortalecimento e a consolidação dos grupos de pesquisa já existentes na Instituição. A ampliação dos espaços acadêmicos fortalece o envolvimento

com os Direitos Públicos Incondicionados, Transindividuais e coletivos, proporcionando as condições necessárias para o desenvolvimento das pesquisas teórico-empíricas por parte dos pesquisadores e alunos.

Desde o início das atividades, o PPGD/FMP consolidou substancialmente sua parceria com o PPGD/UNISC, PPGD/UNISINOS, PPDG/UFRGS, PPGD/UNESC, PPGD/PUCRS, PPGD/FINIS TERRAE, PPGD/UNIVALI, todos com produções em co-autoria, participações em eventos, participações em projetos de pesquisas, coorientações e participações em bancas de qualificações e defesas de dissertações e teses.

- b) **Corpo Docente:** O curso conta com um quadro docente altamente qualificado, com 13 Doutores permanentes. Dos docentes do PPGD: a) 2 possuem Pós-Doutorado em Direito; b) 7 possuem título de doutor obtidos há mais de cinco anos. A distribuição de professores por linhas é feita de acordo com a área de estudos e pesquisa, ficando o quadro da seguinte forma:

- c) **Eventos do PPGD:** Visando o fortalecimento da integração com o curso de graduação da FMP e com os PPGD'S parceiros, o PPGD/FMP promove, anualmente, eventos de ensino, pesquisa e extensão que recebem pesquisadores de diversas regiões do país, sempre focando no aprofundamento da pesquisa da área de concentração e promovendo a interdisciplinaridade dos temas abordados nas linhas de pesquisa de todos os programas envolvidos. Nesse sentido, foram realizados os seguintes eventos:

- V Seminário Nacional Tutelas à efetivação de direitos indisponíveis – 2019:

A edição de 2019 foi realizada pelo PPGD/FMP em parceria com o PPGD/UNISINOS, PPGD/UNISC e a Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foram submetidos 27 (vinte e sete) trabalhos para apresentação, dentre os quais 17 (dezessete) foram aprovados, após a análise científica por pares e as cegas, para publicação em e-book. A obra está disponível para acesso em [https://fmp.edu.br/wp-](https://fmp.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/Ebook_FMP_V_Seminario_Nacional_Tutelas-a-efetivacao-de-direitos-indisponiveis.pdf)

[content/uploads/2019/12/Ebook_FMP_V_Seminario_Nacional_Tutelas-a-efetivacao-de-direitos-indisponiveis.pdf](https://fmp.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/Ebook_FMP_V_Seminario_Nacional_Tutelas-a-efetivacao-de-direitos-indisponiveis.pdf). Palestrou no evento o Prof. Dr. Gianpaolo

Poggio Smanio – Universidade Presbiteriana Mackenzie, a Profa. Dra. Mônia Leal – PPGD/UNISC, o Prof. Dr. Miguel Wedy – UNISINOS, o Prof. Dr. Fábio Roque Sbardellotto – PPGD/FMP e o Prof. Dr. André Machado Maya – PPGD/FMP.

- VI Seminário Nacional Tutelas à efetivação de direitos indisponíveis – 2020:

A edição de 2020 foi realizada pelo PPGD/FMP em parceria com o PPGD/UNISINOS, PPGD/PUCRS e IDP. Em virtude da pandemia COVID-19 o evento foi realizado de forma totalmente online, possibilitando o maior acesso do público às palestras e ampliando a participação de Instituições de fora do Estado. Foram submetidos 71 (setenta e um) trabalhos para apresentação, dentre os quais 53 (cinquenta e três) foram aprovados, após análise científica por pares e as cegas, para publicação em e-book. A obra está em processo de publicação e será disponibilizada no site da FMP para acesso gratuito e universal assim que concluída. Palestrou no evento o Professor Doutor Adalberto Pasqualotto – PUC-RS, a Professora Doutora Denise Pires Fincato – PUC-RS, o Professor Doutor Guilherme Wunsch – Unisinos e o Professor Doutor Ricardo Morishita Wada – IDP. Os painéis foram coordenados pela Profa. Dra. Cristina Stringari Pasqual – PPGD/FMP e pelo Prof. Dr. José Tadeu Neves Xavier – PPGD/FMP.

- IV Seminário Internacional Tutelas à efetivação de direitos indisponíveis -

2019: Também em 2019, ocorreu o IV Seminário Internacional da FMP, em parceria com o com a Universidad de los Andes, PPGD/PUCPR e Universidade Finis Terrae. Para este evento foram submetidos 23 (vinte e três) artigos para apresentação, dentre os quais 19 (dezenove) foram aprovados, após a análise científica por pares e as cegas, para publicação em e-book. A publicação da obra está em andamento e será disponibilizada no site do PPGD/FMP assim que estiver pronta. Palestrou no evento o Prof. Dr. Ignacio Jose Cuevas - Universidad de los Andes, Prof. Dr. Bruno Meneses Lorenzetto – PPGD/PUCPR, Prof. Dr. Anizio Pires Gavião Filho PPGD/FMP, e o Prof. Dr. Prof. Dr. Fábio Roque Sbardellotto PPGD/FMP.

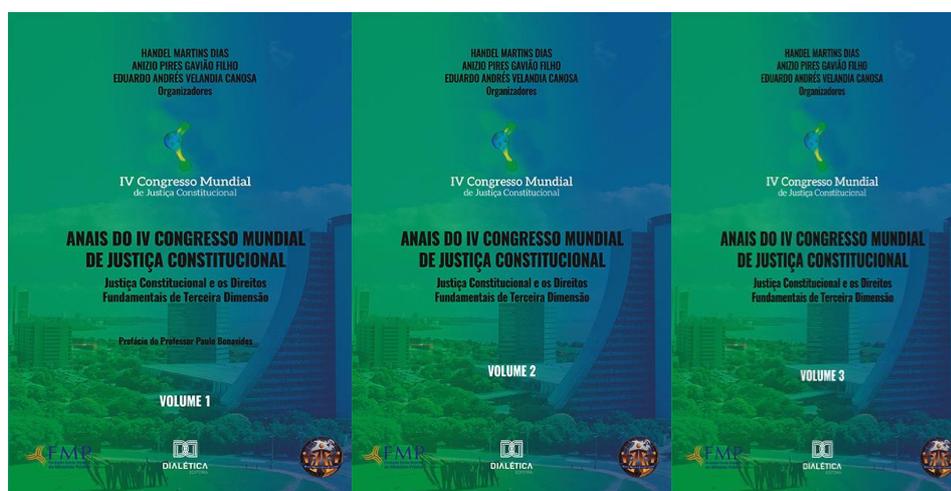
- V Seminário Internacional Tutelas à efetivação de direitos indisponíveis –

2020: Também em 2020 ocorreu o V Seminário Internacional da FMP, em

parceria com a Universidad Autónoma de Chiapas (México), com a Universidad Libre (Colômbia), com a Universidade da Coruña (Espanha), com a Universidade do Minho (Portugal) e com a Universidad Privada Antenor Orrego (Peru). Para este evento foram submetidos 48 (quarenta e oito) artigos para apresentação, dentre os quais 40 (quarenta) foram aprovados, após a análise científica por pares e às cegas, para publicação em e-book. A publicação da obra está em andamento e será disponibilizada no site do PPGD/FMP assim que estiver pronta. Palestrou no evento o Prof. Dr. EDUARDO ANDRÉS VELANDIA CANOSA - Universidad Libre (Colômbia), Prof. Dr. EDGAR ANDRÉS QUIROGA NATALE - Universidad Libre (Colômbia), Prof.^a Dr.^a TULA BENITES VÁSQUEZ - Universidad Privada Antenor Orrego (Peru) e o Prof. Dr. Anizio Pires Gavião Filho – PPGD/FMP, Prof. Dr. Handel Martins Dias – PPGD/FMP, Prof.^a Dr.^a FLÁVIA NOVERSA LOUREIRO - Universidade do Minho (Portugal), Prof.^a Dr.^a LUZ MARÍA PUENTE ABA - Universidade da Coruña (Espanha), Prof. Dr. ROGÉRIO GESTA LEAL - PPGD/FMP.

- V Congresso Mundial de Justiça Constitucional: O IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional ocorreu nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2019. O evento, inédito no Brasil, foi organizado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) em parceria com a Associação Brasileira de Justiça Constitucional. Durante os três dias de congresso, divididos em 10 eixos temáticos, foram abordados temas sobre Justiça Constitucional e os direitos fundamentais da terceira dimensão. O evento reuniu mais de 600 profissionais do segmento jurídico, entre palestrantes, conferencistas e acadêmicos. Nos três dias ocorreram debates em torno da tutela dos direitos fundamentais de terceira dimensão nos painéis e grupos de trabalho do IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional. Foram mais de 50 conferências (31 delas de professores estrangeiros) e 70 comunicações orais de pesquisadores estrangeiros e brasileiros nos grupos de trabalho, além de uma mostra internacional em que estudantes apresentaram pesquisas científicas no âmbito dos eixos temáticos do evento. Na forma de anais, em 2020 foram publicadas as valiosas pesquisas apresentadas no IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional.

Figura 16 – Anais do IV Congresso Mundial de Justiça Constitucional que reuniu mais de 600 profissionais da área jurídica



Fonte: Site da FMP (2020)

- d) Palestras do CEAF: O projeto de “palestras no CEAF” é organizado pelo PPGD/FMP em parceria com o Centro de Aperfeiçoamento funcional do Ministério Público do Rio Grande do Sul– CEAF. Este consiste na palestra de um docente do programa, em conjunto com um dos seus orientandos, aberta aos alunos da graduação da FMP/RS, aos servidores e aos membros do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Ambos os projetos estão descritos com a programação completa no campo de solidariedade e nucleação no relatório da SUCUPIRA. No ano de 2019 e 2020, foram realizadas as seguintes palestras:

Quadro 19 – Palestras do CEAF 2019 e 2020

Palestras do CEAF – 2019		
Data	Palestrante	Tema
08/04/2019	Prof. Dr. Anízio Pires Gavião Filho	Princípio da Proporcionalidade: fundamento, estruturas, críticas, aplicação.
03/06/2019	Prof. Dr. Maurício Martins Reis	O controle de constitucionalidade das emendas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.
19/08/2019	Prof. Dr. Handel Martins Dias e Prof. Me. Alexandre Lipp João – Egresso PPGD/FMP.	A tutela de situações jurídicas coletivas no direito brasileiro contemporâneo: uma comparação entre as ações coletivas e o incidente de resolução de

		demandas repetitivas.
09/10/2019	Prof. Dr. Francisco José Borges Motta	Caminhos divergentes: a Academia e o Ministério Público.
Palestras do CEAf – 2020		
Data	Palestrante	Tema
18/8/20:	Prof. Dr. Handel Martins Dias	Inovações do Sistema Recursal Implementadas pelo Novo CPC.
15/9/20:	Dra. Cristina Stringari Pasqual	Os Impactos da Pandemia na Legislação Consumerista Brasileira.
17/11/20:	Dr. Rogério Gesta Leal Dr. José Francisco Seabra Mendes Júnior	Corrupção nas relações entre Estado e Mercado

Fonte: Coordenação PPGD/FMP (2020/2021)

Além dos eventos tradicionais do Programa, em 2019 e 2020 foram realizadas as seguintes ações:

e) Extensão internacional:

Quadro 20 – Eventos de extensão internacional

Extensão Internacional – 2019	
21/03/2019	
Evento:	Aula Inaugural Abertura semestre 2019
Palestrante:	Dr. Jur. Matthias Klat - University of Graz – AT
Tema:	Legal Argumentation and the dual Nature of Law
17/04/2019	
Evento:	Palestra
Palestrante:	Dr. Stéphane Pinon
Tema:	O Direito Social e a Democracia na França e fenômeno dos assim chamados coletes amarelos
17/05/2019	
Evento:	Aula aberta da disciplina de Colisão de Direitos e Argumentação Jurídica
Palestrante:	Prof. Dr. Ignacio CovarrubiasCuevas - Universidad de los Andes
Tema:	Colisão de Direitos e Argumentação Jurídica
11/06/2019	
Evento:	Aula aberta – PPGD
Palestrante:	Dr. Pedro Manuel Pena - Juiz do Tribunal Constitucional de Portugal
Tema:	Proteção multinível dos direitos fundamentais
13/08/2019	

Evento: Palestra
Palestrante: Dr. Richard I. Albert - University of Texas at Austin
Tema: Processos de mudança constitucional em perspectiva comparada.
Idioma: Inglês. O evento foi realizado com tradução simultânea
02/10/2019 a 04/10/2019
Evento: Encontro Interinstitucional de PPGD's
Palestrantes: Prof. Decano Ignacio Covarrubias (Finis Terrae); Prof. Anízio Pires Gavião (FMP); Prof. Enrique Navarro (Finis Terrae); Prof. Francisco Motta (FMP); André Machado Maya (FMP); Rogério Gesta Leal (FMP); Prof. Alejandro Leiva (Finis Terrae); Prof. Santiago Fernández (Finis Terrae); Prof. Rodrigo Ríos (Finis Terrae); Prof. Fábio Roque Sbardelotto (FMP)
Tema: II Seminário Internacional sobre Tutela de Direitos e Interesses Indisponíveis: FMP - Finis Terrae
Evento realizado no Chile
02/12/2019
Evento: Fronteiras Jurídicas
Palestrantes: Profa. Dra. Fany Quispe Farfán - PPGD/Pontificia Universidad Católica del Perú; Prof. Dr. André Machado Maya - PPGD/FMP; Prof. Dr. Fábio Roque Sbardelotto - PPGD/FMP
Tema: O uso de delatores como ferramenta necessária para combater o crime organizado: a experiência peruana
04/12/2019
Evento: Palestra no CEAF
Palestrante: Dr. Rodrigo Ríos Álvarez - Finis Terrae
Tema: A atual situação do Chile e seu sistema jurídico penal
Extensão Internacional – 2020
19/03/2020:
Palestrante: Prof. Dr. Luís Greco
Tema: Responsabilização penal dos superiores hierárquicos por crimes cometidos a partir da empresa.
02/07/2020
Evento: Aula aberta da disciplina de Colisão de Direitos e Argumentação Jurídica
Palestrantes: Prof. Dr. Rodrigo Andrés Poyanco Bugueño - Universidade Finis Terrae - Chile
Tema: "La proporcionalidad en la protección de derechos sociales: ejemplos de derecho comparado"
Prof. Dr. Ignacio Covarrubias Cuevas - Universidade Finis Terrae - Chile
Tema: "Luces y sombras de la proporcionalidad frente a los derechos fundamentales y la democracia".
Coordenador de mesa: Prof. Dr. Anízio Pires Gavião Filho - PPGD/FMP
16/07/2020
Evento: Seminário Telemático Internacional
Tema: Responsabilidade Penal da Pessoa Jurídica - a experiência brasileira e chilena.
Palestrantes: Prof. Dr. Rogério Gesta Leal - FMP
Prof. Dr. Rodrigo Ríos - FINIS TERRAE
Prof. Dr. Nereu Giacomolli – PUCRS
Prof. Dr. André Maya – FMP

Prof. Dr. Pablo Ortiz - FINIS TERRAE

Prof. Dr. Fabio Sbardeloto – FMP

26/10/2010

Evento: Aula aberta da disciplina de Garantias Processuais dos Bens Transindividuais.

Palestrante: Prof. Dr. Héctor Francisco Arévalo Foméque, professor do curso de Mestrado em Direito Processual da Universidad Libre de Bogotá.

Moderador:

Prof. Dr. Handel Martins Dias, professor do PPGD/FMP.

Tema: A proteção coletiva de direitos individuais na Colômbia

03/11/2020

Evento: Aula aberta PPGD/FMP

Palestrante: Prof. Dr. Ricardo Motta Vargas –Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca, de Bogotá, e Prof. Dr. Rodrigo Ríos Alvarez - Universidad Finis Terrae

Tema: O Processo Penal consensual no Brasil, Chile e na Colômbia

11/11/2020

Evento: Aula aberta PPGD/FMP

Palestrantes: Prof. Dr. Pedro Miguel Freitas

Prof. Dr. Fábio Roque Sbardelotto – PPGD/FMP

Tema: Justiça Processual Penal Consensual em Portugal

Fonte: Coordenação PPGD/FMP (2020/2021)

f) Extensão Nacional:

Quadro 21 – Eventos de extensão nacional

Extensão Nacional – 2019

02/07/2019

Evento: Aula Aberta

Palestrante: Prof. Dr. Cláudio Ari Mello – PUCRS

Tema: Teoria do Direito e Democracia

07/11/2019

Evento: Fronteiras Jurídicas especial – Lançamento de livros de egressos PPGD/FMP

Palestrantes: Nicholas Augustus De Barcellos Nether; Lia Sarti; Alexandre Prevedello; Pedro Guilherme Ramos Guarnieri; Thomás Henrique Welter Ledesma; Eduardo de Lima Veiga; Mauro Henrique Renner

Tema: Lançamento de livros

30/06/2020

Evento: Aula Aberta – encerramento da disciplina de Teoria do Direito

Palestrante: Prof. Dr. Cláudio Ari Mello – PUCRS e Prof. Dr. Daniel Mitidiero – PPGD/UFRGS

Tema: Teoria do Direito

Extensão Nacional – 2020

17/09/2020

Evento: Aula aberta da disciplina de Garantias Processuais dos bens transindividuais

Palestrante: Profa. Dr.^a Fabiana Marion Spengler – PPGD/UNISC

Tema: Políticas públicas heterocompositivas e autocompositivas de resolução adequada de conflitos

23/11/2020

Evento: Palestra

Palestrantes: Prof. Dr. Felipe Chiarello

Tema: Os impactos da COVID-19 no Ecosistema: Reflexões a partir da sociedade de risco mundial

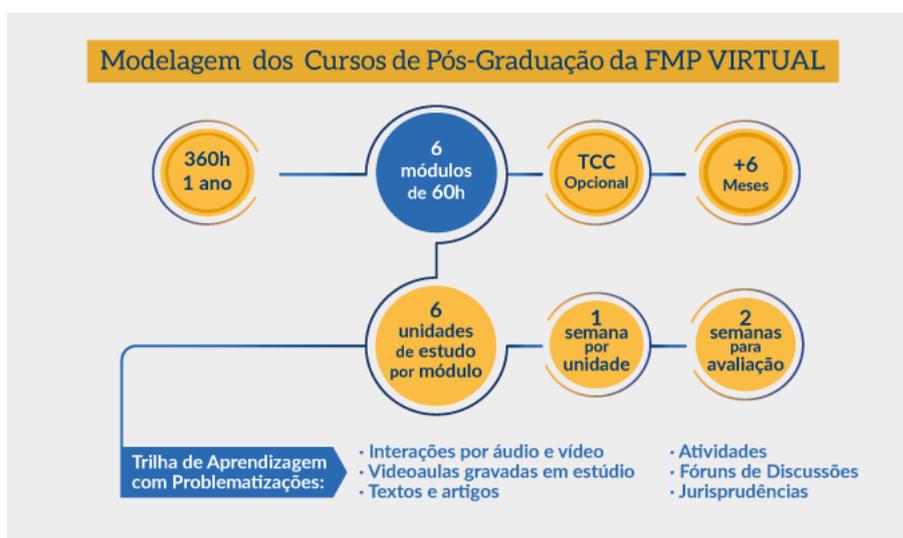
Fonte: Coordenação PPGD/FMP (2020/2021)

5.2.1.1 Pós-Graduação *Lato Sensu* EAD

Nos anos de 2019 e 2020, a FMP reformulou sua oferta de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* com a atualização da proposta pedagógica e ampliação de portfólio.

Os cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* estão estruturados de forma modular, sendo 6 módulos de 60h com carga horária de 360 horas. Em razão da portaria 01/2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), o TCC tornou-se opcional. A **modelagem** adotada é explicitada na figura que segue.

Figura 17 - Modelagem - FMP Virtual



Fonte: NEAD (2019)

Figura 18 - Modelo Pedagógico NEAD



Fonte: NEAD (2019)

Já com relação ao modelo tecnológico, são oferecidos 2 ambientes de aprendizagem (*moodle* e *CANVAS*), os quais possuem as características mais atuais no que diz respeito à experiência do usuário. Nesse particular é importante destacar a preocupação com a formatação do *design* dos cursos, cada um com identidade própria que busca a integração forma e conteúdo.

Figura 19 - Modelo Tecnológico - NEAD

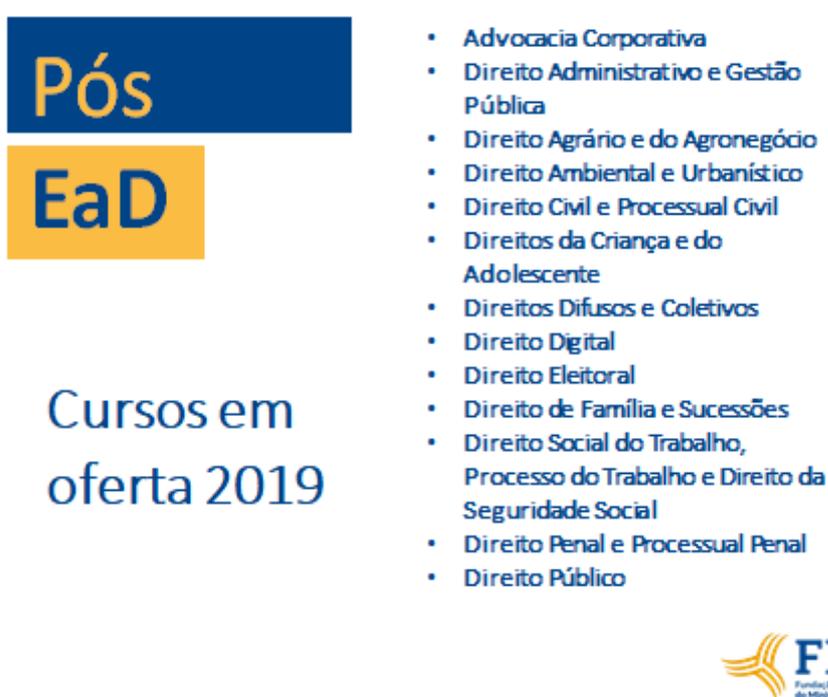


Fonte: NEAD (2019)

É importante salientar que em relação à Produção dos Materiais relativas a esses cursos, foram produzidas 330 unidades de estudo, compostas por guias de aprendizagem, disparadores de pensamento, videoaulas, *podcast*, questões de fórum de discussão, assim materiais de apoio para leitura.

O portfólio de oferta de cursos abrange 13 cursos, conforme figura que segue.

Figura 20 - Cursos Pós EaD -2019 e 2020



Fonte: NEAD (2019)

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu da FMP buscam oportunizar a discussão dos temas jurídicos de interesse social, além de qualificar profissionais para atuação nos quadros da administração pública, melhorando a efetividade das ações administrativas, o que redundará em uma melhor aplicação dos recursos públicos. São exemplos:

- **Gestão Pública:** Oportuniza uma visão focada em saberes jurídicos e de gestão para quem exerce função pública ou atua na iniciativa privada, mas se relaciona ou pretende se relacionar com a área pública, em uma perspectiva transdisciplinar.

- **Urbano e Ambiental:** Analisa os princípios e instrumentos do Direito Urbanístico e do Direito Ambiental aplicáveis à gestão pública, de modo a permitir a compreensão da competência e da responsabilidade do Município pela implantação de políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento sustentável no meio ambiente urbano.
- **Direito Público:** Capacita operadores do Direito em conhecimentos técnicos, legal, jurisprudencial e doutrinário de matérias relevantes ao desenvolvimento das atividades públicas.
- **Direitos da Criança e do Adolescente - com ênfase em Socioeducação e em Justiça Restaurativa:** Contribui para o alcance de níveis cada vez maiores de excelência em educação jurídica; colaborar, de forma teórica e prática, com a melhoria de indicadores sociais, buscando, por meio dos egressos, a efetivação dos direitos fundamentais; construir propostas alternativas de mudanças sociais em nível de políticas públicas.
- **Advocacia Corporativa:** Qualifica recursos humanos para o exercício profissional na advocacia, envolvendo as diversas matérias que dizem respeito ao cotidiano de uma grande empresa, oferecendo o aprofundamento técnico-jurídico em relação às matérias envolvidas.
- **Direito dos Seguros:** Promove o aprofundamento do estudo de temas centrais do Direito dos Seguros no tocante a sua ênfase da proteção da pessoa humana, assim como a regulação jurídica das relações de mercado e criação de riqueza. Realiza exame crítico da jurisprudência dos tribunais nacionais em tema de direito privado e sua repercussão no contexto do mercado e da empresa, de modo a traçar a estratégia de atuação jurídica dos profissionais do direito nos diferentes campos de atuação.
- **Direito Civil e Processual Civil:** O curso justifica-se pela necessidade de uma continuada formação jurídica – técnica e reflexiva – que propicie ao profissional do Direito acompanhar a evolução dos institutos de Direito Civil e os mecanismos previstos na processualística moderna para a sua efetivação, capacitando-o ao enfrentamento dos desafios nos campos da teoria e práxis, priorizando-se o contato com a experiência comparada e a via do debate ideologicamente aberto, desde que tolerado pelo paradigma do Estado Democrático e Constitucional de Direito.

- **Direito Administrativo e Gestão Pública: uma abordagem interdisciplinar:** Aprimora os conhecimentos na área de Gestão Pública, vinculados ao Direito Administrativo, a partir de uma didática multidisciplinar, não limitado às carreiras jurídicas, buscando combinar estratégia no que se refere ao conjunto de normas jurídicas de natureza pública, as funções e organizações de poderes do Estado e dos seus servidores.
- **Direito de Família e Sucessões:** Propicia ao profissional do Direito, Serviço Social e Psicologia acompanhar a evolução dos mecanismos previstos na processualística moderna e as teorias que os explicam, capacitando-o ao enfrentamento dos desafios nos campos da teoria e práxis, priorizando-se o contato com a experiência comparada e a via do debate interdisciplinar.

Em 2019, observou-se avanço de ingressos de alunos nas turmas de Pós Graduação EaD, que se faz de forma modular, totalizando 47 turmas em andamento durante esse ano, com 1312 matriculados. O NEAD ainda acompanhou os 650 alunos oriundos dos cursos de 2018, totalizando 1962 alunos.

Com relação à avaliação do trabalho, a cada final de módulo foi disponibilizada uma pesquisa de satisfação que abrangeu questões relativas ao ambiente virtual e desempenho de professores. Na pesquisa, a média do ano foi 8,7 como grau de satisfação e apenas 1,2% dos alunos não recomendariam os cursos (NEAD, 2019). Em 2020, em dezembro a FMP contava com 1793 alunos matriculados nos seus cursos de Pós Graduação EaD.

Quadro 22: Acadêmicos matriculados na Pós-Graduação - EaD

Acadêmicos da Pós Graduação EaD	Acadêmicos em dezembro/2020
Matriculados	1.793

5.2.2 Projetos de Extensão

A CPA constatou a realização de um grande número de atividades e diferentes projetos interdisciplinares na modalidade de Extensão, tais como: Imigração: identidade e cidadania, Conhecendo o Acolhimento Institucional, Fronteiras Jurídicas, Jornadas Interdisciplinares, FMP Plural, Projeto Cinema e Direito, Projeto Literatura e Direito, Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas, Prata da Casa, Colóquios de Família e Sucessões, Sarau Literário, Semana Acadêmica de Direito Humanos, Medicina Legal, Introdução

aos Direitos Humanos, Compliance, entre outros, bem como os seminários nacionais e internacionais promovidos pelo Curso de Mestrado com interação da graduação.

Figura 21 – Divulgação de cursos de extensão - 2020

CURSO DE EXTENSÃO: UM OLHAR PARA OS DIREITOS HUMANOS E O DIÁLOGO COM OS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO

15 de setembro de 2020

Inscrições abertas! O cenário contemporâneo se caracteriza pela suspensão de direitos e de proteção. Percebe-se, que o desafio reside no alcance desta proteção e como ela poderá se perfectibilizar, sobretudo em relação ao continente Latino-americano. Desse modo, a presente extensão possibilitará o conhecimento e a compreensão dos mecanismos de proteção e o seu correto manejo... [Leia mais »](#)

CURSO DE EXTENSÃO EM DIREITO ELEITORAL

02 de setembro de 2020

Inscrições abertas! O curso tem como principal objetivo explicar o conceito de Direito Eleitoral e o modelo de controle das eleições no Brasil na perspectiva da Constituição Federal; apresentar a Justiça Eleitoral e o modelo de governança, bem como seus Sistemas eleitorais; buscar a compreensão referente à condição de elegibilidade e inelegibilidade; apresentar o desenvolvimento... [Leia mais »](#)

PROJETO DE EXTENSÃO – MIGRAÇÃO, IDENTIDADE E CIDADANIA (MIC)

29 de abril de 2020

Participe da seleção de acadêmicos da FMP para o Projeto de Extensão " Migração, Identidade e Cidadania" (MIC) – Coordenado pela Prof. Joseane Mariéle Schuck Pinto. A presente extensão

Fonte: Site da FMP (2020)

Figura 22 – Divulgação de curso de aperfeiçoamento

AULA ABERTA DO CURSO INTENSIVO DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

09 de outubro de 2020

Devido à alta procura e à limitação de vagas, decidimos fazer a primeira aula do Curso Intensivo de Privacidade e Proteção de Dados, do professor Juliano Madalena, aberta ao público. Nessa aula o professor vai falar sobre o direito à privacidade. Tema: Direito à Privacidade Palestrante: Professor Juliano Madalena Evento com transmissão ao vivo DATA:... [Leia mais »](#)

CURSO INTENSIVO DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

05 de outubro de 2020

A sociedade contemporânea passa por transformações sociais e jurídicas no que concerne a sedimentação de sistemas jurídicos para a tutela da privacidade. Recentemente, no Brasil, foi aprovada a Lei Geral de Proteção de Dados que regula o tratamento de dados pessoais, atribui deveres aos agentes envolvidos na cadeia de tratamento e reconhece direito dos titulares.... [Leia mais »](#)

Fonte: Site da FMP (2020)

Em 2020, foram ofertados quatro cursos de extensão:

- **Curso Intensivo de Privacidade e Proteção de Dados** – ministrado pelo Prof. Juliano Madalena;
- **Curso de Extensão em Direito Eleitoral** – ministrado pelo Prof. Rodrigo Zilio;
- **Um olhar para os Direitos Humanos e o diálogo com os Sistemas Regionais de Proteção** – ministrado pela Prof. Joseane Shuck Pinto;
- **Migrações Internacionais contemporâneas** - ministrado pela Prof. Joseane Shuck Pinto.

Ao longo de 2019 e 2020, as atividades de extensão evidenciaram amplo caráter de inclusão e pluralidade, conexão com as demandas sociais, relacionamento com a comunidade e assuntos de relevância para a formação discente e sua preparação para as demandas sociais do contexto Brasileiro.

Tabela 11 – Atividades de extensão 2020

Dimensão	Previsto	Atividades realizadas em 2019	Atividades realizadas em 2020
Cinema e Direito	23/04	Cinema e Direito	Filme: “Negação”.
	28/04	Cinema e Direito	Filme: “Suprema”.
	29/05	Cinema e Direito	Filme: “Olhos que condenam”.
	28/09	Cinema e Direito	Filme: “Narciso em Férias”.
	26/10	Cinema e Direito	Filme: Documentário “O dilema das redes”.
FMP Plural	4/11	https://www.youtube.com/watch?v=qCVCOOnRU8M	Apresentação do projeto – Vozes Plurais
	11/11	https://www.youtube.com/watch?v=NxoNCCxfuuw	A função social da arte
	18/11	https://www.youtube.com/watch?v=DhIMzcyjL4Y	Conhecendo o Acolhimento Institucional
	20/11	http://www.youtube.com/watch?v=qL_xJo5t4p8	Racismo Estrutural e Direitos Humanos
	25/11	https://www.youtube.com/	Covid-19 e os novos

		watch?v=hVItDRLHvoE	sentidos para o Direito à saúde
	2/12	https://www.youtube.com/watch?v=yI0ZRZ0mExE	COVID -19 e a violência contra mulher
Lives Instagram	10/jul	https://www.instagram.com/tv/CCeAgLrHKA/	Contratos e serviços em tempos de pandemia
	13/jul	https://www.instagram.com/tv/CCLv9frHLBK/	30 anos do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
	17/jul	https://www.instagram.com/tv/CCwB6mqHSIF/	Direitos Animais: cada vez mais Humanos
	24/jul	https://www.instagram.com/tv/CDCDsJ0Hv7N/	Reforma Tributária já tramita no Congresso. E agora?
	07/ago	https://www.instagram.com/tv/CDmEqoLpSyT/	A explosão do porto de Beirute, no Líbano, e os impactos no Oriente Médio
	26/ago	https://www.instagram.com/tv/CEXBiJ3nT69/	Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil
	16/set	https://www.instagram.com/tv/CFNFskzHw-g/	A importância do Escritório Modelo na formação do aluno na FMP
	01/dez	https://www.instagram.com/tv/CIRVQsWnv0G/	Como garantir um bom desempenho na prova da OAB
	29/jan/21	https://www.instagram.com/tv/CKotgWgDTaL/	Patente de medicamentos e o impacto na COVID-19
	Aula Aberta	30/jun	https://www.youtube.com/watch?v=L9ixzbbN3D8&t=4480s
02/jul		https://www.youtube.com/watch?v=lgc2-xlxfjM	Aula Aberta da disciplina de Colisão de Direitos e Argumentação Jurídica
10/ago		https://www.youtube.com/watch?v=ckkWI7xLQGQ&t=4s	Aula Aberta - Relações de Trabalho e Pandemia: colóquio Brasil x Colômbia
17/set		https://www.youtube.com/watch?v=oJMkQh2wxss&t=38s	Aula aberta do Curso de Mestrado: disciplina Garantias Processuais dos Bens Transindividuais
29/out		https://www.youtube.com/watch?v=nCYvfnvWSO4	Aula Aberta da Disciplina Garantias Processuais dos Bens Transindividuais
03/Nov		https://youtu.be/nBiE2wCHq_g	Aula Aberta "O Processo Penal consensual no Brasil, Chile e na Colômbia"
11/Nov		https://www.youtube.com/watch?v=cW8-c5fjxil&feature=youtu.be	AULA ABERTA - Justiça Processual Penal Consensual em Portugal

	26/Nov	https://youtu.be/eSjcPooyfQk	Aula aberta do Pós Graduação – ECA
Aula Especial	07/jul	https://www.youtube.com/watch?v=dNEZN-in4fc	Aula Especial - Estado e Gestão Tecnológica
	23/set	https://www.youtube.com/watch?v=mpah7MHLco	Aula Especial - O papel do Estado e o "retorno de pêndulo"
	01/out	https://www.youtube.com/watch?v=zMm9camA8T4	Aula Inaugural do Curso de Pós-Graduação em Direito do Trabalho
	15/out	https://www.youtube.com/watch?v=DS8evOEc2xU	Aula Especial - Panorama contemporâneo das contratações públicas
	19/Nov	https://www.youtube.com/watch?v=1NmITITWkcQ	Aula Especial - Gustavo Binenbojm
	24/Nov	https://www.youtube.com/watch?v=ZL8iKUwuBRg	Aula Magna do Curso de Especialização EaD em Direito Digital
	Curso de Litigância Estratégica em Processo Estrutural	21/set	https://www.youtube.com/watch?v=GeHGXYONQ18&t=115s
28/set		https://www.youtube.com/watch?v=2cInCx2mfB8	Curso de Litigância Estratégica em Processo Estrutural - AULA 2
05/out		https://www.youtube.com/watch?v=lqjimi11cPHQ&feature=youtu.be	Curso de Litigância Estratégica em Processo Estrutural - AULA 3
19/out		https://www.youtube.com/watch?v=2EID8BG_fOw&t=1s	Curso de Litigância Estratégica em Processo Estrutural – AULA 4
26/out		https://www.youtube.com/watch?v=Pt8zWfpacUo&t=12s	[CURSO] Litigância Estratégica em Processo Estrutural - Aula 05
FMP TALKS	27/jul	https://www.youtube.com/w	FMP TALKS - Direito Digital x Fake News: o embate do momento
	28/jul	https://www.youtube.com/watch?v=52EdNyzHFo8	FMP Talks - Direito Penal e Processo Penal: combate à corrupção em tempos de COVID-19
	28/jul	https://www.youtube.com/watch?v=ZVLWv30uFjw	FMP TALKS - Direito de Família: nossa vida depende dele
	29/jul	https://www.youtube.com/watch?v=Ky5oc2bxW6c	FMP Talks - Direitos Animais: cada vez mais humanos?
	29/jul	https://www.youtube.com/watch?v=ICz7p-uH2aM	FMP Talks - Direitos Robóticos: o que é e como te afeta?
	29/jul	https://www.youtube.com/watch?v=GhJfGk9Tngg	FMP Talks - Direito Urbanístico e a qualidade de vida nas cidades
	30/jul	https://www.youtube.com/watch?v=pSpIyqGQgA0	FMP Talks - Direito Internacional: essencial na pandemia
	30/jul	https://www.youtube.com/watch?v=DoQtYoETw6U	FMP Talks - Direito Constitucional: também

			essencial na pandemia
	30/jul	https://www.youtube.com/watch?v=fK0DODGK4qI	FMP Talks - Direito do Trabalho: precisamos falar urgentemente sobre isso
	31/jul	https://www.youtube.com/watch?v=xICOJC8N6GA	FMP Talks - Direito Desportivo: um assunto que move paixões
	26/out	https://www.youtube.com/watch?v=iyNoAB9PmsA	FMP TALKS - Racismo Estrutural
	27/out	https://www.youtube.com/watch?v=raeCIEI4C9g	FMP TALKS - O Impacto da Lei de Proteção de Dados na Sociedade
	28/out	https://www.youtube.com/watch?v=5TMuU2z8bTE	Fmp Talks - Família: Ontem, Hoje e Amanhã
Webinar	24/mar	https://www.youtube.com/watch?v=6e0Qc3p2C1g	Webinar #1 - Herança Digital
	01/abr	https://www.youtube.com/watch?v=W8bu-7_vAUc	Webinar #2 - Sucessão no Agronegócio
	30/abr	https://www.youtube.com/watch?v=ZyHWRMHfiVg	Webinar #3 - Coronavírus na perspectiva do Direito Ambiental e do Direito Urbanístico
	26/maio	https://www.youtube.com/watch?v=O_sKkYW-Q80	Webinar #4 - Preservação de Empresas em Período de Pandemia
	09/jun	https://www.youtube.com/watch?v=qgM5vFuqgm4	Webinar #5 - Instrumentos Econômicos e Pagamento por Serviços Ambientais
	23/jul	https://www.youtube.com/watch?v=s6Zn-OHpYAQ&t=440s	Webinar #6 - Mineração e Desafios Jurídicos
	11/ago	https://www.youtube.com/watch?v=H2kCBBV5Aqk&t=2613s	Webinar - As novas tendências do Direito Internacional em debate
	17/ago	https://www.youtube.com/watch?v=BBFXsUX5JDA&t=886s	Webinar #7 - Precedentes como fonte do Direito Agrário e do Agronegócio
	20/ago	https://www.youtube.com/watch?v=2UADYlksFQ8	Webinar #8 - Planejamento Sucessório
Intensivo LGPD	27/out	https://www.youtube.com/watch?v=4I48Nlj-7js	Intensivo LGPD - As hipóteses objetivas de tratamento de dados pessoais - aula 3
	28/out	https://www.youtube.com/watch?v=yA74FHcylqM	Intensivo LGPD - As hipóteses objetivas de tratamento de dados pessoais - aula 4
	03/Nov	https://www.youtube.com/watch?v=cN6bFx3GdwE	Intensivo LGPD - O Sistema de Responsabilidade Civil da LGPD - aula 5

Fonte: Assessoria Acadêmica / Comunicação Social (2020)

Em 2020, foram realizadas 65 ações no YT, entre estreias e lives em 2020, que podem ser acessadas em:

https://docs.google.com/spreadsheets/d/1PVGYSvfu_xS00kzdP1u8BbHw-WvFdygta1RwH-ubkKo/edit#gid=0

Figura 23 – Divulgação de Semana da Consciência Negra – Coletivo Esperança Garcia – 2020



Roda de Conversa: pautas raciais nas instituições de ensino

Fonte: YouTube - [\(19\) Roda de Conversa: pautas raciais nas instituições de ensino - YouTube](#)

5.2.3 Fronteiras Jurídicas e Jornadas Interdisciplinares

No projeto foram debatidos temas desafiadores e não adequadamente regulados pelo ordenamento jurídico. As atividades e os debates realizados foram avaliados de forma positiva, com a participação efetiva dos acadêmicos da Graduação e Mestrado, egressos e a comunidade em geral, contribuindo para a formação geral no âmbito dos direitos fundamentais e da ordem democrática do Estado brasileiro.

O projeto organizado pelo PPGD/FMP, com a presença de um docente convidado de PPGD parceiro, um docente interno do programa e mediado por um mestrando da casa. O evento é direcionado em um primeiro momento ao público geral (graduandos, mestrandos e público externo) e, após a primeira hora de reflexões sobre temas comuns à área de concentração e linhas de pesquisa dos PPGDs envolvidos, a palestra segue

direcionada apenas aos mestrandos e professores do programa. No ano de 2020, as atividades do projeto foram suspensas em razão da pandemia do novo Coronavírus.

5.2.4 Projeto Cinema e Direito

Em parceria com a Associação de Críticos de Cinema do RS e outros profissionais, este projeto promove a discussão sobre temas que envolvem o Direito e suas formas de influência na sociedade, por meio da exibição de filmes e posterior debate. Ao trazer para a discussão um crítico de cinema, o projeto se diferencia dos demais, uma vez que o filme também é analisado sob a ótica da linguagem cinematográfica. A atividade proposta possibilita a ampliação do conhecimento ético, jurídico e filosófico dos participantes. Em 2020, foram realizados 5 encontros do projeto.

5.2.5 Projeto Literatura e Direito

O Projeto Literatura e Direito tem o objetivo de promover a discussão sobre temas que envolvem o Direito e suas diversas formas de influência na sociedade, por meio do debate a respeito de textos clássicos que abordam, de modo literário, questões pertinentes ao saber jurídico.

5.2.6 Projeto de Mediação Civil

Esta ação envolve a participação de estudantes e docentes no projeto de mediação cível junto ao Centro Judicial de Mediação Familiar do Foro Central de Porto Alegre. Visa a oportunizar aos acadêmicos do curso de Direito práticas de mediação, observando a aplicação dessa técnica, como instrumento de composição de conflitos familiares. O projeto também promove audiências didáticas e atividades de extensão sobre métodos autocompositivos de resolução de conflitos.

5.2.7 Colóquios de Família e Sucessões em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)

A parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) no desenvolvimento dos Colóquios de Família e Sucessões e Almoço em Família, realizado

uma mensalmente. Os Colóquios de Família e Sucessões realizados em parceria com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) na Faculdade, promove desde 2015 palestras mensais gratuitas para a comunidade acadêmica e comunidade em geral. As atividades ocorrem no período de março a dezembro, nos sábados pela manhã.

Em 2019, os encontros ocorrem no último sábado do mês de março, maio, agosto e outubro, abordando os seguintes temas: "A relevância jurídica do início da vida", "Guarda compartilhada coativa e suas divergências atuais e práticas", "Mediação Familiar em situação de violência doméstica: alternativa e (in)viabilidade", "O Divórcio Colaborativo".

Também em parceria com o IBDFAM nas datas de 12/04 e 13/09 foram realizados o projeto "Almoço em Família", com as temáticas "Sucessão: reflexões sobre o futuro" e "O papel do juiz nos processos de família". No ano de 2020, as atividades do projeto foram suspensas em razão da pandemia do novo Coronavírus.

Figura 24 – Almoço em Família



Fonte: Site FMP (2019)

5.2.8 Projeto Ciclo de Palestras: Carreiras Jurídicas

O projeto visa a estimular a troca de conhecimentos, a reflexão e o debate sobre as Carreiras Jurídicas, oportunizando a aproximação entre a teoria e a prática jurídica no mundo contemporâneo. O ciclo de palestras engloba a realização de, no mínimo, quatro eventos semestrais, constituídos de mesas-redondas/painéis, sucedidos por debates, em que o integrante da mesa dispõe de 45 minutos para expor suas percepções e

relatar sua experiência jurídica. O ciclo se desenvolve nos meses de março a junho e de agosto a novembro. Desde 2010/2, o ciclo desenvolveu mais de quarenta debates, envolvendo os assuntos relativos aos desafios e perspectivas na carreira e formação jurídica. No ano de 2020, as atividades do projeto foram suspensas em razão da pandemia do novo Coronavírus.

Figura 25 – Divulgação Carreiras Jurídicas

CARREIRAS JURÍDICAS – RELAÇÕES CONSULARES – REPÚBLICA TCHECA E PORTO ALEGRE

21 DE NOVEMBRO DE 2019 - 19:30 | 21:00

O Cônsul da República Tcheca irá falar sobre a temática das relações consulares como um todo e principalmente a de sua responsabilidade como Cônsul da República Tcheca/Porto Alegre.

Fonte: Site da FMP (2019)

5.2.9 Seminários Nacionais e Internacionais do Mestrado

Em 2020, ocorreu a sexta edição do Seminário Nacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis, promovido pelo programa de pós-graduação da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. O curso de Mestrado em Direito da FMP promoveu, ainda, o V Seminário Internacional Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis. . O e-book do evento está disponível em: [Coletânea-do-V-Seminário-Internacional-Volume-1.pdf \(fmp.edu.br\)](#); [Coletânea-do-V-Seminário-Internacional-Volume-2.pdf \(fmp.edu.br\)](#)

Figura 26 – Coletânea do V Seminário Internacional: Tutelas à Efetivação de Direitos Indisponíveis



Fonte: Site da FMP (2020)

O quadro a seguir apresenta a evolução da oferta de atividades de extensão no período de 2019 a 2020:

Tabela 12 – Atividades de extensão desenvolvidas entre 2019 e 2020

Extensão	Extensão 2019	Extensão 2020
Eventos de extensão	42	47
Extensão (cursos)	5	4
Total	47	51

Fonte: Assessoria Acadêmica, Jan. 2021

O planejamento de atividades de extensão diversificadas, com temáticas capazes de atender os diversos públicos que frequentam a IES possibilitou um grau de satisfação atribuído a estas atividades, conforme questionário dos discentes, de 3,8 em 2019 e de 4,1 em 2020.

5.2.10 Projetos de Pesquisa

A Faculdade desenvolve projetos de pesquisa desde 2007. Os projetos de pesquisa procuram ser instrumento para o desenvolvimento de atividades de iniciação científica por parte de estudantes do Curso de Graduação em Direito da FMP, eventualmente agregando acadêmicos do Curso de Especialização em Direito.

Um dos principais compromissos se constitui em estimular a participação dos acadêmicos/pesquisadores atividade de pesquisa, como Laboratório de Iniciação Científica, projeto de pesquisa e em salões de iniciação científica

Em razão da implantação do curso de Mestrado em 2016 e das alterações implementadas no âmbito da pesquisa, mostrou-se imprescindível a elaboração de um novo regulamento da Iniciação à pesquisa científica e da pesquisa Institucional da FMP

O novo Regulamento consolida as Tutelas à efetivação de direitos indisponíveis como área de concentração, organizada a partir de duas linhas de pesquisa, a saber: Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados (Linha de Pesquisa 1) e Tutelas à efetivação dos direitos transindividuais (Linha de Pesquisa 2). No Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq foram cadastrados dois grupos de pesquisa da FMP, que correspondem precisamente às duas linhas de pesquisa.

Os projetos de pesquisa institucionais desenvolvidos na FMP deverão estar vinculados a um dos dois grupos de pesquisa cadastrados. E, anualmente, antes do último dia letivo do segundo semestre, o pesquisador responsável de cada projeto de pesquisa deverá encaminhar relatório gerencial sobre as atividades desenvolvidas no período, com destaque para as produções bibliográficas e técnicas de todos os integrantes do projeto de pesquisa, para fins de registro no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

A fim de evitar ambiguidade em virtude da nomenclatura utilizada pelo CNPq, o que designávamos grupo de pesquisa passa a ser denominado grupo de estudos. Com o propósito de ampliar os debates das investigações, os grupos passam a ser abertos a discentes e docentes de outras Instituições de ensino superior, assim como a egressos, técnicos e colaboradores estrangeiros.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, criado em 2019, recebeu apoio da FAPERGS, por meio da concessão de duas bolsas de iniciação científica para alunos da Graduação, novamente em 2020. O PROBIC/FAPERGS/FMP é um programa destinado para estudantes da Graduação, com o objetivo de promover e despertar o interesse pelas atividades de iniciação à pesquisa científica, a fim de incentivar o desenvolvimento da ciência e favorecer o fortalecimento da interação entre pesquisadores e acadêmicos interessados na carreira de pesquisador.

Figura 27 – Resultado do Programa de Apoio Institucional de Bolsas de Iniciação Científica 2020



LISTA FINAL DE INSTITUIÇÕES APROVADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO – PROBIC/PROBITI – FAPERGS 2020					
	SIGLA	BOLSAS CONCEDIDAS	VALOR MENSAL		VALOR ANUAL
1	CNPUV	6	R\$ 2.400,00	R\$	28.800,00
2	CPACT	10	R\$ 4.000,00	R\$	48.000,00
3	CPPSul	6	R\$ 2.400,00	R\$	28.800,00
4	FACCAT	3	R\$ 1.200,00	R\$	14.400,00
5	FAHOR	1	R\$ 400,00	R\$	4.800,00
6	FEEVALE	22	R\$ 8.800,00	R\$	105.600,00
7	FEPAM	2	R\$ 800,00	R\$	9.600,00
8	FMP	2	R\$ 800,00	R\$	9.600,00
9	FURG	98	R\$ 39.200,00	R\$	470.400,00
10	HCPA	36	R\$ 14.400,00	R\$	172.800,00

Fonte: Site FAPERGS (2020)

Em 2019 e 2020, ocorreram o IX e o X Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito. Em razão da pandemia da COVID-19, o **X Salão de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP)** aconteceu de forma virtual neste ano de 2020, notadamente de 20 a 30 de outubro. Nesta edição, quase 90 alunas e alunos de Faculdades de Direito de diversas Instituições de Ensino Superior do País – Fundação Escola Superior do Ministério Público (RS), Faculdades Milton Campos (MG), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS), Centro Universitário Toledo Prudente (SP), Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (BA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), Universidade Luterana do Brasil (RS), Centro Universitário Ritter dos Reis (RS), Universidade de Santa Cruz do Sul (RS) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS) – apresentaram em dois Grupos de Trabalho 73 pesquisas de iniciação científica em torno de tutelas à efetivação de direitos indisponíveis.

Como destaques foram premiados no Grupo de Trabalho Tutelas à Efetivação de Direitos Públicos Incondicionados (GT 1) as pesquisas *Moot courts: as competições de julgamentos simulados como ferramenta didática-pedagógica para o exercício do Direito Internacional dos Direitos Humanos*, de Giovana Lima Michelin (FMP); *Práticas corruptivas e má gestão de recursos na área da saúde, sua relação com a judicialização da saúde e programas de compliance como ferramenta de combate*, de Luíza Eisenhardt Braun (UNISC); e *A Síndrome de Estocolmo como fator de agravamento da violência doméstica durante a pandemia da COVID-19*, de Renata Mayra de Almeida/Lídia Caroline Ritter Pinto (FMP). No Grupo de Trabalho Tutelas à Efetivação de Direitos Transindividuais (GT 2) foram premiadas *A proteção da infância frente à sexualização precoce incitada pela publicidade: um estudo sobre a necessária tutela de cada despertar da aurora*, de Marina Bertinatto (UNISINOS); *A extensão da eficácia preclusiva da coisa julgada na ordem jurídica*, de Eduardo Gonçalves Spitaliere (FMP); e *Abandono digital: políticas públicas à luz da doutrina da proteção integral da criança e do adolescente*, de Natália Trindade Emmel e Júlia Bittencourt Gonçalves (FMP).

Considerando as avaliações realizadas nas três modalidades de apresentação – resumo, pôster e comunicação oral –, a FMP traz à publicação, na forma de anais eletrônicos (ISSN 2595-5497), os resumos e os pôsteres dos melhores trabalhos apresentados nos dois grupos de trabalho. Com os Anais do X Salão de Iniciação

Científica, a Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público reitera o seu compromisso de instigar a investigação científico-jurídica e proporcionar à comunidade acadêmica espaço para a apresentação e a publicação de pesquisas sobre as tutelas à efetivação de direitos indisponíveis. Os Anais estão disponíveis nos links: <https://fmp.edu.br/ix-salao-de-iniciacao-cientifica-da-fmp-divulga-seus-premiados/>; [2020 - X SIC | FMP - Fundação Escola Superior do Ministério Público](#)

Figura 28 –X Salão Virtual de Iniciação Científica da FMP



X Salão de Iniciação Científica - GT2(29/10)

Fonte: Site da FMP (2020)

O Laboratório de Iniciação Científica (LIC), através da publicação de um edital no início de cada semestre, seleciona estudantes voluntários a desenvolverem, com professores orientadores, atividades de iniciação científica. A renovação dos pedidos de bolsas de pesquisa para estudantes que integram os grupos de pesquisa ocorre semestralmente, de acordo com editais, a partir da indicação da necessidade dos docentes da Faculdade. As atividades de ensino, pesquisa e extensão foram desenvolvidas em colaboração com instituições vinculadas às áreas jurídicas, impactando no estreitamento de laços entre os estudantes, a Faculdade e a comunidade.

Tabela 13 – Laboratório de Iniciação Científica

	LIC 2019	LIC 2020
Número de alunos	49	23

Fonte: Assessoria Acadêmica (jan./ 2021)

5.3 Evidências quanto à Dimensão Políticas de Atendimento ao Estudante

O foco para a avaliação desta dimensão direcionou-se aos aspectos que foram avaliados através do questionário aplicado aos docentes, discentes e corpo técnico administrativo:

- a) das políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes;
- b) das políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino, a exemplo dos estágios, monitoria, iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil, concursos e projetos sociais;
- c) dos mecanismos de estudos e análises dos dados sobre ingressantes e egressos, tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- d) da recepção dos estudantes acadêmicos com atividades do Programa Abraço;
- e) do nivelamento de ensino através dos Programas de Inovação Tecnológica: Doble, Plus e Gold;
- f) do desenvolvimento continuado e acompanhamento de egressos envolvendo-os em atividades acadêmicas.

A evolução dos ingressantes na Faculdade, desde 2006/2, evidencia o crescimento pela procura de vagas, a progressão de ingressantes via processo seletivo (vestibular) e extra vestibular (transferências e diplomados). A Faculdade vem acompanhando os dados relativos aos ingressantes por processo seletivo (vestibular), diplomados, transferidos, evasão e tempo médio de frequência no curso. Igualmente,

acompanha os estágios obrigatórios e não obrigatórios, monitoria, laboratório de iniciação científica e atividades de extensão e pesquisa.

Figura 29 – Divulgação da Monitoria Acadêmica



Atividade: **Monitoria Acadêmica**

Inscrições: **até 18/03**
Inscrições via portal do aluno

18 Março

[/fmprs](#) [@fmp_rs](#) [blog.fmp.edu.br](#)
 R. Cel. Genuino, 421 - 9º andar - CEP 90010-350 - Porto Alegre - RS
 (51) 3027.6565 | fmp.edu.br


FMP
 Fundação Escola Superior
 do Ministério Público

Fonte: Acervo Institucional (2019)

Em matéria de nivelamento estudantil, houve a permanência no atendimento dos estudantes por meio das atividades do Laboratório de Ensino. O Laboratório tem por objetivo apoiar e nivelar o conhecimento com monitorias diárias de acadêmicos selecionados por edital, com carga horária semestral de 36 horas ou de 72 horas, sendo estes beneficiados com dois créditos mensais.

Tabela 14 – Acadêmicos monitores -2019 – 2020 (NAP)

Semestre	Nº Monitores
2019/1	46
2019/2	36
2020/1	26
2020/2	39

Fonte: NAP, jan. 2021

Em 2019 e 2020, o Programa de Inovação Tecnológica, que tem como objetivo a disponibilização de vídeo aulas para aprofundamento e nivelamento dos estudantes da FMP, desenvolveu-se em três níveis de complexidade:

- a) FMP DOBLE: as aulas das disciplinas de 1º e 2º semestre são gravadas e podem ser assistidas de forma ilimitada pelos estudantes à distância;
- b) FMP PLUS: os alunos, a partir do 3º semestre, podem assistir 25% das aulas dos Cursos Preparatórios EaD, sendo possível visualizar duas vezes cada aula;
- c) FMP GOLD: gravação de palestras, seminários e cursos para acesso posterior dos alunos;
- d) Atendimento de estudantes com baixa visão - com um *tablet* em que são instalados materiais jurídicos úteis para o curso.

As atividades inerentes à Mobilidade Acadêmica transcorridas ao longo de 2018 e 2019, conforme expresso abaixo. Em 2020, não houve abertura de processo seletivo para Mobilidade Acadêmica devido a Pandemia da COVID-19. Foi efetivado novo convênio de intercâmbio com Universidade do Porto para Mobilidade Acadêmica, com a primeira edição ocorrida em 2019. O Programa de Mobilidade Acadêmica acontece por meio de projetos. O Intercâmbio estudantil aconteceu também a partir dos convênios com a Facoltà de Giurisprudenza della Università Roma TRE e com a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - FDUL. O processo seletivo envolve a avaliação do desempenho do acadêmico e entrevista.

Tabela 15 – Número de acadêmicos que participaram do Programa de Mobilidade Acadêmica entre 2018 e 2019

Mobilidade Acadêmica	2018	2019
Intercâmbio ROMA TER	4	3
Intercâmbio com Portugal	4	4
Universidade do Porto	0	2
Intercâmbio Mestrado em Portugal	0	0
Intercâmbio Doutorado em Roma	1	0
Intercâmbio Chile	0	0
Competição Washington	5	5
Competição Derechos Humanos – CUYUM	5	4
Viagem de Estudos Brasília	33	18
Total	52	36

Fonte: Assessoria Acadêmica (2020)

Figura 30 – Melhor Memorial em Português – Washington College Law - 2020



ACADÊMICOS DA FMP PARTICIPAM DE COMPETIÇÃO INTERNACIONAL E CONQUISTAM O PRÊMIO DE MELHOR MEMORIAL DO ESTADO

28 de maio de 2020

Mais uma vez a FMP esteve muito bem representada na maior competição de julgamento simulado do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, promovida pela Academia de Direito Internacional e Direito Humanitário da Washington College of Law, nos Estados Unidos, entre os dias 17 e 22 de maio.

Fonte: Site da FMP (2020)

Os acadêmicos da FMP têm se destacado na participação da *Interamerican Human Rights Moot Court Competition*, organizado pelo *Law School*, da Universidade de

Washington. Essa competição trilingue conta com a participação de equipes de diversas faculdades de América do Sul, EUA, Europa, Canadá, entre outros. O evento é promovido pela *American University Washington College of Law* e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e acontece na sede da universidade, em Washington.

Em 2019, além da participação na 24 *Annual Inter-American Human Rights Moot Court Competition*, ocorrida no período de 19 a 24 de maio, chegando até a fase semifinal. Em 2019, foi Vice Campeã da IV Competição Internacional de Direitos Humanos – Cuyum, sediada em Mendoza, na Argentina. Pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio é conquistado por acadêmicos da Instituição. Em 2020, conquistou

Em 2020, devido à pandemia da COVID-19, a competição presencial precisou ser cancelada e foram mantidos os memoriais escritos, que foram submetidos à avaliação dos juízes de forma virtual. A competição tratou sobre *Direitos Humanos e Estado de Direito: Fortalecimento de Instituições Democráticas*. O caso hipotético abordou situações de eleições de altas autoridades, o papel do Ministério Público, corrupção e acesso à informação. A equipe da FMP representou o Estado e foi premiada com o Melhor Memorial do Estado em Português. Em segundo lugar ficou a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e em terceiro a Universidade de São Paulo (USP). A equipe que venceu como melhor memorial geral foi a *Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, da Universidad Nacional del Este de Paraguay*.

5.3.1 Do NAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico

A reestruturação do NAP em 2018 e sua continuidade em 2019 e 2020, especialmente, na revisão dos processos e aprimoramento de práticas pedagógicas, aliadas aos desafios propostos pela instituição e da Pandemia da COVID-19. A nova configuração tem sido efetiva, a medida que os projetos têm avançado e qualificado os processos de forma geral. O foco é no atendimento as demandas de estudantes e professores, desde a acolhida a suporte técnico dentro de cada área de atuação (Psicologia, Psicopedagogia e Pedagogia). Em 2019 e 2020, as adaptações foram realizadas para a manutenção de projetos e a criação de novas propostas de programas e dinâmicas de atuação, dentre as quais, destaca-se:

- a) capacitação docente;
- b) orientações acadêmicas e psicossociais de acompanhamento estudantil;
- c) aconselhamento, orientação e ajuste de matrícula no período de janeiro a novembro;
- d) organização e acompanhamento de monitoria específica para a edição da disciplina de Desafios Jurídicos;
- e) organização do programa de capacitação docente;
- f) revisão e atualização dos Planos de Ensino da Graduação;
- g) apoio aos órgãos da IES (Direção e Coordenação do Curso de Graduação, ao NDE e CPA, Diretório Acadêmico, Extensão, etc.);
- h) projetos de nivelamento: Doble – revisão dos conteúdos das aulas do primeiro e segundo semestre, disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem; Simulados OAB, para aprimorar ainda mais o currículo e a formação do nosso aluno, a FMP, por meio da sua Coordenação de Avaliações Externas e auxílio do NAP, desenvolve atividade de simulação que contempla todos os conteúdos do Curso de Direito como uma forma de revisar todas as matérias trabalhadas ao longo do curso, considerando características do exame da ordem, e preparar nosso corpo discente para mais essa conquista, a aprovação na OAB;
- i) projeto abraço: Acolhida semestral dos acadêmicos da graduação. Entrada do Núcleo de Apoio Psicopedagógico em sala de aula, apresentando um panorama de serviços e informações importantes sobre a FMP ou por meio de novos projetos. Em 2019 e 2020, o acolhimento se expandiu para outros semestres, levando aos acadêmicos assuntos pertinentes ao estágio da sua formação.

São resultados da escuta ativa das demandas de atendimento dos nossos acadêmicos, especialmente por meio de avaliações, alguns dos projetos, a destacar:

- a) acolhimento dos discentes ingressantes, favorecendo seu engajamento acadêmico e a qualificação do processo de ensino-aprendizagem e de formação profissional;
- b) Semana de Direitos Humanos da FMP: atividade desenvolvida pelo Centro Acadêmico Sophia Sturm (CASS);

- c) Semana Acadêmica: esta atividade é uma atividade independente desenvolvida CASS na estrutura geral da IES. Entretanto, o seu diálogo com a direção e coordenação do curso é efetivo e permanente. Há incentivo financeiro repassado pela IES ao CASS para promover a sua realização;
- d) III Sarau Literário;
- e) programa de acompanhamento dos formandos e dos egressos com a realização de Simulados e oferta de Cursos de Preparação para OAB para alunos matriculados e egressos;
- f) reuniões do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado de Curso, Colegiado Superior, representantes discentes e da Comissão de Avaliação Institucional;
- g) operacionalização das ações inerentes ao Programa de Autoavaliação Institucional e elaboração de instrumentos de coleta de dados.
- h) consolidação de relatórios institucionais e encaminhamentos correspondentes;
- i) a discussão dos desafios culturais, jurídicos e políticos do combate à intolerância no Brasil.

5.3.1.1 Apoio psicopedagógico

Esta subseção aponta as ações de apoio psicopedagógico.

Figura 31 - Nova estrutura da área pedagógica 2019



Fonte: NAP/FMP (2020)

- a) **Projeto Abraço:** O projeto se estabeleceu como atividade de rotina para o NAP, uma vez que o Núcleo se envolve com o acolhimento dos estudantes. Neste sentido, o Abraço é a acolhida semestral dos acadêmicos da graduação. A atividade é realizada com a entrada da equipe e colaboradores de áreas de atendimento, em sala de aula, apresentando um panorama de serviços e informações importantes sobre a FMP. Desde 2019, o acolhimento expandiu, contemplando do 1º ao 10º semestre, com conteúdos específicos e pertinentes a cada etapa de formação.
- **1º Semestre - Panorama geral:** Neste eixo o foco é de apresentação geral da Instituição a fim de orientar o acadêmico na organização institucional e proporcionar um conhecimento mínimo do funcionamento e das oportunidades e atividades que a FMP oferece. Também aborda o funcionamento da biblioteca.
 - **2º Semestre - Orientação de matrícula:** Neste eixo o foco é voltado para a orientação de matrícula, pois a partir do segundo semestre os acadêmicos adquirem maior autonomia na seleção e organização de sua matrícula, o que pode repercutir na necessidade de quebra de pré-requisito. A falta de planejamento pode influenciar nos prazos de integralização do curso e possível frustração na projeção de colação de grau.
 - **3º Semestre - Mobilidade Acadêmica:** Neste semestre o foco é a apresentação da mobilidade acadêmica, as possibilidades de destino, bem como os requisitos para seleção.
 - **4º Semestre - Atividades complementares (pesquisa – ensino – extensão) – orientação de matrícula:** Neste semestre o foco é a apresentação das atividades complementares. A fim que os acadêmicos aproveitem com maior grau de satisfação as diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão que são organizadas pela FMP. Também é reforçado o acompanhamento da matrícula e a orientação pedagógica disponível no NAP.

- **5º Semestre - Prática jurídica – planejamento curricular (TCC – OAB – atividades complementares):** Com o início das disciplinas de prática previsto para o semestre seguinte, este eixo abordará a prática jurídica, seus pré-requisitos, a inscrição como estagiário na OAB, a realização de estágio extracurricular e o planejamento para a realização do exame da OAB.
- **6º Semestre - Escritório de Carreiras:** Esse eixo tem como objetivo trazer informações mais específicas sobre a Central de Estágios, quais os atendimentos realizados e agendamentos. Também para turmas a partir do sexto semestre é informado o Atendimento Modalidade Coaching de Carreira.
- **7º a 10º Semestres - Pós Graduação, Exame da OAB (Simulados e Desafio FMP):** Esse semestre o Programa Abraço passa a ser estendido até o final do curso. Em 2019 / 2 o módulo é padrão do 7º semestre em diante, mas a partir do próximo semestre será dividido por interesse de cada semestre. São tratados nesse módulo: (a) Divulgação e explicação dos Grupos de Preparação para OAB; (b) Divulgação da Central de Estágios e *Coaching* de carreiras; (c) Apresentação do NEAD; (d) Atualizações do NAP.

c) **Nivelamento:**

- **Projeto FMP Doble:** Contempla ações de nivelamento com o objetivo de oferecer, aos acadêmicos do 1º e 2º semestres do curso Direito – Bacharelado, a melhor aprendizagem dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. São agendadas gravações de aulas que são disponibilizadas de forma virtual. Isso, para subsidiar o suporte e apoio ao estudo dos alunos, bem como para qualificar o resultado das avaliações das disciplinas propedêuticas e base para a formação acadêmica. O projeto propõe a gravação de aulas do primeiro e segundo semestres da matriz curricular do Curso de Direito - Bacharelado, contando com a excelência e experiência dos professores, por meio da indicação deles quanto aos pontos e conteúdos mais significativos previstos em seu plano de ensino-aprendizagem. Após setenta e duas horas, as vídeoaulas estão disponíveis na plataforma *Moodle*. Os

acadêmicos matriculados na disciplina com aula gravada, seja no turno da manhã, seja à noite terão acesso, por meio do Portal do Aluno, gratuitamente e ilimitadas vezes até o final do semestre em que estiver matriculado.

- **Projeto de Monitoria e Laboratório de Ensino:** O Programa de Monitoria da Faculdade de Direito FMP tem por finalidade o estabelecimento de oportunidades diferenciadas de ensino e aprendizagem aos estudantes devidamente matriculados no Curso de Direito - Bacharelado da FMP. Busca também, promover o apoio aos docentes na realização e organização de atividades acadêmicas, de produção científica e de apoio aos discentes no processo de aprendizagem. O Laboratório de Ensino visa a contribuir com a revisão e aprofundamento dos conteúdos ministrados em aula. Alunos que possuem alto desempenho em determinadas disciplinas são selecionados pelo respectivo docente como seu monitor. Os referidos monitores oportunizam espaço e tempo de estudos para outros alunos que precisam rever conteúdo, bem como para esclarecer dúvidas.
- **Simulado OAB 1ª e 2ª Fases:** Para aprimorar ainda mais o currículo e a formação do aluno, a FMP, por meio da sua Coordenação de Avaliações Externas e auxílio do NAP, elaborou atividade de simulação que contemplou todos os conteúdos do Curso de Direito como uma forma de revisar as matérias trabalhadas ao longo do curso, considerando as características do exame da ordem, e preparando o corpo discente para alcance dessa conquista. O Simulado 1ª Fase tem o objetivo de preparar alunos do Curso de Direito da Faculdade de Direito da FMP para a realização da 1ª fase do exame da Ordem dos Advogados do Brasil, promovendo um espaço de aprendizagem, tanto pela preparação com estudos prévios e de revisão, quanto pela vivência da experiência da prova. A atuação acadêmica da FMP está focada na formação de seu acadêmico e desenvolve projetos que busquem sua qualificação. Da mesma forma, diante do desafio da aprovação no Exame da Ordem, aproveita a exigência do exame para uma atividade de nivelamento, busca excelência em suas iniciativas, o que vem sendo consolidado

pelos resultados e desempenhos positivos em cada edição da prova. Desde 2017, o NAP e a Coordenação de Avaliações Externas desenvolvem duas edições no ano de um simulado com o objetivo principal de preparar alunos do Curso de Direito para os exames da Ordem dos Advogados do Brasil, promovendo um espaço de aprendizagem, tanto pela preparação, com estudos prévios e de revisão, quanto pela vivência da experiência da prova. O acadêmico inscrito teve 5 horas para realizar o simulado. O simulado da 2ª Fase trabalha com a escolha da área jurídica de interesse do acadêmico e a realização simulada de uma peça. O conteúdo é elaborado pelos professores da FMP, mas com o formato e tempo de prova nos moldes do Exame da Ordem. Com a realização dessa segunda etapa da prova a proposta de nivelamento e simulação do Exame da OAB se torna completa, permitindo aos acadêmicos participantes a autoavaliação, revisão de estudos e preparação dos pontos necessários.

- **Desafio FMP:** Com o objetivo de preparar alunos do Curso de Direito da Faculdade de Direito da FMP para os mais diversos concursos, bem como exames da Ordem dos Advogados do Brasil, promovendo um espaço de aprendizagem, tanto pela preparação com estudos prévios e de revisão, quanto pela vivência da experiência de realização de prova. O Projeto Desafio FMP foi ampliado para atender os diferentes semestres e suas demandas de conhecimento desde 2017. O Desafio FMP foi construído no ambiente virtual da FMP (*Moodle*) da seguinte forma: Quatro provas, sendo que a prova 1 terá 20 questões e será disponibilizada para o 1º e 2º semestre, a prova 2 com 40 questões será para 3º e 4º semestre, prova 3 contendo 60 questões será para 5º e 6º semestre e a prova 4 será terá 80 questões e será disponibilizada do 7º ao 10º semestre. O acadêmico inscrito tinha 5 horas e 3 acessos para concluir a prova. Sua participação foi considerada horas complementares na modalidade ensino.
- **Atendimentos e orientações:** Aos integrantes da comunidade acadêmica que necessitem de atendimento especial, ou didático-pedagógico, ou acadêmico profissional e/ou psicossocial, bem como de

prevenção e promoção da saúde emocional. O NAP orienta e subsidia os professores quanto aos processos do ensino-aprendizagem, individual ou coletivamente, sempre que solicitado pelo professor; orienta e acompanha o processo relacional entre direção e coordenadores, entre coordenador e seus pares, entre coordenador e seus professores, entre coordenador e acadêmicos, entre professor e acadêmicos, entre acadêmicos e seus pares e entre professor e seus pares, entre os profissionais de apoio e os professores e entre os profissionais de apoio e os acadêmicos; orienta sobre os aspectos didático-pedagógicos e metodológicos na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos, de acordo com o Projeto Pedagógico Institucional e demais referenciais institucionais; orienta os professores no planejamento de projetos de intervenção em sala de aula, na definição dos critérios de avaliação e na escolha dos instrumentos avaliativos e das metodologias de ensino-aprendizagem. Essas orientações compreendem os pilares de orientação pedagógica-institucional, orientação didático-pedagógico e orientação acadêmico-profissional.

- **Aconselhamento de Matrícula e quebra de pré-requisito:** Apoio ao discente que deseja organizar a grade de disciplinas para o semestre posterior, orientando no sentido de promover o aproveitamento integral das disciplinas. Realização de quebra de pré-requisito, após análise do conjunto de informações acadêmicas, como desempenho geral, pertinência do pedido, etc. Apoio na organização das disciplinas para previsão de conclusão do curso. O Aconselhamento de matrícula é um processo que se repete semestralmente na FMP. Tem como principal objetivo auxiliar o acadêmico na construção da sua matrícula de maneira mais pertinente com a matriz curricular e com as possibilidades do aluno. Com a visão global da matriz curricular é possível auxiliar também o discente no planejamento de previsão de conclusão do curso, bem como no encaixe das disciplinas que demandarão maior atividade extraclasse. Este serviço é apresentado na semana abraço, bem como quando do acolhimento e matrícula dos ingressos de extravestibular, em

virtude de eventual aproveitamento de disciplina de outra instituição ou da necessidade do acadêmico cursar determinado número de créditos. O aconselhamento de matrícula se dá por meio de agendamento no sistema e por meio da abertura do protocolo de quebra de pré-requisito.

5.3.1.2 Apoio psicossocial

- a) **Programas de prevenção e promoção de saúde:** são ações que visam atuar na área de saúde emocional. Em 2019, a principal ação foi firmar convênio com dois locais de atendimento psicológico, psiquiátrico e psicopedagógico que favoreçam parcerias com a FMP. Nossos alunos podem usufruir da parceria, sem custo para a Instituição, com valores bem abaixo do mercado. São eles: Instituto Cyro Martins e a Clínica Horizontes. Em 2020, foram realizados os seguintes eventos: Estratégias para o enfrentamento do período de isolamento (145 participantes); Administração do tempo e rotina de estudos (108 participantes); Avaliação e técnica de *Mindfulness* - Atenção plena (135 participantes); Motivação: a importância de conhecer novos recursos (70 participantes); Carreira da Advocacia: Estratégias e Desafios (134 participantes); Auto Cuidado - Alimentação em tempos de ansiedade e estresse (70 participantes); *In corpore sano*: teoria e prática para qualidade de vida (51 participantes); Boas práticas para organização acadêmica (54 participantes); Direito e Arte: reflexões para o enriquecimento do imaginário jurídico (87 participantes); Do vestibular ao mercado de trabalho: Desafios e possibilidades da vida acadêmica (55 participantes); Discurso de Ódio e Liberdade de Expressão (104 participantes); Comunicação competente e voz (98 participantes); De perto ninguém é normal: vamos falar de saúde mental? (32 participantes).
- b) **Atendimento aos professores:** Os professores podem contar com o Atendimento Psicossocial visando o auxílio do manejo em situações de sala de aula
- c) **Parceria com o Pedagógico:**
- Atendimento de casos multidisciplinar;
 - Acompanhamento dos alunos;

- Monitoramento de turmas;
 - Apoio ao Programa Abraço.
- d) **Programa de gerenciamento da rotina de estudos:** Composto por um protocolo de três encontros visa auxiliar aos universitários a possibilidade de gerenciar melhor o tempo e a forma de estudar. O adoecimento da população acadêmica tem sido amplamente estudado, e os resultados demonstram o aumento de sintomatologia nessa população. Programas assim favorecem a organização e ampliam a capacidade de lidar com as novas demandas e exigências da faculdade. Além disso, com o andamento da Graduação outras demandas surgem e necessitam ser acomodadas.
- e) **Orientação de carreira:** Programa desenvolvido em interface com a central de estágios. Protocolo de cinco atendimentos que compõem a orientação de carreira.

5.3.1.3 Assistência social

Intervenção social quanto atendimento e identificação das dificuldades que decorrem do processo de aprendizagem, bem como das demandas socioeconômicas, de acessibilidade, de saúde e bem-estar dos estudantes;

Espaço de escuta, apoio e conscientização dos problemas ou necessidades relativas ao cotidiano sócio familiar dos estudantes, bem como de potencialização de soluções;

Avaliação socioeconômica para concessão de benefícios da FMP para estudantes em situação de vulnerabilidade social.

- a) **Assessoria à Presidência e Direção Executiva em cooperação com o setor jurídico, atendimento, comercial e acadêmico financeiro;**
- Reelaboração dos Regulamentos da Bolsa Socioeconômica e Crédito FMP;
 - Elaboração dos formulários, e declarações de comprovação para concessão de benefícios;
 - Treinamento aos setores envolvidos sobre os regulamentos da Bolsa Socioeconômica e Crédito FMP;

- Assessoria ao setor de tecnologia da informação na produção de um sistema de análise e processamento automatizado dos benefícios de bolsa socioeconômica e créditos FMP.

- b) **Assessoria à Direção Executiva em cooperação com o setor Comercial (em processo);**
 - Elaboração do Guia de Bolsas, Financiamentos e descontos da FMP.

- c) **Assessoria à Presidência em Cooperação com o setor de Comunicação (em processo);**
 - Elaboração do projeto com Egressos da FMP – Diagnóstico Mercado de Trabalho.

- d) **Projeto interinstitucional entre a FMP e MP/RS – “Conhecendo o acolhimento institucional” em cooperação com o setor Recursos Humanos (em processo) e Coordenação de Responsabilidade Social.**
 - Elaboração e responsabilidade técnica do projeto social que oportuniza quatro vagas para adolescentes oriundos do Acolhimento Institucional;
 - Assessoria técnica as equipes que recebem os estagiários e suas respectivas lideranças;
 - Acompanhamentos e avaliação social sistemática dos estagiários;
 - Interlocução com a rede de acolhimento social, rede de apoio e com a Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do MP/RS.

5.3.1.4 Central de Estágios e Carreiras

A prática do estágio é oportunidade inquestionável para os estudantes vivenciarem na prática os desafios sociais inerentes ao mercado de trabalho, bem como para aplicarem os conhecimentos adquiridos no Curso de Direito, fato que contribui para a formação profissional e acadêmica. Cria-se no estágio um espaço oportuno de construção de conhecimento acadêmico e troca com o meio social, potencializando o processo de aprendizagem.

Nesse sentido, e considerando todo o empenho da FMP em colaborar para que as jornadas acadêmicas de seus estudantes sejam enriquecidas, por diversificadas

propostas acadêmicos-profissionais, a Instituição cria um espaço para tratar do estágio com uma proposta ainda mais assertiva.

A Central de Estágios e Carreiras busca estreitar o caminho entre os estudantes e oportunidades de estágio, no que tange as possibilidades e qualidades de atividades disponíveis nas instituições parceiras. Além de multiplicar as oportunidades a FMP contribui com o estudante, também, na preparação para os processos seletivos. Oportuniza atividades de apoio como o devido preenchimento de currículo, o modelo ideal para cada processo, e desempenho em entrevistas, entre outros.

5.3.1.5 - Outras demandas

- a) **Escritório jurídico:** Em 2017, foi inaugurado o Escritório Jurídico da FMP, com o objetivo de apoiar os egressos da instituição no desenvolvimento de sua prática profissional. Para tanto, foi criado espaço de escritório, com equipamentos e materiais de apoio, com monitores para agendamento de horário e assessoramento. O espaço é destinado ao egresso inscrito no quadro definitivo da OAB/RS, com até um ano de inscrição. Desde o início dos trabalhos do Escritório Jurídico, o NAP é o setor responsável pelas atividades realizadas no espaço, por selecionar os monitores e orientá-los. Além das atividades específicas do escritório, os monitores trabalham junto ao Núcleo na seleção de questões do exame da ordem e na pesquisa por conteúdos específicos da OAB, conforme demanda. O monitor poderá permanecer vinculado a este projeto pelo período de 1 (um) ano, prorrogável por mais um ano, mediante vontade de ambas as partes.
- b) **Relatórios Gerenciais e BI – *Business Intelligence*:** Providencia relatórios de desempenho de evasão e qualquer outro que se refira aos indicativos de qualidade do ensino ou necessidades de intervenção acadêmica. Muitos relatórios exigem o cruzamento de dados quantitativos para a análise qualitativa e posterior planejamento de ações para atendimento das demandas. Também são necessários relatórios de acompanhamento do G1, G2 e G3 vinculados ao programa de monitoria, no qual os alunos com dificuldades nesses graus são orientados a comparecer no referido programa. A ferramenta de gestão do negócio BI foi implementada definitivamente em

2017 e vem sendo utilizada com êxito em relação ao cruzamento de dados. A ferramenta tem sido fundamental para tomadas de decisões e mudanças positivas para melhor desempenho acadêmico, pois gera a tabulação para possíveis diagnósticos com base nos dados do sistema *GVColege*. Destacamento a importância do BI frente aos seguintes dados:

- Número de acadêmicos em G3 por semestre;
- Quantidade de provas G3 por aluno;
- Relatório de desempenho/evolução por disciplina e turno;
- Relatório de desempenho de G1 por professor, comparativo com o ano anterior.

c) **Comunicação NAP:** Na Era da informação e com o advento da internet, as instituições de ensino buscam desenvolver estratégias de comunicação eficazes para comunidade acadêmica. Neste sentido, é imprescindível propor um programa de comunicação que fomente estratégias de socialização e divulgue temas pertinentes para o público acadêmico. Atualmente, a FMP conta com diversos canais de comunicação entre estes: e-mail (*Outlook*), *Skype* Colaborativo, *WhatsApp*, Intranet, Fique Ligado, Murais, Site, OCOMON e o Canal Aberto FMP, a proposta engloba a tecnologia e utiliza canais interativos para divulgação de informações. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico se comunica com a comunidade acadêmica, além dos atendimentos presenciais, de forma virtual, pelos seguintes canais:

- Display informativo e mural – Sala dos professores;
- Grupo Facebook;
- *WhatsApp* do NAP;
- Ambiente virtual do professor – *Moodle*.

d) **Planos de Ensino-Aprendizagem e Planos da Disciplina:** Considerando os pressupostos educacionais, a legislação vigente, o movimento educacional que evidencia a aprendizagem, o processo de construção de conhecimento, o desenvolvimento de competências e de ter o estudante como protagonista do seu processo formativo, a FMP busca, constantemente, qualificar a sua proposta pedagógica. Neste sentido, o NAP elaborou um tutorial de preenchimento dos novos planos de ensino e aprendizagem e da disciplina, o qual tem como objetivo apresentar os novos modelos de Plano de Ensino e

Aprendizagem e Plano da Disciplina. Estes novos documentos foram implementados como ferramenta de trabalho. O plano de Ensino aprendizagem e o plano da disciplina. A proposta desmembra alguns componentes do antigo Plano de Ensino e adapta as informações didático-pedagógicas relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso. Estes documentos subsidiam o processo de ensino e aprendizagem abrangendo componentes curriculares, habilidades e competências, avaliação, contribuição para o perfil do egresso, a interdisciplinaridade bem como as metodologias a serem utilizadas pelos docentes.

5.4 Evidências quanto à Dimensão Comunicação com a Sociedade

Na avaliação da Comunicação com a Sociedade, os focos de análise foram baseados nas questões disponibilizadas para este item, entre elas o uso das mídias digitais, o uso de tecnologias da informação e o uso dos murais da instituição:

- a) estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa;
- b) imagem pública da instituição nos meios de comunicação social;
- c) funcionamento interno da Ouvidoria.

A Comunicação Social evidenciou uma grande renovação em seus materiais e conteúdos de divulgação em forma de mídia social e eletrônica, em 2020. Constatou-se uma circulação mais ordenada das informações internas e externas, em especial, com as atividades virtuais. Avanços também foram observados na comunicação interna com ferramentas de *endomarketing* e pela maior funcionalidade do site.

A Assessoria de Comunicação atua nas áreas de jornalismo, relações públicas e publicidade e propaganda. Produz conteúdo para os diferentes veículos de comunicação da FMP, tais como: Site, Blog, Jornal, página no *Facebook* e perfil no *Twitter*. Atua, também, na busca de espaços de mídia espontânea na imprensa (mídias impressa, digital, rádio e TV).

A área de Jornalismo da FMP atua diretamente no Projeto FMP na Imprensa, distribuindo material dirigido a jornalistas com a intenção de auxiliá-los na elaboração das reportagens. Trata-se do Guia de Fontes Jurídicas no qual relacionamos professores da FMP entre as variadas áreas do Direito. A iniciativa, muito bem avaliada

pela imprensa gaúcha, demanda publicações e entrevistas como fonte de informações, cada vez mais. Dentro do Projeto FMP na Imprensa, também é realizado anualmente, workshop dirigido a jornalistas e estudantes de jornalismo com o intuito de qualificá-los para um melhor entendimento sobre o sistema judicial.

Fruto dos processos avaliativos, previstos no PDI, a FMP construiu e passou a contar com estratégias e meios atualizados de comunicação interna, com a seguinte descrição:

Setor de Endomarketing: Fonte formal de informação Institucional. Atua com o objetivo de garantir o conhecimento de todos os colaboradores com relação ao que acontece internamente, sejam eventos, celebrações, integrações, mudanças, conquistas, novidades e etc. O setor também tem a missão de motivar e engajar os colaboradores, nas ações e campanhas propostas, além de reforçar os norteadores estratégicos e disseminar a cultura organizacional com a finalidade de fortalecer a parceria entre Instituição e colaborador.

As ferramentas de uso do Endomarketing são:

- E-mail Institucional – endomarketing@fmp.com.br: Utilizado para a comunicação formal dos acontecimentos internos. É o meio que atinge a maioria do nosso público interno (Administrativo e Docente), com exceção da equipe de Infraestrutura. Para compensar esse déficit, recorre-se aos outros recursos para diálogo com eles, como por exemplo, aplicativo instantâneo de bate-papo – WhatsApp; cartazes e reuniões com a equipe.
- Fique Ligado: Informativo digital, enviado por e-mail, semanalmente, e que contém os principais acontecimentos que já ocorreram ou que estão por vir.
- *WhatsApp* Institucional FMP: Grupo para todos os colaboradores no aplicativo instantâneo de bate-papo. Participar do grupo é opcional e a ferramenta é utilizada como complemento dos anúncios e comunicados enviados por e-mail, além de ser um recurso para diálogos momentâneos.
- *Skype*: Ferramenta corporativa de mensagens instantâneas, implantada recentemente.
- Você Pediu, FMP Atendeu: Campanha específica para dar retorno quanto as solicitações ou sugestões feitas pelos colaboradores, através das pesquisas de satisfação ou do Canal Aberto. O material é enviado por e-mail e *WhatsApp*.
- Murais: Espaço físico para reforçar os anúncios, comunicados, ações e campanhas.

Reuniões de Área e Setoriais: Reuniões periódicas entre líder e equipe, para atualizações sobre a Instituição, definições e acompanhamentos específicos da Área/Setor.

Avaliação de desempenho: reunião, anual, entre líder e liderado para *feedback* de desempenho, além de um espaço aberto para ouvir e falar, fazer avaliação e verificação sobre as expectativas da Instituição e Líder sobre o profissional, assim como do colaborador com relação a sua liderança e sobre a FMP.

Anúncios nas Confraternizações Mensais e na Festa de Final de Ano: utiliza-se um espaço nestes eventos para anúncios advindos da Alta Gestão (Presidência e Diretoria) e/ou Gestão de Pessoas. Os temas são variados, de acordo com a necessidade do momento, porém costuma ser um bom recurso de contato com os colaboradores, de maneira mais calorosa e descontraída.

Reuniões “surpresa” para anúncios: acontecem esporadicamente, com assuntos diversos e comunicação espontânea. Utilizado pela Alta Gestão (Presidência e Diretoria) e/ou Gestão de Pessoas, de acordo com a necessidade.

Café com o Presidente: um evento em formato de café da manhã, em que o Presidente compartilha as informações da sua gestão como, por exemplo, as metas corporativas, valorizando missão, visão e valores da Instituição.

Vídeo de prestação de contas da Gestão: ocorre, geralmente, no início do ano, onde o Presidente reúne os colaboradores e apresenta a prestação de contas da gestão, informado os resultados financeiros e os principais itens de evolução da Gestão.

Feed Coffee: uma iniciativa que está sendo testada há alguns meses, pela Área de Gestão de Pessoas para, futuramente, ser um novo formato de acompanhamento e feedback. Consiste em pequenas reuniões mensais, líder e liderado se encontram para tomar um café e trocar feedback, fazer alinhamentos e acompanhamentos.

São vários os canais disponíveis para que isso aconteça, também considerando as vias formais e as informais. Elencamos, principalmente, os recursos a seguir:

Canal Aberto FMP: ferramenta institucional, online, para que qualquer colaborador possa dar sugestões de melhorias, ideias inovadoras ou elogios à FMP. O recurso possibilita que as demandas reportadas sejam anônimas ou identificadas, para que se tenha um retorno direto. É possível acessá-la na Instituição, através dos totens, de casa ou em qualquer lugar que possua internet. Através do Canal Aberto recebemos solicitações diversas, que podem ser atendidas ou não. Todas são avaliadas pela

Gestão de Pessoas, que encaminha para o Setor envolvido para providências, quando necessário.

Pesquisa de Satisfação: após os eventos realizados para colaboradores, na FMP, disponibilizamos uma pesquisa de satisfação, para que os colaboradores possam opinar sobre a qualidade do evento e fazer sugestões de melhoria. Os resultados são encaminhados para a Alta Gestão e Lideranças das Áreas envolvidas.

Reuniões de Área e Setoriais: estas reuniões funcionam como um momento de fala e escuta entre líder e equipe, um espaço aberto para dar voz aos colaboradores. Além disto, nesta ocasião também são colhidas questões para o evento Café com Presidente.

Avaliação de Desempenho: espaço aberto para ouvir e falar entre colaborador e liderança.

Café com o Presidente: evento de aproximação entre Presidência e colaboradores, para perguntas e respostas.

Pesquisa de Clima GPTW: desde 2016, a FMP participa da pesquisa, e o conteúdo levantado através dela é muito rico. Os profissionais sentem-se seguros e à vontade para expor sua opinião, seja positiva ou negativa.

Gestão de Pessoas: os colaboradores sentem-se à vontade para recorrer à Área para dar ideias, fazer solicitações e sugestões. Acredita-se que o contato próximo estimula o vínculo forte e um bom clima interno. Muito dos itens que foram expostos nesses encontros já foram atendidos, como: Plano de Saúde estendido aos familiares, Convênio Farmácia, FMP Fitness (reembolso de 80% do investimento em práticas de atividades físicas), Programa de Incentivo Educacional Ensino Fundamental e Médio, bem como melhoria dos eventos de confraternizações.

Líderes: os Gestores, Supervisores e Coordenadores também tem a missão de ser um canal para ouvir os colaboradores. Acreditamos que o vínculo entre os profissionais com sua liderança é essencial para a comunicação transparente e para o bom clima interno, exercendo essa função de forma natural, humana e direta, propiciando que seja visto com esse papel.

Um dos focos do setor da Comunicação Social foi a parceria com os meios de comunicação para a divulgação dos projetos de extensão e cursos de extensão abertos à comunidade, que foi atribuído o maior grau de avaliação.

A divulgação dos cursos do programa de Pós-Graduação é realizada por canais próprios, a fim de favorecer a comunicação entre os seus interlocutores, no âmbito dos órgãos da administração pública, que são os maiores divulgadores dos cursos.

A comunicação expandiu seus projetos, incluindo ações de boas vindas aos estudantes por meio de atividades de integração e acolhida, a fim de manter uma comunicação mais próxima e assertiva. Desenvolve também o projeto Central de Contatos, com o objetivo de acompanhar a satisfação dos alunos, quando do atendimento de suas demandas, via protocolo (presencial ou *online*).

Além disso, há a utilização de diversos instrumentos de interação com os estudantes: *e-mail*, torpedos, publicações de notícias no site, posts na página da FMP no *Facebook*, *posts* no perfil da FMP no *Twitter*, *Instagram*, *YouTube*; cartazes em murais, avisos em sala de aula, pelo *data show* de datas de eventos com inscrições abertas. Em relação às redes sociais, constata-se um crescimento do número de acessos a página da FMP no *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*.

A Ouvidoria tem se destacado por cumprir com a sua atribuição de proporcionar um espaço eficiente de comunicação com a estrutura da Faculdade, aprimorando processos e relações institucionais. Dentre elas, destaca-se a instalação de uma sala própria com funcionamento no 9º andar da FMP. Como aspecto positivo destaca-se a implementação do Totem como canal de comunicação, que possibilita aproximar o estudante, o docente e a comunidade em geral. No Totem, o usuário encaminhar sua demanda diretamente para a Ouvidoria. Ele está disponível nos andares da instituição e foi desenvolvido por *software* próprio.

As principais ações da Ouvidoria, em 2020, foram no sentido de proporcionar aos acadêmicos e acadêmicas um espaço de diálogo e interação com a instituição. O aprimoramento da cidadania teve contribuição fundamental da atuação da Ouvidoria da FMP-RS enquanto canal para a consolidação do estado democrático. Nesse sentido, muitas foram as demandas, intermediação e prevenção de conflitos. Uma das ações de destaque foi a possibilidade de atendimento à diversidade de gênero, recebimento de denúncias e depoimentos a respeito das situações de discriminação, preconceito, violência e opressão vivenciadas no ambiente acadêmico, garantindo o sigilo dos e das envolvidos/as, a partir de mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria, fazendo uma relação informal e acolhedora.

Outras demandas destacadas pela Ouvidoria foram:

- a) orientação aos acadêmicos e acadêmicas da FMP-RS sobre a melhor forma de encaminhar seus pedidos, instruí-los e acompanhar sua tramitação;
- b) contribuição para a resolução de problemas administrativos ou acadêmicos oferecendo alternativas e informações sobre a legislação e as normas internas vigentes;
- c) recebimento de críticas, queixas e sugestões sobre procedimentos e práticas inadequadas ou irregulares, atuando no sentido de levar os envolvidos a aperfeiçoá-los e corrigi-los pela busca dialogada de consenso;
- d) acompanhamento da tramitação de demandas, dando ciência aos interessados das providências tomadas;
- e) cuidado com o rigoroso sigilo o nome dos envolvidos, salvo nos casos em que sua identificação junto aos órgãos da Universidade seja indispensável para a solução do problema e atendimento do interessado, com sua aquiescência.

O atendimento presencial ocorre nas quartas-feiras das 18h às 20h e nas quintas-feiras das 17h às 19h. Os acadêmicos que, excepcionalmente, necessitarem de um atendimento em um dia e horário diferenciado, devem entrar em contato diretamente com a Ouvidora, pelo e-mail ouvidoria@fmp.com.br ou telefone celular. O atendimento também pode ser realizado *online* através do preenchimento de um formulário próprio, descrevendo objetivamente a questão ou enviando uma mensagem para o e-mail ouvidoria@fmp.com.br.

Além disso, o apoio e a orientação aos acadêmicos e acadêmicas da FMP-RS, por meio de campanha institucional, visando as denúncias de situações de discriminação, de preconceito, de violência e/ou opressão ou de acadêmicos em situação de vulnerabilidade social, jurídica e psicológica.

Figura 32 – Divulgação da Ouvidoria FMP



Fonte: Site da FMP (2019)

5.5 Considerações

Em relação ao ensino, desenvolveu-se atividades com os docentes referentes à prática didático-pedagógica, a utilização de metodologias ativas e a sistemática da avaliação da aprendizagem. Em relação à pesquisa, foram ampliadas as atividades de integração dos grupos de pesquisa da Graduação com os eventos da Pós-Graduação. Ademais, a criação de Programa de Concessão de Bolsas de Iniciação Científica com apoio da FAPERGS. Além disso, percebeu-se um incremento no número de publicações de docentes em periódicos nacionais e internacionais. O Laboratório de Iniciação Científica busca incentivar o desenvolvimento de habilidades de iniciação à pesquisa científica desde os primeiros semestres da graduação. As atividades de Extensão promovem de forma sistemática e plural a discussão de temas da atualidade jurídica.

Desde o primeiro semestre, os acadêmicos têm a oportunidade de participar do Laboratório de Iniciação Científica (LIC) e de diferentes grupos, além do evento anual Salão de Iniciação Científica (SIC).

As políticas de atendimento ao estudante se diversificaram com as atividades do Laboratório de Ensino, participação de estudantes em competições nacionais, internacionais e em intercâmbios, simulados e preparação para o exame da Ordem dos Advogados.

A pesquisa esteve em ênfase, no sentido de revisão e realinhamento de todos os níveis de ensino vinculados às linhas de pesquisa do curso de Mestrado. A qualidade será o resultado desse trabalho. A produção acadêmica ganhará novos participantes que contribuirão com a instituição e com sua própria formação acadêmica.

Qualificou-se a comunicação da comunidade acadêmica com Ouvidoria, através do Totem, que possibilita o incremento de mais um canal direto e permanente de comunicação com a CPA.

A Faculdade se comunica de forma direta e familiar com o público interno. Para a comunicação com a sociedade usa a imprensa aliada às mídias digitais local, regional e estadual.

Avanços:

- a) incrementos às atividades de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação,

com a oferta de variados cursos de pós-graduação EaD, atividades culturais e transdisciplinares;

- b) aumento do número de eventos organizados com representação nacional e internacional;
- c) evolução das produções científicas do corpo docente;
- d) melhoria nos processos de planejamento anual das atividades;
- e) realização do Salão de Iniciação Científica Virtual da FMP;
- f) a participação e premiação de estudantes em programas de competição e intercâmbio internacional;
- g) incentivo intelectual e econômico para estudantes na participação de concursos e seminários nacionais e internacionais;
- h) o Programa Abraço no acompanhamento a estudantes com dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, egressos ou questões relacionadas à saúde psíquica, social ou familiar;
- i) o fomento a inovação tecnológica;
- j) o investimento na Ouvidoria;
- k) maior interatividade com os seus acadêmicos, professores e público externo;

Desafios:

- a) consolidar o investimento e o uso de ferramentas de inovação tecnológica;
- b) aprimorar processos de comunicação interna devido ao tele-trabalho.

6 EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

Quadro 23 – Principais ações realizadas: eixo 4

EIXO 4	PROGRAMA	AÇÕES REALIZADAS 2020
<p>As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional e suas condições de trabalho</p>	<p>Programa de Formação Continuada</p>	<p>Desenvolvimento de habilidades técnicas e perfis comportamentais; Promoção de encontros motivacionais periódicos.</p>
	<p>Programa de educação continuada</p>	<p>Qualificação de Professores e Tutores para EaD;</p>
	<p>Plano de Carreira do Corpo técnico-administrativo</p>	<p>Em revisão final do plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo; Revisão enquadramentos dos colaboradores no Plano de cargos e salários;</p>
<p>Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e a representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</p>	<p>Incremento às atividades dos órgãos colegiados</p>	<p>Participação do Colegiado de Curso, NDE, CPA e Colegiado Superior nos processos decisórios.</p>
	<p>Revisão dos documentos institucionais (PDI, PPI e PPC)</p>	<p>Projeto de reformulação dos documentos.</p>
<p>Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior</p>	<p>Programa de fortalecimento dos negócios</p>	<p>Aumento da oferta de cursos e expansão para modalidade EaD</p>
	<p>Programa de redução da inadimplência</p>	<p>Manutenção dos índices de inadimplência</p>
		<p>Monitoramento semestral da inadimplência, da frequência e aproveitamento com geração de relatórios sistematizados</p>
		<p>Criação de espaço de negociação para os inadimplentes, recorrendo à terceirização da cobrança somente após esgotada a negociação</p>
<p>Captação de parcerias e serviços</p>		

	qualificados para a realização de ações e atividades que impactam socialmente
--	---

Fonte: Elaboração própria

6.1 Evidências quanto à Dimensão Políticas de Pessoal

A avaliação da CPA quanto à política para pessoal, estabelecida no PDI, destaca:

- a) as políticas de pessoal – recrutamento, seleção, admissão, acolhimento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho, na área administrativa;
- b) os planos de carreira, regulamentação para o corpo docente e implantação para o corpo técnico-administrativo – em termos de critérios de admissão e progressão;
- c) os programas, projetos e relatórios gerenciais de qualificação e desenvolvimento profissional para o corpo docente e o técnico-administrativo;
- d) o clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional;
- e) as atividades de melhoria do ambiente físico destinado à administração da Faculdade para o atendimento à pesquisa, à extensão e aos professores de tempo integral;

Considerando os princípios básicos que regem o Plano de Carreira Docente, a CPA observa:

- a) a valorização da qualificação docente decorrente de cursos de formação;
- b) a profissionalização, entendida como dedicação à docência;
- c) a paridade de remuneração para os docentes ingressantes de carreira, com qualificação análoga;
- d) a progressão na carreira, mediante promoção obtida pela titulação;
- e) o estímulo ao professor para o exercício eficaz das funções docentes;
- f) a possibilidade de recrutamento e manutenção de profissionais de reconhecida competência.

Na intenção de qualificar o corpo docente e atender as orientações do SINAES, foram realizadas reuniões de Colegiado de Curso com a finalidade de ampliar as discussões e reflexões referentes à avaliação da aprendizagem, a incorporação gradual de metodologias ativas e de atividade interdisciplinares no currículo da graduação.

A partir dos resultados da avaliação institucional, a IES identificou a importância de dar continuidade à formação de professores com a rediscussão do Projeto Político Pedagógico do Curso e da matriz curricular nas reuniões do NDE, consoante atuais diretrizes do MEC.

Em relação às políticas de recursos humanos, o Plano de Cargos e Salários dos colaboradores técnico-administrativos foi implementado em março de 2013. Destacam-se os seguintes benefícios:

- a) programa de incentivo educacional - visa qualificar os colaboradores da equipe administrativa da FMP de acordo com o perfil estabelecido para cada cargo e facilitar o acesso a uma melhor formação e qualificação. É voltado para colaboradores selecionados que têm mais de um ano de vínculo Institucional: 80% de reembolso do investimento em curso técnico, Ensino Fundamental e Ensino Médio, de Graduação ou Pós-Graduação; em 2018, 11 colaboradores tiveram o benefício educacional; em 2019, 19 colaboradores tiveram o benefício pelo Programa; e em 2020, 18 colaboradores tiveram o benefício educacional pelo Programa de Incentivo Educacional
- b) participação de colaboradores em cursos de aperfeiçoamento externos à instituição. Houve incremento no número de horas de atividades de treinamento em cursos de aprimoramento e capacitação de colaboradores. Intensificou-se o investimento em treinamentos como forma de desenvolver as competências das equipes, com a participação em cursos de aperfeiçoamento internos e externos à instituição, envolvendo a totalidade 81 dos colaboradores do corpo técnico administrativo, numa carga horária aproximada de 1.178 horas de atividades de treinamento, em 2018. Em 2019, 33 colaboradores, numa carga horária aproximada de 786 horas de atividades

de treinamento. Em 2020, 47 colaboradores, numa carga horária aproximada de 2488 horas de atividades de treinamento, nas seguintes modalidades:

- 1) Workshop Plataforma Sucupira: O Recoleta, ferramentas de apoio e a nova abordagem da avaliação CAPES - Janus Educare;
 - 2) Cursos on-line - Infra Aprende;
 - 3) Treinamento de implementação do Sistema TOTVS.
- c) incorporação da metodologia de Seleção por Competências e Programa de Desenvolvimento de Lideranças;

Em 2018, foi finalizada a implantação do processo de atualização do plano de carreira docente, a fim de contemplar a atenção aos novos níveis de ensino que a Instituição ocupou-se (mestrado e especialização EaD), observando assim os quesitos como produção acadêmica e tempo de vínculo para enquadramento e promoção.

Vale ressaltar que, desde 2016, a Instituição/Mantenedora participa do *Great Place Tho Work (GTPW)*, que consiste numa pesquisa de clima institucional que busca avaliar e mensurar a percepção dos colaboradores quanto as práticas da Instituição. Com a finalidade de ratificar o bom ambiente de trabalho da FMP, que foi e é construído constantemente através do investimento no quadro pessoal e também auxiliar na formulação de ações mais efetivas junto aos colaboradores, complementando a pesquisa que a CPA realiza junto ao corpo administrativo. Em 2018, esta avaliação contou com a participação de 123 profissionais da FMP, entre docentes e corpo administrativo. Em 2019, contou com a participação de 145 profissionais da FMP, entre docentes e corpo administrativo. A pesquisa de clima institucional buscou avaliar e mensurar a percepção dos colaboradores quanto as práticas da Instituição.

Em 2020, a avaliação da CPA teve foco na satisfação e adaptações na rotina frente ao tele-trabalho e atividades remotas realizadas durante o período da Pandemia da COVID-19. A CPA, avaliou 4 dimensões denotando um grau bastante satisfatório para todas as dimensões avaliadas:

Tabela 16: Grau de satisfação do tele-trabalho durante a pandemia

Aspecto avaliado	% de respondentes satisfeitos*	
	Colaboradores	Professores
Ambiente de trabalho		
Apoio técnico do setor de tecnologia da informação	84,6%	100%
Utilização de ferramentas de acesso remoto	88,4%	93,3%
Orientações sobre as práticas de gestão e otimização do tempo	92,3	73,3%
Orientações da gestão/supervisão para o desenvolvimento das atividades	92,3%	100%
Acesso às informações	Colaboradores	Professores
Eventos oferecidos pela FMP utilizando plataformas digitais	92,3%	86,7%
Serviços da tecnologia da informação oferecidos aos funcionários	92,3%	93,3%
Fatos e notícias referentes à instituição pelas redes sociais	80,8%	100%
Fatos e notícias do setor pelas redes sociais	77%	93,3%
Trabalho e organização da rotina	Colaboradores	Professores
Organização pessoal para execução das atividades em home Office	96,2%	100%
Organização do ambiente pessoal para execução das atividades em home Office	92,3%	100%
Organização pessoal com relação à gestão do tempo para execução das atividades em home Office	96,2%	100%
Comunicação entre os membros da equipe	96,1%	93,3%
Comunicação com líder ou gestor imediato	96,2%	100%
Organização da equipe com relação à distribuição das atividades	92,3%	93,3%
Medidas de proteção	Colaboradores	Professores
Informação com relação às medidas sanitárias adotadas para precaução do COVID-19	84,7%	80%
Disponibilização de EPI's necessários para precaução do COVID-19 em caso que o colaborador tenha que executar alguma atividade presencial	73,9%	26,6%
Prática do trabalho na modalidade remota	Colaboradores	Professores
Organização da rotina pessoal para execução do trabalho remoto	96,2%	100%
Nível de rendimento do trabalho executado	96,2%	93,3%
Organização da equipe para a distribuição e desenvolvimento das atividades	92,4%	93,3%

Fonte: CPA (2020)

Figura 33 – Divulgação da terceira conquista consecutiva do selo “Great Place to Work”



Fonte: Site da FMP (2019)

Tabela 17 - Demonstrativo da Evolução do Número de Colaboradores Técnico-Administrativos (2019/2020 – 1.º e 2.º sem.)

Categoria Profissional	Período			
	Jun 2019	Dez 2019	Jun 2020	Dez 2020
Funcionários	99	93	93	82

Fonte: Setor de Recursos Humanos (2020)

6.2 Evidências quanto à dimensão organização e gestão da faculdade de direito da FMP

Os objetivos e as metas da instituição estabelecidos em função dos compromissos do PDI e nos projetos dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação foram:

- a) a organização e a gestão da Faculdade, em especial quanto ao funcionamento e à representatividade do corpo docente, administrativo e discente nos colegiados;
- b) a participação efetiva dos segmentos da comunidade acadêmica nos processos decisórios;
- c) a elaboração e o desenvolvimento do Plano Estratégico da Mantenedora como instrumento que, além de atender à demanda institucional, favorecesse a otimização e a racionalização das atividades acadêmicas e administrativas;

- d) incentivo à produção científica e à organização do projeto do curso *Stricto Sensu*.

Durante o período avaliativo de 2019 e 2020, de acordo com os planos institucionais, os objetivos foram revisitados para a busca da qualidade administrativa e educacional, com ênfase nos seguintes propósitos:

- a) dar continuidade à qualificação dos colaboradores e professores;
- b) garantir o equilíbrio financeiro das atividades da Faculdade;
- c) dispor de canais de comunicação eficientes com a sociedade e com o público interno;
- d) aprimorar e dar continuidade aos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos;
- e) favorecer o processo de ensino-aprendizagem, com o desenvolvimento de competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso;
- f) manter reuniões pedagógicas para identificar deficiências, visando à formação de profissionais da área jurídica;
- g) conhecer a comunidade onde a instituição está inserida, a fim de propor soluções às suas necessidades, incluindo o estímulo cultural;
- h) consolidar a atuação como agência educacional a favor do desenvolvimento local e regional;
- i) expandir o acervo da Biblioteca e atualizar o sistema *Pergamum*;
- j) aumentar o número de convênios com instituições da região e do Estado;
- k) legitimar a importância do ENADE na consolidação dos princípios educacionais;
- l) dar continuidade à relação da faculdade com as escolas públicas e privadas;
- m) aumentar o número de parcerias nos projetos que envolvem o Núcleo de Práticas Acadêmica;
- n) incentivo aos professores à publicação de artigos e livros.

Na análise dos relatórios, foi possível observar a atuação do Colegiado Superior, bem como a plena e efetiva atuação do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, de caráter reflexivo e propositivo. Estes aspectos foram avaliados e

observados pela Comissão de Avaliação Externa de Recredenciamento de 2010, que assim se manifestou:

[...] a gestão institucional da IES apresenta uma estrutura simples. Sua administração é exercida pela Direção Superior, pela Diretoria. A Direção Superior representa o órgão deliberativo superior e integrador da IES, e tem a responsabilidade de deliberar sobre as atividades administrativas, pedagógicas, acadêmicas, disciplinares e recursais, bem como as relações com a comunidade. O Colegiado de Curso representa o órgão de natureza consultiva, integrando a administração dos cursos envolvidos. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) encontra-se ligado aos órgãos administrativos da IES, atuando de forma participativa nas atividades acadêmicas. O Núcleo Docente Estruturante foi constituído conforme os dispositivos legais, com participação efetiva na avaliação do Projeto Pedagógico de curso. Existe autonomia na relação com a mantenedora que garante aos dirigentes da IES poderes para a tomada de decisões que viabilizem a qualidade das atividades institucionais. (Relatório de Recredenciamento e-MEC/nov. 2010)

A partir da análise de documentos e relatórios, percebeu-se êxito na efetivação e avaliação dos objetivos e compromissos com o Projeto Pedagógico do Curso, principalmente pela ação do NDE e dos colegiados. O trabalho do NDE teve repercussão positiva no corpo docente e facilitou as ações da Coordenação do Curso. Igualmente, os membros do NDE trouxeram críticas e sugestões passíveis de serem aprimoradas e implementadas, atinentes às questões curriculares e acadêmicas. Os docentes com atividades no NDE realizaram reuniões para tratar das questões de ensino.

Também foi reconhecida a importância de atender às expectativas de participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios. A boa representação docente e discente nas reuniões respaldou e orientou as ações da gestão acadêmica.

Por esse processo avaliativo, destacam-se:

- a) a qualidade pessoal e profissional do corpo docente;
- b) a agilidade na solução dos desafios;
- c) a atuação ativa dos colegiados;
- d) a união dos setores administrativos e acadêmicos;
- e) a atuação proativa da Ouvidoria;
- f) a organização do projeto de mestrado e o incentivo às publicações;
- g) a participação ativa da Direção da Faculdade e da Coordenação do Curso nos processos avaliativos e de integração.

A provisão financeira da Fundação Escola Superior do Ministério Público – FMP, na área de Ensino, provém dos Cursos de Graduação em Direito e de Pós-Graduação nas diversas áreas jurídicas, Cursos de Atualização e Cursos de Preparação às Carreiras Jurídicas presenciais e, recentemente, na modalidade EaD.

Mesmo com o impacto da Pandemia, o Curso de Graduação em Direito contava, em dezembro de 2020, com setecentos e setenta e sete estudantes matriculados e noventa e oito acadêmicos trancados, conforme nos mostra o quadro comparativo a seguir:

Quadro 24: Número de acadêmicos 2020

Acadêmicos - Graduação	2020/1	2020/2
Matriculados	807	770
Trancados	75	98
Ingressantes por Transferência	29	18
Ingressantes como Diplomados	15	11
Ingressantes por vestibular	70	21

Em relação à receita, em 2019, a Receita líquida média mensal foi de R\$ 1.681.375,04, sendo a receita líquida anual de R\$ 20.176.500,51 (Fonte: Relatório GV College em 10.01.2020 com data base 31/12/2019). Em 2020, a Receita líquida média mensal foi de R\$ 2.407.291,16, sendo a receita líquida anual de R\$ 28.887.493,95 (Fonte: Relatório GV College em 10.01.2020 com data base 31/12/2020).

6.3 Evidências quanto à dimensão sustentabilidade financeira

O foco da dimensão sustentabilidade financeira, para a Faculdade, tem o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior, em termos de:

- a) políticas de captação e alocação de recursos;
- b) políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão e melhorias de infraestrutura.

A estratégia de gestão econômico-financeira obedece à legislação vigente sobre o assunto. A entidade mantenedora é responsável, perante as autoridades e o público em geral, pela Faculdade, incumbindo-lhe tomar as medidas necessárias ao seu bom funcionamento, respeitando os limites da legislação, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis necessários de seu patrimônio ou de terceiros a ela cedidos.

Os orçamentos foram apreciados e aprovados, anualmente, pelo Colegiado Superior e pela mantenedora. Destaca-se, nesse particular, a independência e previsão de investimentos na qualificação docente, do acervo da Biblioteca, estímulo à atividade de pesquisa, extensão, implantação da plataforma *Moodle*, qualificação da infraestrutura para atenção às políticas de acessibilidade, além de incremento nos investimentos globais do curso.

Dentro das disponibilidades financeiras, assegurando a Dimensão Sustentabilidade Econômica, na qualidade de instituição sem fins lucrativos, em 2020 foi possível contemplar significativo número de estudantes, sendo o percentual de 16,85% do faturamento bruto da Instituição destinado à concessão de Bolsas e Convênios.

Tabela 18 – Demonstrativo do percentual de faturamento destinado à concessão de bolsas –2019 e 2020*

Especificações	2019	2020
Valores em R\$ destinados à concessão de bolsas ou descontos	2.345.346,13	2.407.291,16
Percentual sobre o faturamento	10,41%	16,85%
Valor médio das mensalidades dos beneficiados pela bolsa ou desconto	1.373,75	1.824,25

*Cálculo valor médio mensalidades dos benefícios= Média de créditos 19,80 x valor do crédito x percentual médio de bolsas

Fonte: Setor Financeiro, jan. 2021

A sistematização de dados de ordem técnica, acadêmica e administrativa, realizadas ao longo de 2020, contribuiu para o avanço da qualidade dos serviços ofertados à comunidade acadêmica em geral.

A implementação do sistema de avaliação de desempenho do colaborador que prevê a avaliação anual pela sua chefia imediata e sua autoavaliação ampliou a comunicação dos colaboradores com suas respectivas chefias. Esta avaliação considera os aspectos técnicos da função do cargo, postura ética, habilidades e atitudes.

6.4 Considerações

Relativamente à gestão acadêmica, merecem destaque:

- a) os resultados alcançados no Exame da Ordem, como eixo importante de avaliação externa do curso e a busca na manutenção deste índice;
- b) a maior integração do nível operacional com o estratégico nos procedimentos técnicos, acadêmicos e administrativos;
- c) o Selo de instituição Socialmente Responsável e a ampliação significativa de ações envolvendo o contexto comunitário;
- d) o acompanhamento do Plano Anual de Ação da Faculdade, com maior participação e envolvimento do Núcleo Docente Estruturante e do Colegiado de Curso;
- e) o canal de comunicação entre a comunidade acadêmica e a gestão por meio da Ouvidoria;
- f) o Mestrado acadêmico e a infraestrutura para o funcionamento de cursos na modalidade EaD;
- g) o planejamento e controle financeiro vêm apresentando resultados favoráveis, garantindo a sustentabilidade financeira da IES.

Potencialidades:

- a) o crescimento da oferta de cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* na modalidade de ensino à distância;
- b) continuidade da formação do corpo docente e técnico administrativo;
- c) sustentabilidade financeira, como característica transversal das ações de política institucional.
- d) crescente reconhecimento da comunidade acadêmica em relação aos investimentos realizados pela IES;
- e) o amplo atendimento da Ouvidoria junto as frentes acadêmicas.

Desafios:

- a) manutenção da integração dos processos técnico-administrativos, acadêmicos e docentes.

7 EIXO 5: INFRAESTRUTURA

Quadro 26 – Principais ações realizadas: eixo 5

Eixo 5	Programa	Ações Realizadas
Infraestrutura física, especialmente a de pesquisa, biblioteca, recursos de informática e comunicação	Incremento às atividades da Biblioteca	Ampliação do acervo e qualificação do acervo digital
	Ampliação do espaço físico e virtual	Espaço físico para atividades do PAJE – Procon Instalação da Plataforma Moodle.
	Acessibilidade	Adequação do espaço aos deficientes visuais (Identificação das salas em braile e piso tátil)
	Projeto de infraestrutura física	Investimento na infraestrutura física dos andares para adaptação ao retorno presencial das aulas após a pandemia

Fonte: Elaboração própria

7.1 Evidências percebidas quanto à infraestrutura física

O histórico da Fundação Escola Superior do Ministério Público revela constantes investimentos, na ampliação do ensino, resguardando a garantia da sustentabilidade financeira. Cabe ressaltar que este eixo não foi avaliado pela CPA no ano de 2020, de modo que consta a seguir a avaliação realizada nos anos anteriores, a fim de não se perder a série histórica das melhorias realizada.

Assim, no ano de 2018 e, principalmente, em 2019, a mantenedora seguiu investindo na adequação de suas estruturas. Na análise das observações da Autoavaliação Institucional - 2018, o grau médio de satisfação geral, em relação aos serviços da Biblioteca, foi de 3,8 e 3,8 em 2019. Os estudantes avaliaram positivamente o acesso ao acervo virtual e o horário de funcionamento da Biblioteca. A Biblioteca vem se preocupando com a conservação do atual acervo e sua atualização constante.

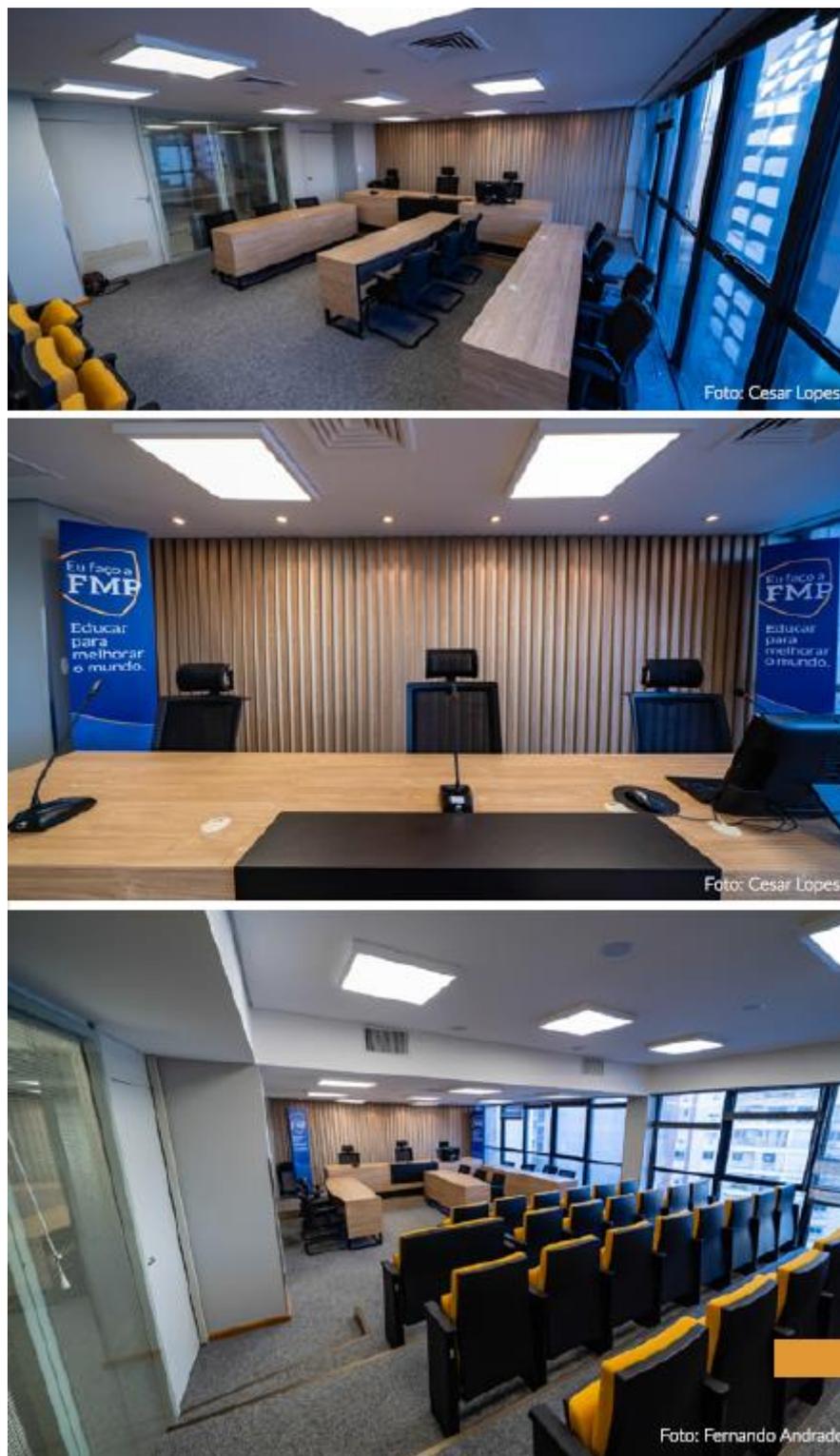
Relativo ao apoio à pessoa com deficiência, uma comissão com representantes do corpo docente, discente e de colaboradores acompanharam as ações de forma permanente. Esta comissão verificou um conjunto de melhorias de infraestrutura, já implementadas pela IES, tais como: instalação de piso tátil em todos os andares; instalação de bebedouro para cadeirante, nos andares 6º, 7º e 12º; adaptação do banheiro feminino para utilização de cadeirantes, no 6º andar; adequação banheiros

(retirada de obstáculos, instalação de espelhos para cadeirante, alteração de portas, instalação de apoio próximo ao sanitário), nos andares 12º, 7º e 6º; instalação de placa de identificação de WCs para cadeirantes no 7º andar; adaptação de mesa para cadeirante (instalação de rodízios - 2 unidades); rebaixamento do tablado do auditório localizado no 7º andar; instalação de fitas luminosas nas vidraças, para pessoas com baixa visão; retirada de obstáculos no 12º andar; adaptação de mesas da Biblioteca para acesso de cadeirantes; e elevadores sinalizados com braile e sistema sonoro.

Em relação à dimensão da infraestrutura, destacou-se a finalização do projeto de reforma estrutural em 2019, com foco no(a):

- a) redimensionamento (adequação e reforma) da infraestrutura física que dá suporte às salas de aula e salas de aula EaD;
- b) acessibilidade para todos com a qualificação da infraestrutura da biblioteca e a disponibilização de um terminal de consultas adaptado para cadeirantes e o rebaixamento do balcão de atendimento, permitindo acesso a todos.
- c) realização semestral da manutenção dos pisos tátil e as demarcações dos locais específicos para cadeirantes.
- d) readequação do banheiro familiar (5º andar): destinado a crianças de até dez anos acompanhadas de responsável, bem como fraldário destina-se à troca de fraldas e à amamentação de crianças de até três anos.
- e) ampliação do espaço de atendimento dos acadêmicos e do espaço de convivência para funcionários, envolvendo a construção de vestiários, masculino e feminino, para atendimento aos colaboradores da FMP.
- f) incremento de investimentos em infraestrutura para atender aos recursos tecnológicos das atividades de ensino à distância;
- g) ampliação, reforma e compra de materiais permanentes e equipamentos para o funcionamento do Mestrado Acadêmico;
- h) foram adquiridos dois conjuntos, 1002 e 1102, bem como a locação do 1001, os quais serão projetados para atendimento a comunidade acadêmica da Instituição;
- i) implantação de um ambiente com toda infraestrutura para atendimento ao ensino à distância.

Figura 34 - Tribunal Didático



Fonte: Acervo Institucional (2019)

Conforme estabelecido no PDI, no PPI e no PPC do Curso de Graduação e Cursos de Pós-Graduação em Direito, a infraestrutura física aproxima-se para atender

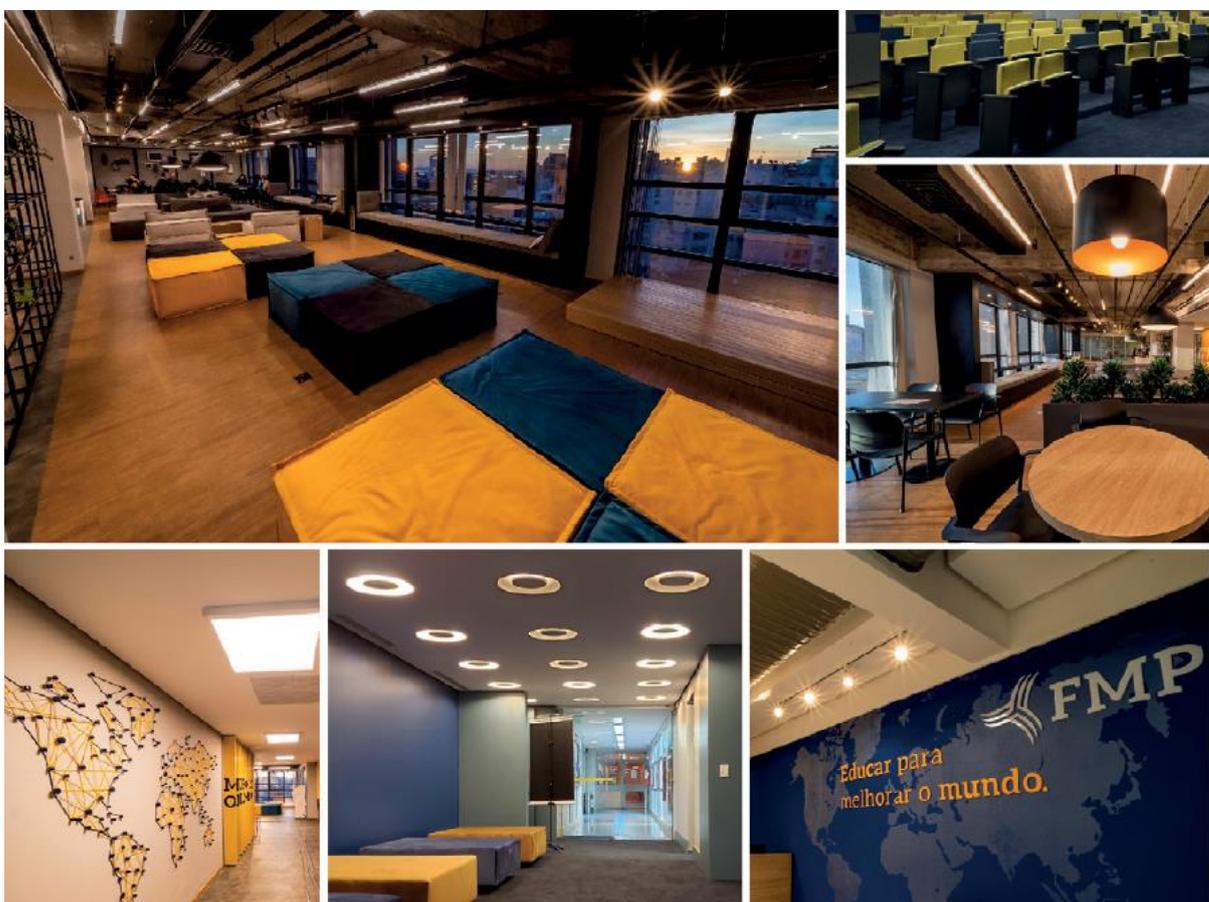
às necessidades de desenvolvimento e aprimoramento do estabelecido, com média de satisfação de 3,7, em 2018 e 4,4 em 2019.

A finalização dos investimentos na infraestrutura no ano de 2019, promoveu alcançar uma nova identidade (veja o vídeo no link: <https://www.fmp.edu.br/fmp-celebra-35-anos-com-alta-no-numero-de-academicos/>), priorizando a atenção para a renovação da infra-estrutura acadêmica, a fim de atender as novas demandas do ambiente educacional jurídico.

- a) Escritório Jurídico: profissionais formados pela FMP, por um prazo de 1 ano, têm à sua disposição um espaço com infraestrutura completa para atender seus clientes.
- b) Tribunal Didático: espaço voltado para prática jurídica dos estudantes da FMP, que poderão participar de mediações e audiências simuladas em disciplinas práticas, além de promover audiências reais.
- c) Ambientes de Aprendizagem: todas as salas de aula terão telas interativas *touch screen*, contribuindo na aprendizagem dos estudantes com o avanço tecnológico.
- d) Laboratório de Informática: com computadores mais modernos e espaço adequado, que contribuirá no processo de aprendizagem.
- e) Sala de áudio-visual do NEAD: nova estrutura com alta tecnologia e estúdio disposto em uma sala de áudio-visual para gravação das aulas EAD com a infraestrutura necessária atendendo as exigências da área para a realização das gravações.
- f) Sala de Gestão de Pessoas: um novo ambiente para a equipe do setor de Gestão de Pessoas (5º andar).
- g) Espaço de Atendimento: espaço com design moderno e espaçoso para maior comodidade no atendimento aos estudantes (7º andar).
- h) Espaços de Convivência: Ambiente para relaxar, participar de atividades extraclases e para networking, com cantina e livraria (xerox e loja de conveniência).
- i) Sala Setor Infraestrutura: novo ambiente com qualidade e espaço adequado para atendimento as necessidades dos colaboradores da Infraestrutura (5º andar).

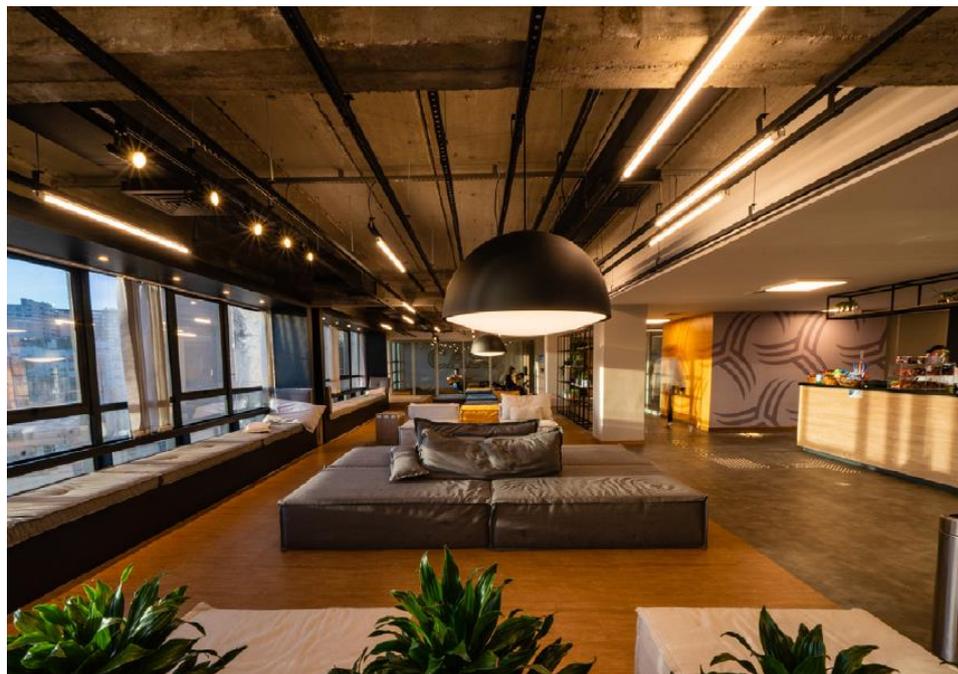
- j) Vestiário: espaço unissex para atender as necessidades dos colaboradores (5º andar).
- k) Refeitório: com capacidade para 10 pessoas, o espaço disponibilizará estrutura de alta qualidade, além de valorizar e oportunizar o compartilhamento e a integração dos colaboradores.
- l) Auditório - 6º andar - com projeto adaptado para atender as normas de acessibilidade.

Figura 35 – Nova área física da FMP: espaço de convivência



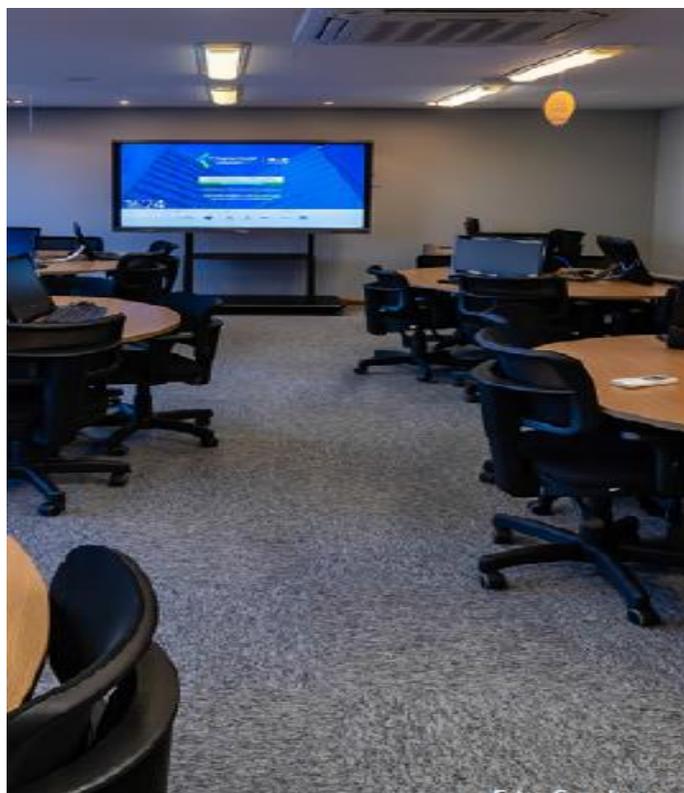
Fonte: Acervo Institucional (2019)

Figura 36 – Nova área física da FMP: espaço de convivência



Fonte: Acervo Institucional (2019)

Figura 37 – Sala de Prática Jurídica



Fonte: Acervo Institucional (2019)

Figura 38 - Salas de Aula



Fonte: Acervo Institucional (2019)

7.2 Considerações

Levando em consideração o reconhecimento da Comissão de Auto Avaliação, o Escritório Jurídico é um espaço profissional com a infraestrutura completa, que proporciona aos egressos da graduação regularmente matriculados nos cursos de *lato sensu* e *stricto sensu*, um espaço para atender seus clientes. Um ambiente inédito entre as instituições de ensino.

O Escritório Modelo foi criado em função das atividades do NPJ do Curso de Graduação em Direito Bacharelado e das ações de Responsabilidade Social. O NPJ tem vários projetos e convênios de prática jurídica real. Os principais projetos e convênios são: atendimento aos funcionários da Santa Casa, Fundação Pão dos Pobres, Procon

do Rio Grande do Sul, Câmara de Mediação e Balcão do Consumidor, Polícia Civil e Acolhimento Institucional.

Todas as salas de aula contam com recursos de telas interativas, além de sonorização, climatização e pontos para acesso à rede elétrica e *wireless*. A IES vem investindo na qualificação da sua infraestrutura para a estruturação do ensino à distância e na ampliação de espaços de convivência para atender a comunidade acadêmica.

Avanços:

- a) biblioteca segue parâmetros de qualidade, atualizando o acervo de acordo com as Bibliografias indicadas nos Planos de Ensino.
- b) grandes investimentos no projeto arquitetônico com a readequação de espaços e dos novos investimentos para a readequação do espaço para o retorno do ensino presencial após a pandemia, de acordo com o plano de contingência.
- c) publicações eletrônicas de materiais didáticos organizados por professores da Faculdade;
- d) a implementação de atividades EaD (plataforma *Moodle*, ambiente virtual *Canvas*, sala de gravação de vídeo aulas e ampliação da rede *Wireless*);
- e) investimento em telas interativas, levando tecnologia e modernização ao aprendizado.
- f) inauguração de uma Central de Estágios e uma sala em forma de Tribunal, a fim de que os acadêmicos possam aliar com mais proficiência, os conteúdos teóricos com a realidade prática.
- g) inauguração de um amplo espaço de convivência no início do semestre letivo de 2019.
- h) investimento em equipamentos e materiais permanentes para dar suporte as atividades de ensino;
- i) implantação de um ambiente de convivência para os alunos do mestrado, no hall de entrada do 10º andar.
- j) comitê responsável pela implementação do plano de contingência para o enfrentamento da COVID-19.

Desafios:

- a) Dar continuidade a adaptação dos espaços com a implementação das ações previstas no Plano de Contingência para o enfrentamento da COVID -19 de forma contínua, assegurando a segurança de toda a comunidade acadêmica.

8 SÍNTESES DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

O ano letivo de 2020 retrata qualificados resultados alcançados pela FMP em diversos segmentos. São resultados oriundos dos planejamentos de 2019 para o ano subsequente, bem como resultantes da necessidade de reformulação das ações da gestão em razão da Pandemia da Covid-19. Nesse sentido, sublinha-se a renovação dos altos índices de aprovação nos diversos Exames de Ordem - OAB, para fins de obtenção do 3º Selo OAB RECOMENDA, alcançado por duas vezes consecutivas nas duas edições mais recentes, que coroou a FMP como uma das melhores instituições de ensino jurídico e a única privada do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, os resultados dos Exames da OAB, em 2020, consolidam a FMP como a melhor faculdade particular de Direito do município de Porto Alegre, bem como do Estado do Rio Grande do Sul. Registra-se, aqui, a quanti e qualidade dos eventos acadêmicos ocorridos em 2020, bem como o significativo número de encontros de pesquisa e que compreendem o envolvimento de mais de 40% do corpo discente. No mesmo sentido, é expressivo o número de alunos que participaram das atividades extensionistas.

Ainda, faz necessário destacar, que foram expressivos os resultados obtidos no ENADE de novembro de 2018, divulgados em 2019, com o conceito 4. A FMP recebeu o reconhecimento de melhor curso de Direito entre as faculdades privadas do Rio Grande do Sul. Essa chancela é resultado da performance obtida pelos acadêmicos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) no ano de 2018. Os resultados obtidos no ENADE ratificam a qualidade das práticas acadêmicas da FMP no ensino de graduação. Não obstante aos ótimos índices conquistados, ainda em 2019, a FMP continuou a investir na infra-estrutura e remodelou as instalações das atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas ao inaugurar as novas, amplas e bem equipadas salas para as práticas jurídicas simuladas, bem como investiu no Escritório Modelo. Em 2020, incrementou as práticas jurídicas reais com aumento significativo do número de processos judiciais e ampliação de convênios com instituições que atendem pessoas que recebem até 3 salários mínimos/mês.

Não obstante o período de Pandemia, a FMP continuou a investir na infra-estrutura e adquiriu câmeras inteligentes e telas planas de 42 polegadas a serem instaladas em todas as salas de aula com o intuito de ofertar o ensino na modalidade

bimodal, ou seja, aos alunos na modalidade presencial, bem como telepresencial, no modelo síncrono, sempre respeitados os protocolos ditados pelas autoridades sanitárias.

A qualidade das ações da instituição ainda revela os ótimos resultados de produção científica resultantes do curso de Mestrado, bem como o reconhecimento da comunidade jurídico-acadêmica das diversas práticas resultantes do ensino estrito senso. As práticas acadêmicas elevaram o curso de Mestrado ao reconhecimento no cenário nacional, bem como a conquista de inserções em atividades no cenário internacional. Em síntese, o Mestrado Acadêmico tem assegurada a consolidação das metas institucionais em relação aos seus anseios na oferta de uma formação jurídica de qualidade à sociedade gaúcha.

No cenário dos cursos de especialização, destaca-se as diversas edições e reedições de cursos na modalidade presencial, temporariamente suspenso na referida modalidade, fato que é significativo na medida em que o cenário regional demonstra uma quantidade ínfima de ofertas de cursos, nessa modalidade, pelas IES coirmãs. Deve ser destacado, ainda, o incremento exponencial do número de alunos na modalidade da especialização EaD, bem como o crescente e sólido crescimento da oferta de cursos à comunidade jurídico-acadêmica. Sobremaneira, a oferta, cada vez mais rica de cursos de especialização na modalidade EaD, minimizou a fronteira física outrora imposta à instituição e permitiu a renovação dos processos e métodos institucionais. O ensino à distância, como modalidade ou como metodologia, está cada vez mais presente, sendo pensado e trabalhado como ferramenta inovadora de ensino, fato que tem replicado no ensino de graduação, de forma responsável e academicamente sustentável.

No cenário do ensino, seja o da graduação, especialização e mestrado, a FMP fez um aporte financeiro significativo, em 2019, ao instalar, em cada sala de aula, uma tela interativa de última geração em termos tecnológicos e de conectividade, fato que implicou maior agilidade para a implantação dos diferentes metodologias e recursos didáticos que facilitam o processo de aprendizado para uma nova geração de alunos. A aquisição das telas interativas está em estrita consonância com a das câmeras inteligentes, adquiridas para fins do modelo bimodal do processo de ensino e aprendizado, previsto para iniciar em 2021.

Na seara da responsabilidade social, deve ser sublinhado a conquista do Selo de Instituição Socialmente Responsável, obtido pela 3ª vez, de forma consecutiva, pela

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES). Ademais, expandiu as ações de Responsabilidade Social com a criação do projeto de extensão FMP Plural, que envolve a seleção de acadêmicos voluntários e tem foco em ações e projetos sociais e comunitários, além de um Ciclo de Palestras que debate temas de maiores destaques do cenário atual.

Enfim, ao longo dos últimos anos, a FMP atuou para a manutenção das conquistas em todos os segmentos do ensino jurídico-superior. Ademais, buscou o aprimoramento das práticas de ensino, pesquisa e extensão, assim considerando todas as dimensões de atuação da IES.

Em termos de pessoal técnico administrativo e corpo docente, o ano de 2019 teve como evidência a participação da FMP no ranking das 45 melhores instituições para trabalhar no Rio Grande do Sul, condição premiada pela GPTW (*Great Place To Work*). Tal premiação referencia a instituição que se aprimora tanto para seus acadêmicos, quanto para seus colaboradores, sendo a única IES a obter a referência no Estado do Rio Grande do Sul. A referência da GPTW já havia sido conquistada pela FMP em 2018. Em 2020, considerando a Pandemia do novo Coronavírus, o foco da Gestão foi na avaliação interna e na proposição de adaptações e melhorias para garantia da excelência na prestação do serviço educacional.

A busca pela excelência e qualidade é traduzida pela instituição, também, na importância que se dá aos processos avaliativos, externos e internos. A inovação tecnológica e a criação de canais de comunicação cada vez mais assertivos, tais como os *totens*, permitem identificar rapidamente demandas e criar um plano de ação para intervenção prudente e responsável. No que tange à esfera do ensino, a concepção de uma nova matriz curricular que, por sua vez, foi amplamente debatida em 2019, mantém-se com sua aprovação e implementação suspensa, em razão da grande reorganização em todos os processos advindos com o cenário da Pandemia.

Considerando os desafios enfrentados administrativamente com os ajustes do quadro funcional, a ampliação da infraestrutura da faculdade para atender maior número de estudantes, o envolvimento da gestão na revisão dos documentos institucionais com orientações acadêmicas e administrativas, foi revisado e atualizado o PDI, com a definição das ações e dos compromissos da Faculdade até o ano de 2025. Este plano atualizado exigiu a reorganização e atualização também dos demais documentos institucionais com vistas a auxiliar a busca dos compromissos assumidos no PDI.

Digno de nota, também, é a sustentabilidade financeira da IES, com aprovação do orçamento a vigorar no ano de 2021, denotando que a FMP vem correspondendo ao anseio social e se projetando no espaço acadêmico estadual. Justifica-se tal destaque frente à realidade social do País e do Estado do Rio Grande do Sul que, em certo modo, destoa do cenário socioeconômico nacional.

Com o planejamento anual decorrente da atualização do PDI (2021-2025), traduzido em Plano de Ação Anual, registra-se o cumprimento das ações previstas e o crescimento quanti e qualitativo das atividades de ensino, pesquisa e extensão, realizadas em consonância com a Missão da IES. Considerando o panorama institucional avaliado, altamente positivo, há consciência dos desafios que se apresentam, tanto em termos de manutenção quanto avanços significativos ainda possíveis de serem alcançados. Nesse sentido a relevância de serem indicadas soluções e alternativas incorporadas ao Plano de Ação Anual.

Os avanços e a implementação do planejado, até 2020, revelam preocupação com as exigências que dão sustentação às propostas educacionais e de uma gestão inovadora. Fica assegurado, com isso, o persistente e contínuo compromisso com os estudantes que cursam na FMP a Graduação e a Pós-Graduação, assegurando a continuidade no nível de excelência na formação e na qualificação de profissionais do Direito. Sob este prisma, é possível afirmar que a Faculdade vem confirmando as expectativas geradas pela comunidade em geral quando de sua implantação, no sentido de ser uma referência na formação jurídica e cultural diferenciada e de grande relevância no espaço que é destinado para sua atuação, além de manter-se alerta aos ditames institucionais e às exigências qualitativas estabelecidas pelos SINAES e outros órgãos federativos.

Por outro lado, a construção de banco de informações e de indicadores focados em linhas de tempo para cada uma das dez dimensões, agrupadas em cinco eixos, certamente favorecerão atividades institucionais ainda mais consistentes e produtivas.

Porto Alegre, março de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luís Augusto Stumpf Luz'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'L' and a distinct 'S'.

Luís Augusto Stumpf Luz
Coordenador da Comissão Própria de Avaliação

9 PLANO DE AÇÃO

Considerando a importância de uma ação planejada, com o norte bem definido e documentado, por meio do Planejamento Estratégico da IES e do PDI, o plano de ação é ferramenta indispensável para reconhecer as metas propostas ao longo dos 5 anos (2021 – 2025), identificar, através do Relatório de Autoavaliação Anual as potencialidades e fragilidades da instituição. A FMP lança mão do documento para pautar suas construções, alinhadas a missão da Faculdade e considerando sua total responsabilidade na prática formativa. Em 2021, os tópicos de 2020 e demais anos, que não puderam ser contemplados como previstos, voltam à tona como objetivo de trabalho e de readequação do plano de ação, em função da conjuntura de pandemia mundial.

Por meio de atividades, ações e projetos são previstos serão desenvolvidos, aprimorados ou mantidos. Abaixo, apresentamos o plano de ação do ano, com vistas às informações do PDI e esse relatório:

Quadro 26 – Plano de Ação 2021

Plano de Ação – 2021			
Estratégia	Desdobramento de ações	Época	Responsável
1. Aperfeiçoamento da Gestão Institucional	1.1. Criação de relatórios anuais da Direção, com ênfase nas ações futuras a partir do realizado no ano.	2021	Gestão e Educação
	1.2. Implementar sistema novo CRM (Totvs)	2021	Tecnologia da Informação
	1.3. Instituição de reuniões específicas para apreciação de relatórios anuais, relações com MEC (para graduação e pós-graduação), convênios, etc	2021	Acadêmico, Pedagógico, Núcleo de Apoio a Distância, Coordenação de Graduação e Pós graduação e Direção
	1.4. Implementação, acompanhamento e avaliação da realização das estratégias do PDI;	2021	Gestão e Educação
	1.5. Criação de espaço para informações e estudos sobre os egressos da Faculdade de Graduação e de Pós-Graduação	2021	Coordenação de Graduação, Pós-Graduação e Egressos
	2.1. Estudo de viabilidade de Projeto Pedagógico Curso de Direito na modalidade EAD	2021	Acadêmico, Pedagógico, Núcleo de Apoio a Distância, Coordenação de Graduação e Direção
	2.2. Tramitação do processo de autorização do MEC para o curso de Direito na modalidade EAD	2021	Acadêmico, Pedagógico, Núcleo de Apoio a Distância, Coordenação de Graduação e Direção
	2.3. Nova matriz curricular da Graduação em Direito - híbrida	2021	Acadêmico, Pedagógico, Núcleo de Apoio a Distância, Coordenação de Graduação e Direção
	2.4. Assegurar resultados no Exame da Ordem dos Advogados, ENADE e CPC	2021	Coordenação de Graduação, Coordenador de Atividades Externas e Direção

2. Gerir Acadêmico	2.5 Finalizar implantação do Arquivo Digital da FMP	2021	Acadêmico e TI
	2.6. Buscar, junto ao MEC, autorização para Registro de Diplomas da Graduação	2021	Acadêmico, Coordenação de Curso e Direção
	2.7. Implantação do Diploma Digital da Graduação	2021	Acadêmico, TI e Coordenação de Graduação
	2.8. Implantação do Diploma Digital da Pós Graduação Stricto Sensu	2021	Acadêmico, TI e Coordenação de Pós- Graduação Stricto Sensu
	2.9. Implantação do Certificado Digital da Pós Graduação Lato Sensu	2021	Acadêmico, TI e Coordenação de Pós- Graduação Lato Sensu
	2.10. Fortalecimento da tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da graduação e pós-graduação	2021	Coordenação de Pesquisa, Coordenação de Extensão, Coordenação de Graduação e da Pós-Graduação
	2.11. Estudo e solicitação de APCN para Pós-graduação Stricto Sensu - Mestrado Acadêmico em Direito na modalidade EAD	2021	Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu, Núcleo de Apoio a Distância e Direção
	2.12. Estudo e solicitação de APCN para Pós-graduação Stricto Sensu – Doutorado em Direito	2021	Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu e Direção
	2.13. Estudo e solicitação de APCN para Pós-graduação Stricto Sensu – Mestrado Profissional em Direito	2021	Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu e Direção
	2.14. Implantação de sistema de controle acadêmico para os cursos, disciplinas e eventos realizados em EaD no Registro Acadêmico	2021	Acadêmico, Núcleo de Apoio a Distância, Coordenação de Curso
3. Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Infraestrutura	3.1. Atualização de softwares para a qualificação institucional	2021	TI
	3.2. Qualificação do acervo da biblioteca para atendimento aos cursos de graduação e pós-graduação em todos os níveis e modalidades em títulos e periódicos	2021	Pedagógico, Biblioteca, Coordenação de Graduação, Coordenação da Pós - Graduação

	3.3. Atualização de softwares para atendimento de pessoas deficientes	2021	TI, Núcleo de Apoio a Distância, Comissão de Acessibilidade, Pedagógico
	3.4. Ampliar bases de dados nacionais e internacionais	2021	Acadêmico, Pedagógico, Biblioteca, TI, Coordenação de Graduação, Coordenação da Pós - Graduação
4 . Desenvolvimento e Aperfeiçoamento do Ensino	4.1. Estímulo à participação dos alunos da graduação em eventos da pós-graduação	2021	Marketing, Comunicação, Relacionamento, Pedagógico, Acadêmico, Coordenação de Graduação e Pós - Graduação
	4.2. Atualizar as ementas e a bibliografia das disciplinas da estrutura curricular da Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu	2021	Pedagógico, Biblioteca, Coordenação de Graduação, Coordenação de Pós - Graduação
	4.3. Qualificação docente para a apropriação do PPC e do PDI	2021	Pedagógico, Acadêmico, Coordenação de Graduação e Direção
	4.4. Incentivo para o uso orientado de inovações pedagógicas	2021	Pedagógico
	4.5. Incrementar a visibilidade dos objetivos e missão do Programa de Pós Graduação, nas mídias sociais	2021	Marketing, Comunicação, Relacionamento, Coordenação de Pós-Graduação
	4.6. Desenvolver a Inserção Nacional e Internacional dos docentes	2021	Coordenação de Graduação e Pós - Graduação
	4.7. Buscar financiamento para atividades de pesquisa e capacitação dos professores em órgãos de fomento	2021	Financeiro
	4.8. Execução do Planejamento Estratégico da Pós-graduação Stricto Sensu	2021	Gestão e Educação
	4.9. Articular o Planejamento Estratégico do Programa de Pós-Graduação com o Planejamento Estratégico da Instituição	2021	Gestão e Educação
	4.10. Revisar planejamento estratégico anualmente	2021	Gestão e Educação

	4.11. Incentivar o envolvimento dos docentes, discentes e egressos nos eventos nacionais e internacionais	2021	Marketing, Comunicação, Relacionamento, Pedagógico, Acadêmico, Coordenação de Graduação, Pós - Graduação e Egressos
	4.12. Estimular o envolvimento dos docentes, discentes e egressos em ações de responsabilidade social	2021	Marketing, Comunicação, Relacionamento, Pedagógico, Acadêmico, Coordenação de Graduação, de Pós - Graduação, de Egressos e de Resposabilidade Social
	4.13. Estimular a participação dos egressos do mestrado nas atividades acadêmicas, de pesquisa e na atividade de docência	2021	Coordenação de Pós - Graduação Stricto Sensu
	4.14. Estimular a contribuição profissional e pessoal dos egressos dos cursos da FMP, em relação à pesquisa desenvolvida.	2021	Acadêmico , Pedagógico, Coordenação de Graduação, de Pós - Graduação e de Egressos
	4.15. Acompanhar egressos	2021	Coordenação de Egressos
	4.16. Disponibilizar participação dos docentes e criar ações para participação dos discentes e egressos em cursos de capacitação do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Rio Grande do Sul	2021	Acadêmico , Pedagógico, Coordenação de Graduação, de Pós - Graduação, de Egressos e Direção
	4.17. Fomentar a internacionalização	2021	Marketing, Comunicação, Relacionamento, Pedagógico, Acadêmico, Coordenação de Graduação, de Pós - Graduação e Direção
	4.18. Fortalecer o vínculo entre a Graduação e os cursos de Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu	2021	Coordenação de Graduaçã, de Pós-Graduação e Direção
	5.1. Articulação da extensão com a graduação e a pós-graduação, que possibilite o oferecimento de eventos, atividades à comunidade com a participação de professores e pesquisadores.	2021	Coordenação de Extensão, de Pesquisa, de Graduação e de Pós-Graduação, Pedagógico e Direção

5 . Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Extensão	5.2. Criação de eventos para a comunidade em geral sobre etnia, diversidade, meio ambiente, memória cultural, produção artística e patrimônio cultural sob o viés jurídico.	2021	Coordenação de Extensão, de Pesquisa, de Graduação, de Pós-Graduação, de Responsabilidade Social, Pedagógico e Direção
	5.3. Estabelecer ações para participação docente, discente e dos egressos nos projetos de prática jurídica e de extensão do curso de graduação da FMP.	2021	Coordenação de Graduação, de Pós-Graduação, de Núcleo de Práticas Jurídicas, Pedagógico e Direção
	5.4. Intensificação das ações voltadas à extensão comunitária.	2021	Coordenação de Graduação, de Pós-Graduação, de Responsabilidade Social e de Extensão, Pedagógico e Direção
	6.1. Qualificação da revista institucional no Qualis-CAPES	2021	Biblioteca, Coordenação de Pesquisa e de Pós-Graduação Stricto Sensu
	6.2. Divulgação da produção docente e discente através de publicações, exposições, oficinas, seminários, palestras com livre acesso da comunidade	2021	Biblioteca, Coordenação de Pesquisa e de Pós-Graduação Stricto Sensu
	6.3. Estímulo à produção docente e discente em revistas com classificação no Qualis-CAPES	2021	Biblioteca, Coordenação de Pesquisa e de Pós-Graduação Stricto Sensu
	6.4. Estímulo à produção científica da Faculdade em revistas indexadas internacionalmente	2021	Biblioteca, Coordenação de Pesquisa e de Pós-Graduação Stricto Sensu
	6.5. Intermediação institucional para captação de recursos junto às agências financiadoras, aos órgãos públicos, ONGs, empresas privadas, etc	2021	Gestão, Coordenação de Pós- Graduação Stricto Sensu
	6.6. Fomentar instrumentos para avaliação da pesquisa na Autoavaliação Institucional	2021	Comissão Própria de Avaliação
	6.7. Estímulo à Pesquisas que contemplem a diversidade, o meio ambiente, a memória cultural, a produção artística e o patrimônio cultural	2021	Coordenação de Pesquisa, de Pós- Graduação Stricto Sensu e de Responsabilidade Social

6. Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Pesquisa	6.8. Estimular produção intelectual e técnica útil à solução de conflitos sociais, que envolvam tutelas de direitos transindividuais.	2021	Coordenação de Pesquisa e de Pós- Graduação Stricto Sensu
	6.9. Estimular a produção intelectual e técnica capaz de impactar na prática jurídica	2021	Coordenação de Pesquisa e de Pós- Graduação Stricto Sensu
	6.10. Ampliar a Atuação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa de mestrado e à produção intelectual	2021	Coordenação de Pesquisa e de Pós- Graduação Stricto Sensu
	6.11. Estimular a produção de discentes e egressos dos cursos da FMP	2021	Coordenação de Pesquisa e de Pós- Graduação Stricto Sensu
	6.12. Incentivar a participação dos docentes, discentes e egressos em atividades científicas realizadas em outras instituições	2021	Coordenação de Pesquisa, de Pós- Graduação Stricto Sensu e de Egressos
	6.13. Promover a autoavaliação do programa de mestrado, com foco na formação discente e produção do conhecimento	2021	Coordenação de Pós- Graduação Stricto Sensu e Comissão Própria de Avaliação
	6.14. Fomentar projetos de pesquisa alinhados à área de concentração e linhas de pesquisa	2021	Coordenação de Pesquisa e de Pós- Graduação Stricto Sensu
	6.15. Articulação e intercâmbio com instituições estrangeiras para eventos comuns que possibilitem ao professor apresentar trabalhos com alcance internacional, bem como de docentes estrangeiros apresentem seu trabalho junto à nossa comunidade acadêmica.	2021	Coordenação de Pesquisa, de Mobilidade Acadêmica e de Pós- Graduação Stricto Sensu
	7.1. Qualificação de Professores para EAD	2021	Pedagógico, Núcleo de Apoio a Distância
	7.2. Qualificação de Tutores para EAD	2021	Núcleo de Apoio a Distância
	7.3. Capacitação dos docentes e técnicos administrativos para o uso de novas tecnologias	2021	Pedagógico, Núcleo de Apoio a Distância, Desenvolvimento Humano e Organizacional

7. Qualificação de docentes e tutores	7.4. Promoção do conhecimento do Plano de Carreira	2021	Desenvolvimento Humano e Organizacional
	7.5. Implementação de projeto de sensibilização e qualificação de docentes para atendimento de pessoas com necessidades especiais e na perspectiva plural;	2021	Comissão de Acessibilidade, Desenvolvimento Humano e Organizacional
	7.6. Formação continuada dos professores novos: acolhimento e acompanhamento	2021	Pedagógico, Coordenação de Graduação e de Pós-Graduação
8. Qualificação do corpo técnico	8.1. Qualificação de profissionais de apoio técnicos para o EaD	2021	Desenvolvimento Humano e Organizacional, Núcleo de Apoio a Distância
	8.2. Qualificação de profissional para captação de recursos externos	2021	Gestão e Desenvolvimento Humano e Organizacional
	8.3. Capacitação e qualificação de profissional para apoio no uso de novas tecnologias, integrando-o aos docentes que atuarão no uso de novas tecnologias	2021	Pedagógico, Coordenação de Graduação e de Pós-Graduação e Desenvolvimento Humano e Organizacional
	8.4. Implementação de projeto de sensibilização e qualificação dos técnico-administrativos para atendimento de pessoas com necessidades especiais e na perspectiva plural;	2021	Comissão de Acessibilidade, Desenvolvimento Humano e Organizacional
9. Comunicação e Relação com a Comunidade/Sociedade	9.1. Articulação dos programas institucionais de relacionamento com o público externo e interno	2021	Marketing, Comunicação e Relacionamento
	9.2. Divulgação de projetos, ações e resultados para a comunidade interna e externa	2021	Marketing, Comunicação e Relacionamento
	9.3. Fortalecimento e aperfeiçoamento dos meios de comunicação institucionais para ampliação da interlocução com a comunidade interna e externa	2021	Marketing, Comunicação e Relacionamento
	9.4. Incentivo à divulgação das pesquisas da Faculdade com ênfase na produção científica própria	2021	Coordenação de Pesquisa, Marketing, Comunicação e Relacionamento

	9.5.Produção de vídeos institucionais, instrucionais e publicitários com linguagem apropriada ao público destinatário	2021	Marketing, Comunicação, Relacionamento e Núcleo de Apoio a Distância
	9.6.Desenvolvimento de eventos para atendimento de necessidades regionais/nacionais	2021	Acadêmico, Pedagógico, Marketing, Comunicação e Relacionamento
	9.7.Integração com os veículos de comunicação, através de convites dirigidos de acordo com os eventos oferecidos pela Faculdade	2021	Marketing, Comunicação e Relacionamento
10. Acessibilidade	10.1.Qualificação do quadro funcional para atendimento das pessoas deficientes	2021	Comissão de Acessibilidade, Pedagógico
	10.2.Acompanhamento para a permanência da pessoa com deficiência	2021	Comissão de Acessibilidade, Pedagógico
	10.3.Manutenção de espaço permanente para atendimento de alunos em suas reivindicações	2021	Comissão de Acessibilidade, Pedagógico
	10.4.Políticas institucionais para o apoio às pessoas com deficiência	2021	Comissão de Acessibilidade, Pedagógico